

LISIANE WANDSCHEER

**ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO CRIME ORGANIZADO
NOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO E O GLOBO
COM BASE NO *JORNALISMO PARA A PAZ***

Dissertação de Mestrado em Comunicação Social para
a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Faculdade de Comunicação Social
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Orientador: Jacques A. Wainberg

Porto Alegre

2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

W245a Wandscheer, Lisiane

Análise da cobertura jornalística do crime organizado nos jornais Folha de São Paulo e O Globo com base no jornalismo para a paz / Lisiane Wandscheer. – Porto Alegre, 2008. 160f.

Diss. (Mestrado em Comunicação Social) – Fac. de Comunicação Social, PUCRS.

Orientação: Prof. Jacques A. Wainberg.

1. Comunicação social. 2. Jornalismo. 3. Notícias (Jornalismo) – Análise de Conteúdo. 4. Crime Organizado. 5. O Globo – Crítica e Interpretação. 6. Folha de São Paulo – Crítica e Interpretação. 7. Imprensa – Violência. I. Wainberg, Jacques A.

CDD 070.4

Ficha Catalográfica elaborada por
Vanessa Pinent
CRB 10/1297

LISIANE WANDSCHEER

**ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO CRIME ORGANIZADO
NOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO E O GLOBO
COM BASE NO *JORNALISMO PARA A PAZ***

Dissertação de Mestrado em Comunicação Social para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jacques A. Wainberg - PUCRS

Prof^a. Dr^a. Doris Fagundes Haussen – PUCRS

Prof. Dr. Ronaldo Henn - UNISINOS

Data de Aprovação: ____ / ____ / ____

AGRADECIMENTOS

Ao Jacques pela importante orientação nesta caminhada
e pela liberdade de criação permitida.

Ao meu pai pelo apoio incondicional.

A minha mãe pelo exemplo de vida e pelas noites mal-dormidas.

Ao Daniel, meu amor e companheiro, pela solidariedade, paciência e dedicação.

Aos demais membros de minha família e aos meus amigos por suas palavras e
sorrisos.

Ao Johan Galtung e aos defensores do *Jornalismo para a Paz*
pela coragem de suas idéias.

RESUMO

A presente pesquisa analisa a cobertura jornalística do crime organizado em dois jornais brasileiros de referência - O Globo e a Folha de São Paulo -, tendo como base os pressupostos do *Jornalismo para a Paz*. Através da Análise de Conteúdo de uma amostra de matérias que tratam desta temática, verifica-se que em duas das quatro categorias analisadas há preponderância do *Jornalismo para a Paz* e, nas outras duas, de *Jornalismo de Violência*. Como apoio teórico, utiliza-se, de um lado, o pensamento de Johan Galtung, que formulou os requisitos desta corrente de pensamento sobre a prática jornalística contemporânea, e de outro, as obras de Sérgio Adorno e Alba Zaluar, entre outros, que analisam a violência e a criminalidade na atualidade.

Palavras-chave: *Jornalismo para a Paz* – Crime Organizado – Violência – Folha de São Paulo – O Globo

ABSTRACT

The present research analyzes the journalistic coverage of organized crime in two Brazilian reference newspapers - *O Globo* and *Folha de São Paulo* -, using as a basis the concepts of *Peace Journalism*. Through the content analysis of a sample of reports that approach this subject, we verify that, in two of the four categories analyzed, there is preponderance of *Peace Journalism*, while in the other two there is preponderance of *Violence Journalism*. As theoretical support, in one side, the thoughts of Johan Galtung are used, which formulate the requirements of this current of thoughts about the contemporary journalistic practice, and in the other side, the literature of Adorno Zaluar and others were used, which analyze violence and criminality in the national context.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Quadro 1: <i>Jornalismo para a Paz – Conflito e Jornalismo de Guerra – Violência</i> | 24 |
| Quadro 2: Características das dimensões das organizações criminosas – Tráfico de drogas | 64 |
| Figura 1: Triângulo ABC do Conflito | 27 |
| Figura 2: Violência Visível e Invisível | 33 |
| Gráfico 1: Destaque do Contexto ou da Violência do Conflito – Folha de São Paulo (Total) | 89 |
| Gráfico 2: Destaque do Contexto ou da Violência do Conflito – Folha de São Paulo (três fases) | 90 |
| Gráfico 3: Pluralidade ou Maniqueísmo – Folha de São Paulo (Total) | 92 |
| Gráfico 4: Pluralidade ou Maniqueísmo – Folha de São Paulo (três fases) | 94 |
| Gráfico 5: Fontes Oficiais ou Fontes Oficiais e Não-Oficiais - Folha de São Paulo (Total) | 95 |
| Gráfico 6: Fontes Oficiais ou Fontes Oficiais e Não-Oficiais - Folha de São Paulo (três fases) | 96 |
| Gráfico 7: Abordagem de Soluções Não-Violentas ou Não-Abordagem da Resolução do Conflito - Folha de São Paulo (Total) | 97 |
| Gráfico 8: Abordagem de Soluções Não-Violentas ou Não-Abordagem da Resolução do Conflito - Folha de São Paulo (três fases) | 98 |
| Gráfico 9: Destaque do Contexto ou da Violência do Conflito – O Globo (Total) | 99 |
| Gráfico 10: Destaque do Contexto ou da Violência do Conflito – O Globo (três fases) | 100 |
| Gráfico 11: Pluralidade ou Maniqueísmo – O Globo (Total) | 101 |
| Gráfico 12: Pluralidade ou Maniqueísmo – O Globo (três fases) | 102 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 13: Fontes Oficiais ou Fontes Oficiais e Não-Oficiais - O Globo (Total) | 103 |
| Gráfico 14: Fontes Oficiais ou Fontes Oficiais e Não-Oficiais - O Globo (três fases) | 104 |
| Gráfico 15: Abordagem de Soluções Não-Violentas ou Não-Abordagem da Resolução do Conflito - O Globo (Total) | 105 |
| Gráfico 16: Abordagem de Soluções Não-Violentas ou Não-Abordagem da Resolução do Conflito - O Globo (três fases) | 105 |
| Tabela 1: Matérias com características de <i>Jornalismo para a Paz</i> e de <i>Jornalismo de Violência</i> na Folha de São Paulo e no O Globo nas três fases pesquisadas | 107 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA E SUA FUNÇÃO SOCIAL – A PROPOSTA DO <i>JORNALISMO PARA A PAZ</i> | 15 |
| 1.1 Valores | 15 |
| 1.2 A Objetividade | 17 |
| 1.2.1 A Objetividade em Situação de Conflito | 20 |
| 1.3 Nos Passos do <i>Jornalismo para a Paz</i> | 21 |
| 1.3.1 Orientação para a Paz e o Conflito | 25 |
| 1.3.1.1 Por que entender o conflito? | 26 |
| 1.3.2 Orientação para a Guerra e a Violência | 29 |
| 1.3.2.1 A Natureza da Violência | 30 |
| 1.3.2.1.1 Violência Cultural | 31 |
| 1.3.2.1.2 Violência Estrutural | 32 |
| 1.3.2.2 O Triângulo ABC do Conflito e os Três Tipos de Violência | 33 |
| 1.3.3 Orientação para a Verdade | 35 |
| 1.3.3.1 A Verdade no Relato Jornalístico | 35 |
| 1.3.4 Orientação para a Propaganda | 38 |
| 1.3.5 Orientação para o Povo | 39 |
| 1.3.6 Orientação para as Elites | 40 |
| 1.3.6.1 Definindo as fontes | 40 |
| 1.3.7 Orientação para a Solução do Problema | 43 |
| 1.3.7.1 Sobre qual paz falamos? | 43 |
| 1.3.8 Orientação para a Vitória | 44 |
| 1.4 Histórias de Paz na Guerra | 44 |

| | |
|--|-----------|
| 1.5 A opção pelo <i>Jornalismo para a Paz</i> no Mundo | 46 |
| 1.5.1 O Jornalismo Preventivo na Espanha | 47 |
| 1.5.2 A <i>Rede Medios para la Paz</i> na Colômbia | 50 |
| | |
| 2 CRIMINALIDADE | 52 |
| 2.1 Criminalidade: causas e relações. | 52 |
| 2.1.1 Mudanças na Sociedade | 55 |
| 2.1.2 Crise no Sistema de Justiça Criminal | 55 |
| 2.1.3 Violência, desigualdade social e segregação urbana. | 58 |
| 2.1.4 Crime organizado: concepções. | 60 |
| 2.1.4.1 Organizações Criminosas no Brasil | 65 |
| 2.1.4.1.1 Primeiro Comando da Capital | 65 |
| 2.1.4.1.2 Comando Vermelho | 67 |
| 2.1.4.1.3 Terceiro Comando | 69 |
| 2.1.4.1.4 Amigos dos Amigos | 69 |
| 2.1.4.1.5 Milícias | 69 |
| 2.1.5 Cárceres, exclusão social e fomento do crime. | 69 |
| 2.2 Criminalidade e Violência em Duas Grandes Cidades Brasileiras | 71 |
| 2.2.1 São Paulo | 72 |
| 2.2.2 Rio de Janeiro | 73 |
| 2.2.2.1 Complexo do Alemão | 75 |
| 2.3 Mídia e Criminalidade | 75 |
| 2.4 Conclusões sobre mídia, paz e criminalidade violenta. | 80 |
| | |
| 3 A COBERTURA DOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO E O GLOBO | 84 |
| 3.1 Corpus e Metodologia | 84 |
| 3.1.1. Análise de Conteúdo | 85 |
| 3.1.2 As categorias utilizadas | 86 |
| 3.2 Análise da Cobertura | 87 |
| 3.2.1 Folha de São Paulo | 88 |
| 3.2.1.1 Destaque do Contexto ou da Violência do Conflito | 88 |
| 3.2.1.2 Pluralidade ou Maniqueísmo | 92 |
| 3.2.1.3 Fontes Oficiais ou Oficiais e Não-Oficiais | 94 |

| | |
|--|------------|
| 3.2.1.4 Abordagem de Soluções Não-Violentas ou Não-Abordagem da Resolução do Conflito | 96 |
| 3.2.2 O Globo | 99 |
| 3.2.2.1 Destaque do Contexto ou da Violência do Conflito | 99 |
| 3.2.2.2 Pluralidade ou Maniqueísmo | 101 |
| 3.2.2.3 Fontes Oficiais ou Oficiais e Não-Oficiais | 102 |
| 3.2.2.4 Abordagem de Soluções Não-Violentas ou Não-Abordagem da Resolução do Conflito | 104 |
| 3.2.3 Comparação e Conclusão | 107 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 111 |
| | |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 115 |
| | |
| OBRAS CONSULTADAS | 124 |
| | |
| ANEXOS | 126 |
| ANEXO A – Amostra das Matérias da Folha de São Paulo | 127 |
| ANEXO B – Amostra das Matérias do O Globo | 137 |
| ANEXO C – Tabela utilizada pelos codificadores para a tabulação das matérias. | 152 |
| ANEXO D – Resultado da tabulação das matérias realizada pelos codificadores | 154 |

INTRODUÇÃO

A sedução da humanidade pela guerra perpassa todos os tempos. Ao se contar a história dos homens, relaciona-se, inevitavelmente, às suas maiores e mais destrutivas invenções: às armas, às guerras e aos genocídios. Inimigos são criados para justificar a cobiça sem limites, as disputas por poder e riqueza e o predomínio da intolerância. Nas civilizações contemporâneas, seja no mundo ocidental ou oriental, esta tradição não mudou, apenas se aperfeiçoou.

O jornalismo, por sua vez, há muito tempo, exerce papel importante nesta trajetória. Ele já relatou mudanças, injustiças, matanças de povos e progresso de outros. O jornalista é um contador de histórias, e as histórias que conta, muitas vezes, são a única fonte de informação para milhares de pessoas.

Em função de sua relevância social, a relação entre mídia e violência, bem como, a discussão sobre a natureza da notícia, seus critérios e valores, são assuntos importantes não só para o meio acadêmico, como para toda a sociedade.

Visando contribuir com o tema, destacou-se a tese do *Jornalismo para a Paz* que utiliza métodos de análise e transformação de conflitos para atualizar conceitos históricos da notícia como a objetividade, o equilíbrio, a veracidade e a neutralidade. Este defende um jornalismo consciente sobre as conseqüências de suas ações, com ênfase na construção da não-violência, na rotina diária do exercício profissional. Esta prática apresenta-se como modelo distinto do exercido pelo *Jornalismo de Guerra* tradicional, centrado no relato da violência.

O estudo em questão utiliza e adapta a tese do *Jornalismo para a Paz* à cobertura jornalística dos conflitos urbanos, em especial às ações do crime organizado. Nesse sentido, definiu-se como objeto de análise a cobertura

jornalística dos episódios de violência ocorridos no estado de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro, praticados por organizações criminosas.

Estudaram-se os textos noticiosos produzidos pelos jornais Folha de São Paulo e O Globo. Estes veículos foram escolhidos, tendo como critério a liderança na circulação no ano de 2006 (OS MAIORES..., 2006), bem como por sua projeção no panorama jornalístico do país, e por estarem localizados nos dois centros urbanos que foram os focos da ação do crime organizado sob análise.

No jornal Folha de São Paulo, foram consideradas “as três ondas de violência”. Iniciou-se, então, no período de 14 a 28 de maio de 2006, relativo à primeira ação do Primeiro Comando da Capital – PCC - contra as forças de segurança do estado. No mês de julho, entre os dias 13 e 27, ocorre a segunda onda. Nela novos ataques do crime organizado foram direcionados não só a policiais, mas à sociedade civil, comércio e bancos. E de 3 a 17 de agosto, acontece a terceira e última onda, uma ação do PCC que seqüestra o jornalista da Rede Globo de Televisão, Guilherme Portanova.

No jornal O Globo, analisaram-se as matérias publicadas entre 28 de dezembro de 2006 e 11 de janeiro de 2007, referentes aos fatos que ocorreram na madrugada do dia 27, no Rio de Janeiro (ações violentas promovidas pelo crime organizado, em função do conflito entre traficantes e milícias); depois entre 1º e 16 de maio de 2007, início da ocupação, com confronto armado, do Complexo do Alemão pelas forças de segurança. Por fim, entre os dias 28 de junho e 12 de julho de 2007, em que houve uma ação mais enérgica de combate ao tráfico no Complexo, com a entrada de 1350 policiais no local.

A definição do corpus de análise dos jornais foi feita com o intuito de mostrar a amplitude da cobertura diária destes episódios violentos de grande repercussão nacional. Por isso, nos dois veículos, analisou-se um período de 45 dias, divididos em três fases de 15 dias, totalizando na Folha de São Paulo, 412 textos jornalísticos analisados e, no O Globo, 151.

Como afirmado, pretende-se, neste trabalho, utilizar o arcabouço teórico dos pesquisadores do *Jornalismo para a Paz*. Dessa maneira, propôs-se, para a nossa análise, o seguinte questionamento:

- As coberturas jornalísticas, realizadas pelos jornais Folha de São Paulo e O Globo, nos conflitos urbanos envolvendo o crime organizado, podem ser enquadradas nos pressupostos do *Jornalismo para a Paz*?

- O tipo de jornalismo realizado por esses veículos de referência destaca o conflito, podendo ser enquadrado, por isso, como *Jornalismo de Violência* à semelhança do que Galtung chama de *Jornalismo de Guerra*?

A dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, “Construção da notícia e sua função social – a proposta do *Jornalismo para a Paz*” adentra-se nas teorias do jornalismo com o intuito de refletir a produção noticiosa, seus valores, a influência da objetividade, o papel social do jornalismo, chegando, por fim à Corrente do *Jornalismo para a Paz*.

Os Estudos para a Paz surgem na década de 50, no período pós Segunda Guerra Mundial, com a criação de diversos centros de pesquisa no mundo. Constitui-se em uma ciência com o intuito de estudar a paz, os conflitos, a guerra e a violência. Johan Galtung¹ é um dos precursores no tema. Em 1959, funda o Instituto Internacional de Pesquisas de Paz e, em 1964, o Journal Peace Research, ambos em Oslo. O autor, que tem sua trajetória marcada pela mediação de diversos conflitos no mundo, é também o formulador dos requisitos da corrente teórica denominada *Jornalismo para a Paz*.

Além dele, também foram utilizados, para orientação deste trabalho, outros teóricos referenciais sobre o tema, como Jack Lynch e Annabel McGoldrick, dois repórteres internacionais com longo percurso profissional na cobertura de guerras e conflitos armados. Ambos contribuem na divulgação deste pensamento e na formação de profissionais com essa perspectiva.

No segundo capítulo, “Criminalidade”, discorre-se sobre as várias teorias referentes à violência e à criminalidade na sociedade atual. Abordamos também o crime organizado, as concepções teóricas sobre violência e a conjuntura nacional. Além disso, consideram-se alguns fatores que geram a realidade violenta do Rio de Janeiro e de São Paulo, dentre eles, a desigualdade social, as principais organizações criminosas como o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital. Ainda neste capítulo, explora-se a relação entre a mídia, a

¹ Autor do primeiro Manual das Nações Unidas para mediação e transformação de conflitos por meios pacíficos (PNUD, 2000). Diretor e fundador da TRANSCEND: Rede para a Paz e o Desenvolvimento, <http://www.transcend.org/>.

violência, a criminalidade e o espetáculo midiático levando em conta a contribuição de teóricos como Debord, Bourdieu, Sodré, entre outros.

No terceiro capítulo, faz-se a análise da cobertura realizada pelos jornais Folha de São Paulo e O Globo sobre o crime organizado e a ação das forças de segurança dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A metodologia escolhida foi a de Análise de Conteúdo. De acordo com WIMMER e DOMINICK (1987, p.4) trata-se de “um método de se estudar e analisar a comunicação de uma maneira sistemática, objetiva e quantitativa com o objetivo de medir variáveis.”

Assim, inicialmente, aprofunda-se a metodologia a ser utilizada, apresentando as categorias definidas a partir dos pressupostos do *Jornalismo para a Paz*. Na seqüência, realiza-se a análise dos textos jornalísticos dos dois veículos de comunicação, no período selecionado e descrito anteriormente. Para finalizar, faz-se o cotejamento dos resultados da análise dos jornais, procurando mostrar semelhanças, diferenças e tendências que refletem a prática do jornalismo da Folha de São Paulo e do O Globo.

1 CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA E SUA FUNÇÃO SOCIAL – A PROPOSTA DO JORNALISMO PARA A PAZ

O jornalismo, cotidianamente, contribui para a formação das imagens da realidade através da construção da notícia e a disseminação do conhecimento. A mídia estabelece parâmetros para definir o que cabe considerar como acontecimentos noticiáveis. É um processo que envolve a apuração dos eventos, a produção da notícia e depois a circulação da informação e o consumo pelo público.

Este capítulo aborda, num primeiro momento, quais os valores que definem o que é ou não é notícia. Em seguida discorre sobre objetividade do trabalho jornalístico, em especial, na cobertura de guerras e conflitos sociais, buscando refletir sobre o papel do jornalista nestas situações, e nos processos de construção da paz. Da mesma forma, busca compreender como e porque um fato merece ou não ser registrado nestas circunstâncias.

Por fim, adentra-se nos preceitos teóricos do *Jornalismo para a Paz*, sua história e tendências atuais. Destaca-se o que esta corrente de pensamento defende em relação à noticiabilidade dos fatos e ao papel social do jornalista.

Assim, este capítulo visa proporcionar o conhecimento teórico necessário para, após o aprofundamento sobre a criminalidade e a violência em São Paulo e no Rio de Janeiro (ver capítulo II), realizar a análise da cobertura jornalística sobre a violência urbana nos jornais Folha de São Paulo e O Globo (ver capítulo III).

1.1 Valores

A construção da notícia se dá a partir de critérios que ao longo do tempo foram se consolidando e considerados indispensáveis ao processo jornalístico. De acordo com Wolf (1995, p.195) os critérios de noticiabilidade são um: “conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que selecionar as notícias”. Ainda, os valores-notícia explicam quais acontecimentos “são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?”, define Wolf.

Kunczik (2002, p.241) afirma que o tema é uma preocupação antiga dos profissionais da área e lembra que já em 1690, Peucer apresentou sua dissertação sobre jornais alemães, onde apresentava temas que deveriam nortear o jornalista na escolha do que merece ser publicado.

Outro estudo referencial foi o realizado por Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge, em 1965, intitulado *A estrutura do noticiário estrangeiro* e publicado no *Journal of International Research*. Os autores verificaram como os fatos se tornaram notícias na cobertura feita sobre as crises do Congo, Cuba e Chipre por quatro jornais estrangeiros. Kunczik (2002, p.246) sintetiza o estudo ao afirmar que: "as más notícias são boas notícias", ou seja, as notícias negativas são divulgadas nos canais noticiosos mais facilmente. É mais fácil divulgar uma notícia quando esta é consensual, posto que haja um acordo quanto à sua interpretação como um evento negativo. "As notícias negativas são mais consonantes com algumas pré-imagens dominantes de nosso tempo e as notícias negativas são mais inesperadas do que as positivas", explica.

Wolf (2005, p. 200-218) explica que os critérios de noticiabilidade dizem respeito ao conteúdo, ao produto, ao meio de comunicação, ao público e à concorrência. Salienta-se, entretanto, que podem variar, pois são influenciados pelo período histórico, cultural e geográfico.

Os critérios substantivos referem-se ao conteúdo, ao acontecimento a ser transformado em notícia e são subdivididos em importância e interesse. O primeiro diz respeito ao número de pessoas e ao nível hierárquico dos envolvidos, ao impacto sobre a nação e às conseqüências sobre o futuro. O segundo critério está relacionado à capacidade de entretenimento, ou seja, a fatos inusitados e espetaculares que atraem o receptor, o interesse humano, como questões humanitárias ou matérias sensacionalistas, e à composição equilibrada, o que significa que um noticiário deve ter um número semelhante de informações positivas e negativas para atrair o público.

Os critérios referentes ao produto dizem respeito à disponibilidade, à atualidade, à acessibilidade de materiais, à qualidade técnica, à brevidade e à relevância da notícia.

Os relativos aos meios de comunicação abordam a acessibilidade às fontes e aos locais da cobertura. Valorizam o material visual e o texto verbal, sua frequência (continuidade da cobertura) e o formato.

Os relacionados ao público tratam da estrutura narrativa, sua clareza e a chamada protetividade (isto é, divulgar informações que possam gerar pânico na população).

Por fim, outro importante critério é o que destaca a concorrência entre os veículos de comunicação. De um lado, exige do jornalista e da empresa a exclusividade, o furo jornalístico. Do outro, mantém as expectativas recíprocas entre as empresas, desencorajando as inovações, priorizando os padrões profissionais comuns.

1.2 A Objetividade

A discussão sobre o processo jornalístico tanto do ponto de vista técnico quanto ao seu aspecto deontológico não é recente, mas nem por isso é menos atual e digna de intensos debates acadêmicos e profissionais. Para alguns, o jornalista deve se resignar a registrar os fatos, sem necessariamente ter um compromisso social ou mesmo se preocupar em investigá-los. Sendo a notícia um relato puro e simples ele não se preocuparia com a relevância de seu trabalho, sob o ponto de vista social. Segundo essa ótica tudo o que o jornalista noticia pode ser considerado um espelho da realidade. O seu compromisso restringe-se a alguns preceitos jornalísticos como a objetividade, o equilíbrio e a neutralidade. Em momentos de guerras, os mesmos compromissos seriam válidos.

Lustosa (1996, p.19), ao contrário, enfatiza que notícia é a informação transformada em um produto de consumo que pode tanto ser de interesse coletivo como de um grupo expressivo de pessoas. “A notícia é, pois, uma versão de um fenômeno social, não a tradução objetiva, imparcial e descomprometida de um fato”.

Tais interpretações da atividade jornalística variam com o tempo. Desde sua origem, o jornalismo passou por diversas fases que foram marcantes na concepção da profissão e no papel desempenhado pelo jornalista. De acordo com

Marcondes Filho (1989, p.56-76), o jornalismo pode ser dividido historicamente em quatro momentos: o primeiro entre 1789 e a metade do século XIX, é o período da invenção das rotativas. Nele predominam o jornalismo literário, político e partidário. No segundo momento, da metade do século XIX até o início do século XX, o jornal assume a característica de uma empresa capitalista. Precisa vender exemplares para se sustentar, e as notícias de interesse humano ganham espaço. O terceiro momento, no século XX, é caracterizado por grandes conglomerados. Por fim, no quarto momento, após 1970, os jornalistas tornam-se prestadores de serviços, administram, reúnem, classificam e compatibilizam as demandas do leitor com as tarefas jornalísticas.

É no segundo momento apontado por Marcondes Filho e também citado por Amaral que, principalmente, na Inglaterra, França e Estado Unidos, começa a preocupação com o uso da objetividade.

“(...) objetividade, ou melhor, aquilo que mais tarde ganharia o nome de objetividade, passa a se identificar com uma mistura de estilo direto, imparcialidade, factualidade, isenção, neutralidade, distanciamento, alheamento em relação a valores e ideologias” (AMARAL, 1996, p.26).

Amaral (1996, p.26) destaca também quatro acontecimentos que contribuíram para a consolidação do princípio da objetividade: o advento das agências de notícias, o desenvolvimento industrial, as duas grandes guerras mundiais e o advento da publicidade e das relações públicas.

De acordo com Traquina (1993, p.168), o conceito de objetividade surge nos Estados Unidos, nos anos 20 e 30 do século XX. Relata que, segundo Michael Schudson, com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em dúvida.

Mas Traquina (1993, p.168) defende que os jornalistas não são meros observadores passivos que apenas relatam os fatos, mas, participantes ativos no processo de construção da realidade. Destaca:

“(...) as notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias não acontecem na conjunção de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento.

O autor ressalta que o jornalista está orientado pelas noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade. E são justamente estas regras que

reforçam a reprodução das idéias dominantes, pois, para alcançar estes objetivos, os profissionais do jornalismo buscam fatos e fontes dignas de crédito, ou seja, as fontes chamadas oficiais ou as que possuem algum status social, político ou econômico.

Lustosa (1996, p. 21-22) ressalta que, apesar do propósito e do compromisso de alguns jornalistas, a imparcialidade e a impessoalidade jamais ocorreram efetivamente no jornalismo. Relata que, nos anos 50, os jornalistas, com raras exceções, assumiram a pregação da imparcialidade como princípio ético e moral, embora praticassem exatamente o contrário. Afirma, ainda, que Carlos Lacerda, jornalista proprietário do jornal Tribuna de Imprensa, nos anos 50, foi um dos primeiros a adotar um manual de redação em sua empresa, defendendo o uso da imparcialidade, mas, na prática profissional, era totalmente parcial em seus ataques a Getúlio Vargas. Lustosa explica que o que ele fazia na verdade era defender os interesses do partido político UDN contra o então Presidente da República.

Pensar em objetividade, induz-nos à imparcialidade que, por sua vez, conduz-nos ao mito do profissionalismo e do bom jornalismo. Vale destacar que a objetividade é alvo de muitos questionamentos entre os profissionais da área e os pesquisadores acadêmicos. Uma das causas destes questionamentos é a possibilidade dos jornalistas, dos meios de comunicação, dos governos e das elites de manipularem a verdade e distorcerem a realidade. Entretanto, ela é ainda uma das marcas do jornalismo.

Hohlfeldt (2001) constatou, através de pesquisa em diversos livros, que a objetividade foi a categoria mais citada quando se abordavam as categorias utilizadas no texto jornalístico. Quando o objeto de análise foi entrevistas com diversos profissionais renomados como: Caco Barcellos, Roberto Cabrini, Otávio Frias Filho, Clóvis Rossi, Élio Gaspari e outros, as categorias mais citadas foram veracidade e objetividade, o que demonstra a relevância do conceito no meio.

Tuchman, por sua vez, aponta três fatores que ajudam um jornalista a definir um fato como objetivo: a forma (atributos da notícia e dos jornais), o conteúdo (noções de realidade social consideradas pelos jornalistas como adquiridas) e as relações interorganizacionais. Para ela, a objetividade “pode ser vista como um ritual estratégico, protegendo os jornalistas dos riscos da sua profissão” (TUCHMAN, apud TRAQUINA, 1993, p.74).

Bourdieu (1997, p.36), ao lembrar uma entrevista com um diretor de programação que estava em evidência em uma emissora francesa, ironiza, relatando:

Eu perguntava: por que coloca isto em primeiro lugar e aquilo em segundo? E ele respondia: “é evidente”. E é sem dúvida por essa razão que ele ocupava o lugar onde estava, isto é, porque suas categorias de percepção estavam ajustadas às exigências objetivas.

1.2.1 A Objetividade em Situação de Conflito

Se pensar em objetividade no dia-a-dia já é algo difícil, muito mais o é em tempos de guerra. De acordo com Cviic (2003, p17), jornalista inglês que cobriu a guerra do Iraque pela Rede de Notícias BBC, o primeiro problema em tentar ser objetivo em situação de guerra é conseguir ter acesso às fontes e enxergar as situações dos dois lados envolvidos no confronto. Relata que a BBC utilizou os repórteres *embedded* em unidades do exército norte-americano, mas que em Bagdá, diferentemente, eles tinham um grupo de correspondentes, o que foi fundamental para dar credibilidade à cobertura. Assim, eles tinham condições de estar no local e descrever os ataques norte-americanos. Segundo Cviic, o maior problema que ele verificou com os repórteres *embedded*, era o risco de se usar terminologias semelhantes aos do exército: “Julgo que o emprego das palavras é a parte mais importante em tentar ser objetivo”.

Ainda, sobre a importância das palavras nas reportagens de guerra, Robert Fisk, um dos mais renomados repórteres de guerra do mundo, critica o uso de termos como *guerra* em vez de *invasão* ou *liberação* em vez de *ocupação*. Sobre os cerca de 600 jornalistas *embedded*, que fizeram a cobertura da guerra, ele diz que os jornalistas independentes foram chamados de traidores e irresponsáveis, tornando-se inclusive alvo dos ataques, já que não possuíam a proteção do exército norte-americano.

Nota-se, na análise dos autores e nos variados depoimentos de jornalistas, o relato da dificuldade em fazer uma leitura objetiva da realidade em uma situação de guerra. Também, em um período de constantes mudanças de valores, no qual a violência se torna lugar comum, e as imagens de morte e

sofrimento alheio são banalizadas, cresce a demanda por mais responsabilidade por parte do jornalista, bem como o seu comprometimento com as informações que apura e repassa.

No Brasil, a objetividade em momentos de conflito também merece ser debatida. Os conflitos armados no país são tratados como esporádicos. Os meios de comunicação não têm dado a atenção devida ao tema. A cobertura destes fatos tem sido superficial. Para Goyzueta (2003, p.62), jornalista peruana residente no Brasil, correspondente de veículos norte-americanos e europeus e presidente da ACE - Associação dos Correspondentes Estrangeiros -, a imprensa nacional deveria dar uma cobertura mais adequada aos conflitos locais. Ela destaca ainda que, os fatos recorrentes em São Paulo e no Rio de Janeiro, envolvendo o tráfico de drogas, demonstram uma situação de guerra. Alerta, no entanto, que não existem nem treinamento nem a necessária proteção para preservar os profissionais: “não é visível ainda uma ação das empresas de comunicação para tratar os seus jornalistas que cobrem o tráfico como correspondentes de guerra.”

Por fim, cabe assinalar que a importância da cobertura dos conflitos, seja em momentos de guerra ou confrontos armados, é uma unanimidade. A polêmica reside em se definir o papel da imprensa nestas ocasiões. Para alguns, o jornalista deveria se restringir a relatar os fatos com o uso da objetividade; para outros, ele tem um papel social a exercer, revelando as atrocidades da guerra e posicionando-se a favor da paz e contra as injustiças.

1.3 Nos Passos do *Jornalismo para a Paz*

A corrente do *Jornalismo para a Paz* surge como uma alternativa ao modelo tradicional do *Jornalismo de Guerra*. O sociólogo e matemático norueguês Johan Galtung apresenta esta noção de jornalismo dentro do contexto dos seus pioneiros *Estudos para a Paz*.

Este *Jornalismo para a Paz* começa a ser disseminado, de acordo com o Positive News Youth Views On-line (JOURNALISME, 2007), com o artigo: “A Estrutura do Noticiário Estrangeiro”, publicado nos anos 60 por Galtung. O texto criticava o tipo de jornalismo daquela época, o qual mostrava que as más notícias

são mais relevantes que as boas, considerando, portanto, a negatividade como um critério de noticiabilidade. As principais propostas deste artigo hoje são componentes centrais do conceito *Jornalismo para a Paz*.

Galtung e Fischer (2002) fazem uma analogia para explicar o *Jornalismo para a Paz*. Para ele, assemelha-se a um *Jornalismo para a Saúde*. Um correspondente desta área faria matérias que visassem prevenir a doença, apresentando suas causas. Após a moléstia se instalar no corpo humano, o jornalismo de saúde buscaria verificar todas as formas de seu tratamento, bem como, as pesquisas em desenvolvimento. Relataria, também, casos de pessoas que venceram a enfermidade. O *Jornalismo de Guerra*, diferentemente, assemelha-se ao jornalismo esportivo. Neste caso, o importante é vencer, sempre havendo um vitorioso e um derrotado. Assim, a matéria descreve a disputa, os concorrentes e não apresenta como alternativa a possibilidade de todos os lados saírem ganhando, como num empate.

O sociólogo afirma que o *Jornalismo para a Paz* deve não só relatar o que se passa na zona do conflito, mas também a conjuntura em que se passa o embate, suas causas, a realidade local e as transformações sociais impostas por ele. Salaria também, a importância de se destacar todas as iniciativas pela paz e não apenas as que são apresentadas pelas fontes oficiais.

Em 1997, a publicação do documento “The Peace Journalism Option” tornou-se um marco teórico sobre o tema. O texto foi resultado das conclusões do curso de verão: *Conflict and Peace*, em Buckinghamshire, no Reino Unido que contou com a participação de jornalistas, acadêmicos de comunicação e estudantes da Europa, África, Ásia e Estados Unidos. Galtung foi o relator do evento. Além dele, diversos nomes de destaque na área da cobertura jornalística de guerra, bem como, estudiosos e teóricos sobre guerra e paz compareceram.

Algumas das questões mais debatidas no vento foram a importância histórica da cobertura dos meios de comunicação das guerras e conflitos armados e o modo como o *Jornalismo de Guerra*, muitas vezes, narra estes eventos. Houve unanimidade na visão de que, normalmente, o relato é feito de modo parcial, demonizando o inimigo de um lado, vitimizandoo e tratando com condescendência o aliado, dando ênfase à violência e ao conflito, escondendo e ignorando as iniciativas para sua resolução.

O *Jornalismo para a Paz* é uma alternativa metodológica ao propor uma mudança do modelo tradicional de cobertura e demonstrar que o jornalismo deve estar mais consciente das conseqüências de suas ações que podem tanto contribuir com a violência, como ajudar a conduzir à paz. Explica Manoff (apud GALTUNG, 1997):

Os meios de Comunicação constituem um grande recurso humano cujo potencial para ajudar a prevenir e minorar a violência social implora para ser discutido, avaliado e, onde for adequado, utilizado.

Sua intenção não é ocultar o que está acontecendo. Pelo contrário, o *Jornalismo para a Paz* orienta-se pela transparência dos fatos. Como ressalta Felipe (2004, p. 33): “A questão central é explicar o porquê da violência, em que contexto ocorre, analisá-la e situá-la de forma adequada ao invés de simplesmente mostrá-la, simplificando e convertendo-a em espetáculo”.

O *Jornalismo para a Paz* adota conscientemente uma agenda para resolução do conflito e mapeia o conflito da pré-violência, identificando muitas partes e causas, abrindo deste modo trajetos para o diálogo e para a paz.

O *Jornalismo para a Paz* humaniza todos os lados do conflito e está preparado para documentar as falácias, sofrimentos e as iniciativas pacificadoras de todas as partes, (...) transcende categorias cansadas do jornalismo de vítimas e *vox popper*² (GALTUNG, 1997).

Dois experientes repórteres de guerra, hoje referenciais no tema, são Jake Lynch e Annabel McGoldrick, ambos com mais de 30 anos de profissão. Já cobriram diversos conflitos internacionais pela BBC de Londres, ITV, Sky News, London Independent e ABC Austrália. Estes jornalistas lecionam *Jornalismo para a Paz* no Departamento de Jornalismo e Estudos para Paz em quatro universidades do Reino Unido, além de ministrarem cursos para editores e repórteres em diversos países, entre eles o Reino Unido, Indonésia, Filipinas, Nepal, Oriente Médio e na região do Cáucaso. Eles explicam que, no *Jornalismo para a Paz*, os repórteres e editores escolhem quais histórias relatar e como relatá-las, visando criar oportunidades para que a sociedade em liberdade possa refletir e valorizar as soluções não-violentas para os conflitos (LYNCH/McGOLDRICK, 2005, p.5).

² O termo *vox popper* utilizado neste texto significa a voz de Deus, ou seja, a voz oficial, a voz de quem manda, de quem decide.

Outra maneira de compreender o que é o *Jornalismo para a Paz* é confrontando-o com o *Jornalismo de Guerra*. Neste sentido, torna-se útil o quadro elaborado por Galtung (1997) que evidencia a diferença entre os dois modelos, contrastando características, objetivos, valores, e diferenciando guerra de conflito.

Quadro 1: *Jornalismo para a Paz – Conflito e Jornalismo de Guerra - Violência*

| <i>Jornalismo para a Paz - Conflito</i> | <i>Jornalismo de Guerra - Violência</i> |
|---|---|
| <p>1 – Orientado para a Paz – conflito</p> <ul style="list-style-type: none"> - Explora a formação do conflito, existem muitas partes, objetivos e motivos gerais, orientação para que todas as partes envolvidas saiam ganhando (³ganha-ganha) - Espaço aberto, tempo aberto, causas e conseqüências podem estar em qualquer lugar e também na história e na cultura. - Mostra os conflitos de forma transparente. - Dá voz a todas as partes, empatia e compreensão. - Vê o conflito/guerra como um problema, focar o conflito com criatividade. - Humaniza todos os lados, especialmente quando envolve armas perigosas - Pró-ativo: previne a ocorrência da guerra/violência - Foco nos efeitos invisíveis da violência (trauma, glória e danos estruturais e culturais). | <p>1 – Orientado para a guerra - violência</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foco na arena do conflito, existem apenas duas partes, um objetivo (vencer), orientação para que haja um vencedor e um derrotado (⁴soma-zero) - Espaço fechado, tempo fechado; causas e soluções estão na arena, “quem jogou a primeira pedra”. - Mostra as guerras de forma obscura/secreta. - Jornalismo para “nós - eles”, para propaganda, para nós. - Ver “eles” como o problema, foco em quem predomina na guerra. - Desumaniza “eles”; especialmente quando envolve armas perigosas. - Reativo: espera a violência para fazer a reportagem. - Foco somente nos efeitos visíveis da violência (mortos, feridos, danos materiais). |

³ “Ganha-ganha”, termo proveniente da Teoria dos Jogos. Esta teoria é utilizada para modelar situações de disputa entre dois ou mais participantes (pessoas ou instituições). A expressão “win-win” (ganha-ganha) representa o resultado de um jogo no qual os dois jogadores (adversários) obtêm resultados positivos, ou seja, alcançam situação que entendem ser melhor que a do contexto inicial. Os dois vencem.

⁴ “Soma-zero” (jogos de soma zero), termo também utilizado na Teoria dos jogos. Significa jogo com resultado de soma-zero, ou seja, para um dos jogadores obter resultado positivo (ganhar), o seu adversário necessariamente deve ter resultado negativo (perder).

Quadro 1: *Jornalismo para a Paz – Conflito e Jornalismo de Guerra – Violência* (cont.)

| <i>Jornalismo para a Paz - Conflito</i> | <i>Jornalismo de Guerra - Violência</i> |
|--|---|
| <p>2 – Orientado para a Verdade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expõe inverdades de todos os lados /revelar todos os fatos escondidos, encobertos. | <p>2 - Orientado para a propaganda</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expõe as inverdades deles / ajuda os nossos a encobrir as mentiras. |
| <p>3 – Orientado para o Povo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foco no sofrimento de todos, mulheres, idosos, crianças, dando voz aos sem voz. - Identifica todos os “fazedores do mal”. - Foco nas pessoas comuns “produtoras da paz”. | <p>3- Orientado para a elite</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foco no “nosso” sofrimento, nas nossas tropas de elite, dando voz aos “nossos”. - Identifica os “fazedores do mal” do lado deles. - Foco nas pessoas da elite “produtoras da paz”. |
| <p>4 - Orientado para a solução do problema</p> <ul style="list-style-type: none"> - Paz = <i>não-violência</i> + criatividade - Destaca as iniciativas para a paz e para a prevenção da guerra - Foco na estrutura, na cultura e na sociedade pacífica. - Desfecho: resolução, reconstrução e reconciliação. | <p>4 – Orientado para a vitória</p> <ul style="list-style-type: none"> - Paz = vitória + cessar-fogo - Dissimula/esconde iniciativas de paz antes de conquistar a vitória - Foco no tratado, no institucional, na sociedade controlada. - Vai para outra guerra e retorna caso velhas questões reacendam a guerra. |

Fonte: Lynch/McGoldrick, 2005, p.6.

1.3.1 Orientação para a Paz e o Conflito

No primeiro Eixo é apresentada a Orientação para a Paz e Conflito. Nele, o jornalismo explora a formação da crise, sua história, mostra que existem muitas partes envolvidas e identifica todas elas. Resiste à noção de que o número das partes é redutível a dois. Procura vozes diferentes e articula os diversos interesses em qualquer situação. Nisto reside o antídoto à polaridade demonização/ humanização, utilizado no *Jornalismo de Guerra*. A reportagem é sensível. Vai além da violência, apresentando também o relato de pessoas que a condenam.

Neste sentido, expõe os objetivos e os motivos envolvidos na luta. Constrói a matéria, visando a que todas as partes sejam vencedoras “ganha-ganha”.

Contextualiza o embate como um espaço aberto, que não está restrito a um local ou um tempo específico. Busca as causas e as conseqüências que podem estar em qualquer lugar, inclusive na história e na cultura. Relata o conflito de forma mais clara e transparente. Dá voz a todas as partes envolvidas, aproximando-as do leitor, ouvinte ou telespectador, propiciando a empatia e a compreensão de todos os lados. Mostra a guerra como um problema para todos os envolvidos direta ou indiretamente, tanto dos que optaram pela guerra e consideram-na como a única opção, quanto para aqueles que foram informados da decisão desta e sequer tiveram chance de questionar.

Procura construir a matéria com criatividade, não apenas como um relato simplista e objetivo ou uma transcrição do óbvio. Humaniza todos os lados envolvidos. Existem seres humanos de todos os lados, alguns bons, alguns maus, terroristas, pacifistas, inocentes e criminosos. Mostra que o uso das armas, em qualquer dos lados, não é algo positivo.

Defende a pró-atividade, ou seja, o jornalista deve ir além do factual, sem se contentar em relatar “imparcialmente” os fatos, tendo em vista que a imparcialidade, em alguns casos, é uma forma de parcialidade. O jornalista procura prevenir a ocorrência de guerra ou de uma maior violência dentro desta. O *Jornalismo para a Paz* é multidimensional, mostra de que forma os fatos ocorreram, o que é essencial para se formar qualquer idéia de como mudá-los. Apresenta os efeitos invisíveis da violência: os traumas psicológicos, a fome, a miséria, a falta de acesso à educação e à saúde, o desrespeito às crenças, aos valores étnicos, à perda da liberdade de expressão cultural de um povo, de um grupo ou de uma comunidade, entre outros.

1.3.1.1 Por que entender o conflito?

A compreensão do conceito conflito é uma necessidade preliminar para a construção do *Jornalismo para a Paz*. Para Lynch e McGoldrick (2005), conflito não é sinônimo de violência. Violência é apenas uma *resposta* possível para o conflito – uma expressão coletiva, ou uma ferramenta política para atingir metas. Por isso, é fundamental que se tenha a clareza da diferença dos termos.

Lynch (2002) destaca:

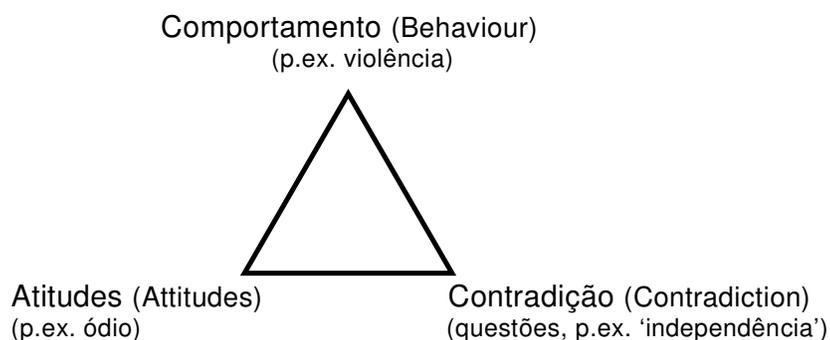
Conflito é um fato da vida (...). Todos nós convivemos com conflitos, grandes e pequenos, mas isto não significa que todos eles envolvam violência. Se administrados de maneira eficaz, os conflitos podem ser positivos e construtivos, abrindo caminho para mudanças.

Galtung afirma que “os conflitos surgem quando se produz a violação de alguma das três necessidades básicas da humanidade: sobrevivência, liberdade ou identidade.” O teórico da paz acredita no princípio budista da “origem descendente” segundo o qual todas as partes em conflito compartilham responsabilidades na criação do enfrentamento e, portanto, também as compartilham para mapear os caminhos necessários que levarão à paz (GALTUNG, apud PIM/ RAMOS, 2003, p.158).

Explica que os conflitos se dividem em três fases: a primeira, quando existe a disputa de idéias, posições, interesses, mas sem o uso da violência, quando ainda podem ser resolvidos através da negociação e do diálogo; a segunda fase é o próprio desenrolar da violência, e a terceira, após a violência, é o momento para ações de reconciliação e reconstrução para a obtenção da paz efetiva.

Ainda para Galtung, o desenvolvimento de um conflito depende da interação entre três questões latentes: “as necessidades, os interesses e os objetivos incompatíveis – conhecidos como a Contradição – e os aspectos de reação – Atitude e Comportamento”-, conforme está representado no esquema abaixo:

Figura 1: Triângulo ABC do Conflito



Fonte: Lynch/McGoldrick, 2005, p.38.

As contradições que provavelmente causem conflito surgem tipicamente em circunstâncias em que os recursos são escassos (emprego, renda, habitação,

água, etc.). O poder é distribuído desigualmente, e antigos ressentimentos não são resolvidos.

Salienta também que o conflito pode ser exacerbado pelas *Atitudes* das partes quando há falta de comunicação e/ou confiança, percepções incorretas ou tendenciosas uma da outra, ou mesmo, se as partes não valorizam o relacionamento entre elas. Uma combinação desses fatores cria condições nas quais as pessoas podem ser mobilizadas por comportamento violento, o que gera, por sua vez, o fortalecimento de atitudes e o aprofundamento das contradições.

Neste cenário de conflito, envolvendo comportamentos, atitudes e contradições, o jornalista deve atuar com a clareza de que o fato a ser relatado é decorrência de um conjunto de interações sociais que transcendem ao momento em si e aos agentes diretamente envolvidos.

O jornalista que tem um olhar mais aberto sobre o conflito e busca compreender os fatos para melhor contextualizá-los e não, simplesmente, registrá-los é um profissional mais eficiente e tem condições de registrar o conflito com maior precisão, identificar e resgatar as partes da história da crise que, muitas vezes, ficam omitidas ou marginalizadas.

Nesse sentido, Lynch e McGoldrick (2005, p. 42) apontam a necessidade de se mapear o embate, ou seja, buscar identificar todas as partes envolvidas, objetivos e necessidades. Assim, evita-se o modelo bipolar que considera apenas a existência de duas partes relacionadas, enquanto que, na realidade, em um conflito, existem diversos atores que sofrem direta ou indiretamente os reflexos da guerra.

Para os jornalistas, este conceito abre uma nova perspectiva sobre quem entrevistar e que perguntas fazer. Quanto mais atores pudermos colocar no mapa do conflito, mais distante estaremos do modelo considerado pelos autores como bipolar destrutivo. Neste tipo de situação, conforme prevê a Teoria dos Jogos, quando um lado está 'ganhando', o outro lado tem de estar, necessariamente, 'perdendo'. É o que se chama de um 'jogo de soma zero'. Basicamente, cada um defronta-se com a vitória ou com a derrota. A derrota, sendo impensável, cada um investe todas as suas forças para a vitória.

O primeiro passo para o mapeamento, é identificar todos os personagens envolvidos: líderes de países, grupos, tribos, comunidades, indivíduos. Em

] conflitos sociais ou políticos, as partes freqüentemente não são unidas, mas têm facções, líderes e seguidores, membros essenciais e patrocinadores.

No segundo momento, devem-se listar as posições, demandas ou metas. No terceiro, a questão precisa ser definida. Qual é a razão central da crise? Dificilmente haverá uma única resposta. Assim, o melhor é listar as diversas opções, demonstrando a complexidade do problema.

Na fase quatro, buscam-se as necessidades e os temores das partes. Para isto, explicam os autores, alguns pontos devem ser observados. Os jornalistas, primeiramente, precisam verificar se há, entre os diferentes grupos envolvidos, interesses, valores e idéias comuns. O jornalista deve, também, colocar-se no lugar do outro, ou seja, no grupo com o qual teoricamente possui menos afinidade, para, dessa forma, ser capaz de humanizá-lo.

Os autores alertam para a importância dos jornalistas realizarem uma abordagem diferenciada. O que eles chamam de *descascar a cebola*: “encontrar modos de descobrir os objetivos originais de baixo da massa, ou seja, do discurso endurecido do conflito” (2005, p.44).

Por fim, é importante fazer o levantamento das percepções que as partes envolvidas têm uma da outra.

1.3. 2 Orientação para a Guerra e a Violência

No *Jornalismo de Guerra e Violência*, a informação é direcionada para o confronto, o foco é limitado à arena do enfrentamento, ao local e ao momento no qual se passam os fatos, em um espaço fechado e num período de tempo limitado. As causas e as soluções são, também, restritas ao local do conflito. O que importa é mostrar “quem jogou a primeira pedra”. Neste caso, é importante refletirmos que assim como o *Jornalismo para a Paz* busca prevenir a guerra ou seus novos episódios de violência, o *Jornalismo de Guerra* também pode exercer um papel importante para desencadear a guerra ou incitar a violência.

Manoff (apud GALTUNG, 1997) lembra que, na primeira guerra do Golfo os jornais americanos e ingleses criticavam o posicionamento relutante da França e da Rússia à guerra e atribuíam esta posição aos interesses e benefícios econômicos que atraíam estes países. Entretanto, em momento algum, houve o mesmo questionamento sobre os Estados Unidos.

(...) Era coincidência o fato que, logo depois deste episódio, o Kuwait anunciara que estava trocando um grande contrato de compras de armas com a China, preferindo um fornecedor dos EUA? Os fabricantes britânicos e americanos de armas prosperaram após a guerra. (...)

Nesse tipo de jornalismo, as guerras são mostradas de forma nebulosa, com informações secretas, sem transparência, desinformando ao invés de informar. O profissional da imprensa dá voz apenas aos “nossos”, ao lado para o qual o jornalista veio fazer a cobertura. Por isso, mostra o outro lado, “eles”, como o problema - o foco e o enquadramento refletem a ótica do lado dominante.

O jornalista constrói a matéria com dois personagens centrais. Existem, portanto, apenas dois lados envolvidos. Nas guerras, estes personagens podem ser representados pelos EUA e o Iraque, ou por Bush e Sadam Hussein, mas se transpusermos para a realidade nacional, os personagens se ajustariam à relação entre a polícia e o traficante, ou o governo e bandido.

A matéria mostra “eles” como a causa do problema. O jornalista desumaniza “eles”, os personagens “deles”. O jornalista é reativo, pois, espera a violência acontecer para fazer a matéria. Sem violência, não há notícia. A reportagem salienta apenas os efeitos visíveis da violência: o número de mortos, os feridos, os danos materiais, as armas apreendidas, as bombas descobertas, etc.

Converte a guerra num espetáculo (busca as imagens, os sons, e os depoimentos mais violentos e sensacionais). Há a demonização de um dos lados em função de sua etnia, classe social, opção religiosa ou nível cultural. As armas “deles” são as piores, mais violentas e desumanas; as “nossas” são as necessárias para a defesa dos “nossos”.

1.3.2.1 A Natureza da Violência

Ao resgatarmos a etimologia latina (*violentia*), a palavra violência significa o uso da força. O verbo *violare* indica uma referência à transgressão, à profanação, ao uso de vias proibidas. A violência, no entanto, não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou a ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza.

Para o antropólogo Gilberto Velho (1996), a idéia de violência também está associada à idéia de poder, quando se enfatiza a possibilidade de imposição de vontade, desejo ou projeto de uma pessoa sobre outra. Entretanto, o fato de a violência apresentar-se como uma crise em relação ao estado normal cria, por princípio, uma afinidade entre ela e a mídia. Sendo assim, os meios de comunicação precisam de acontecimentos e vivem do sensacional.

De acordo com Galtung (2004), pode-se apontar três tipos de violência: a *Direta*, a *Cultural* e a *Estrutural*. A primeira tem efeitos visíveis, pois fragiliza as aspirações humanas com o objetivo de ferir e agredir de forma física ou verbal. A segunda, a *Cultural*, diz respeito a formas que justificam e glorificam a violência através da agressão dos hábitos, das crenças, dos símbolos, dos valores ou do pensamento de um povo, grupo ou comunidade. Entretanto, ela é ainda mais sólida por meio de idéias e imagens carregadas na mente das pessoas, por isso é considerada uma forma invisível de violência. A terceira forma é a *Estrutural*, também considerada invisível. Esta é fruto da miséria, da falta de acesso ao atendimento das necessidades básicas, da privação dos direitos humanos, entre outros motivos. Os dois últimos modos de violência, apesar de serem invisíveis, são a causa da violência direta e, portanto, merecem muita atenção.

1.3.2.1.1 Violência Cultural

Como exemplo concreto de Violência Cultural Lynch (2005, p.61) cita o genocídio ocorrido em Ruanda, em 1994, quando foram mortas mais de 800 mil pessoas em cerca de 100 dias. O povo ruandês divide-se em dois grupos étnicos: a maioria hutu e o grupo minoritário dos tutsis. Em 1961, Ruanda é proclamada independente da Bélgica que governava o país indiretamente através dos reis tutsis, desde 1923. Os grupos hutus (nativos de Ruanda) sempre viveram em rivalidade com os tutsis que imigraram para o país em 1300. Esta condição de animosidade, somada à miséria que assolava o país, produziu um conflito que teve seu estopim com a morte do presidente hutu em 1962. Ele havia assinado um acordo de paz que previa a participação dos tutsis no governo. Os tutsis foram acusados de serem os mentores do atentado contra o presidente hutu. O episódio desencadeou a fúria do povo hutu e a tentativa de extermínio dos tutsis.

Mais tarde, constatou-se que o atentado fora realizado pelos próprios hutus que discordaram da postura do presidente.

Os meios de comunicação locais, apelidados internacionalmente de “Mídia do Ódio”, tiveram participação fundamental no genocídio. A Rádio Television Libre dês Mille Collines, dominada pela facção hutu, promoveu uma campanha incessante contra o povo tutsi, estimulando e legitimando a violência. Houve um processo de desumanização e a construção de um imaginário carregado de ódio entre as facções étnicas. Os grupos não viam um ao outro como um conterrâneo, vizinho ou conhecido, alguém que também pertencia àquele país. Os tutsis foram considerados inimigos, uma ameaça que, por isso, precisava ser eliminada (MANDANI apud, LYNCH/MCGOLDRICK, 2002).

Da mesma forma, a revista *Kangura*, de Kigali, capital de Ruanda, dirigida na época por ativistas do Poder Hutu, publicou os ‘Dez Mandamentos dos hutus’. O texto pregava que não houvesse piedade para com os tutsis. Defendia a pureza étnica. Falava sobre as perigosas mulheres tutsis e sobre a gravidade do crime que seria cometido caso alguém tivesse qualquer tipo de relação com elas. Assim afirmava:

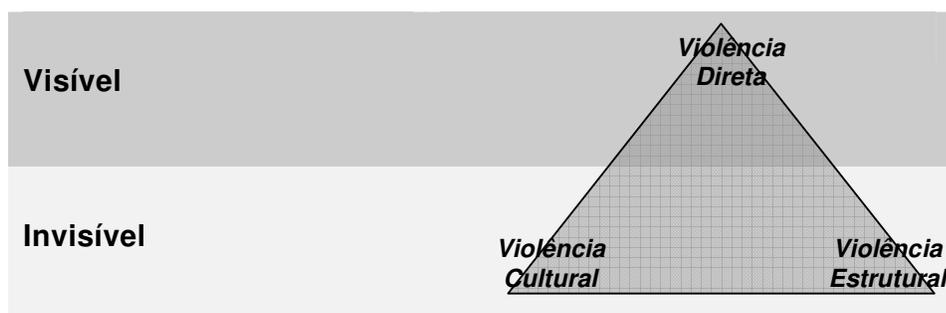
Cada homem hutu deve saber que as mulheres tutsis trabalham em solidariedade com sua raça tutsi. Em conseqüência, todo homem hutu é um traidor se: casar com uma mulher tutsi; fizer de uma mulher tutsi sua concubina ou fizer de uma mulher tutsi sua secretária ou protegida. (CAPLAN apud, LYNCH/MCGOLDRICK, 2002).

1.3.2.1.2 Violência Estrutural

A violência estrutural é causada pelo sistema social, as desigualdades, a falta de acesso às necessidades básicas como alimento, saúde, educação e trabalho. Estes fatores acabam gerando atos de violência. Ela ocorre quando uma estrutura, normalmente compreendida como um sistema de relações políticas, sociais ou econômicas, cria barreiras que as pessoas não conseguem remover para conseguir alimento, proteção, educação, emprego, segurança, entre outros. Ela pode tomar formas visíveis como os ônibus só para brancos no Apartheid da África do Sul. É também vista como uma forma *invisível* de violência, pois se constrói dentro de modos de fazer e pensar uma determinada cultura.

Os conceitos de violência estrutural e cultural são úteis para se compreender melhor o conflito e pensar uma maneira de atingir a reconciliação. Da mesma forma, amplia o foco do jornalista que não busca unicamente informações sobre a violência física, tendo em vista que a violência cultural e a estrutural são a base que desencadeia os atos violentos, conforme quadro abaixo (GALTUNG, 2004):

Figura 2: Violência Visível e Invisível



Fonte: Galtung, 2004.

1.3.2.2 O Triângulo ABC do Conflito e os Três Tipos de Violência

O jornalismo que enfatiza a violência é por consequência um *Jornalismo de Guerra*. Para Lynch/McGoldrick (2005, p.60), uma característica chave deste tipo de jornalismo é a sua *linearidade*. “Verificamos isto ao cruzarmos o Triângulo ABC do Conflito com as três formas de violência”. Eles explicam que no *Jornalismo de Guerra*, o C – a Contradição, ou questões que dividem as partes – é frequentemente excluída em reportagens que se concentram na Atitude e no Comportamento. A violência estrutural também está ausente, geralmente, com uma notável tendência a favor da violência direta. Do mesmo modo, a violência cultural é invisível, principalmente quando esta cultura é considerada exótica ou desconhecida e por isso julgada como desprezível.

O *Jornalismo de Guerra* oferece um relato detalhado da violência, uma série de trocas olho-por-olho. Ele nos diz como são as coisas sem fornecer nenhuma dica real de como as coisas vieram a se tornar o que são. As suas explicações do conflito e da violência são lineares.

Nos dois exemplos abaixo, vemos duas formas de cobertura de um conflito:

Matéria 1 - *Jornalismo de Guerra*

Massacre arruína esperanças para a paz na Macedônia⁵

A almejada paz para o fim do conflito na Macedônia foi colocada em ruínas na noite passada, depois do massacre de oito soldados e policiais realizado por rebeldes Albaneses, que mutilaram seus corpos.

A atrocidade ocorreu em uma emboscada na montanha próxima ao vilarejo de Vejce, nas proximidades de Kosovo, quando um grupo do exército e uma patrulha policial foram atacados com armas e granadas. Um porta-voz do governo macedônio disse: Seis homens foram feridos e três veículos destruídos.

Os corpos aparentavam terem sido cortados com facas depois que morreram, completou. O crânio de um homem foi esmagado, provavelmente, com a coronha de um rifle.

O ataque foi atribuído a guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional (NLA), que até o mês passado ocupavam os montes próximos a segunda maior cidade da Macedônia, Tetovo, quando foram forçados a abandoná-lo. Ali Ahmeti, um líder político do NLA, negou que seus homens tivessem atacado a patrulha, disse que eles podem ter atirado em legítima defesa (...).

Na análise dos autores (2005, p. 58-59) a matéria utiliza o modelo tradicional de cobertura de guerra, e assim a notícia é totalmente negativa, violenta e não apresenta outros lados ou pontos de vista. Ela é considerada sensacional por utilizar recursos lingüísticos para emocionar: “a visada paz para o fim do conflito foi colocada em ruínas”. O texto noticioso não apresenta as raízes do conflito, o foco é na violência direta, a qual é descrita de forma apelativa. Afirmam, ainda, que a matéria “toma partido” quando descreve o fato sob o ponto de vista do porta-voz do exército.

Matéria 2 - *Jornalismo para a Paz*

Partidos macedônios condenam a violência após pistoleiros matarem oito policiais e soldados⁶

Houve uma manifestação de condenação pelo setor político da Macedônia, após a noite passada quando uma patrulha e um grupo do exército foram emboscados próximo da fronteira de Kosovo, com a perda de oito homens e outros seis feridos.

Os dois principais partidos que representam a minoria albanesa se distanciaram da matança. A ação é do estilo das praticadas pelos guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional (ALN). Ali Ahmeti, um líder político do NLA, negou que seus homens tenham atacado a patrulha, disse que podem ter atirado em legítima defesa.

Mas o governo macedônio manifestou que os soldados e os policiais não tinham feito nenhum ato para provocar o ataque com armas de fogo e granadas, que destruiu também três veículos. Um porta-voz acrescentou que os corpos foram cortados com facas e o crânio de um homem amassado, aparentemente, com a coronha de um rifle. (...)

Em exemplo diferenciado, os autores mostram como é possível fazer uma abordagem alternativa sobre o mesmo tema. “Na matéria dois a reportagem não

⁵ Ross Howard, *Conflict Sensitive Journalism*, International Media Support, Copenhagen, 2003, p.17.

⁶ Ross Howard, *Conflict Sensitive Journalism*, International Media Support, Copenhagen, 2003, p.17.

fica restrita à violência, ela contextualiza os fatos e apresenta também o relato de pessoas que não são coniventes com a violência.” Mostra, também, que a matéria apresenta a posição do “outro lado” que nega ter atacado a patrulha, mas admite que houve uma batalha. “A violência não é encoberta, mas também não é apresentada de forma sensacional ou apelativa”, ressaltam Lynch/ McGoldrick (2005, P. 59).

Como demonstrado, nas matérias acima, um dos principais problemas ou desequilíbrios que ocorre na maioria das coberturas de conflitos é a concentração em danos visíveis, na destruição e nas mortes. Os danos psicológicos, estruturais e culturais, que são o legado invisível da violência, são rotineiramente omitidos. Por isso, reforçam Lynch e McGoldrick “O *Jornalismo de Guerra* leva-nos a supervalorizar respostas violentas a conflitos e a desvalorizar respostas não-violentas” (2005, p.83).

1.3.3 Orientação para a Verdade

No segundo eixo, o *Jornalismo para a Paz* é Orientado para a Verdade. Busca expor as inverdades de todos os lados, revelando os fatos escondidos. O *Jornalismo para a Paz* é investigativo. Deve verificar as informações, não se contentando com uma única fonte, mas buscando diversas para poder contrastar as informações e só então divulgar. A veracidade dos fatos não deve estar ligada às relações de poder ou aos interesses econômicos ou políticos de algumas fontes. O compromisso maior do jornalista é com a verdade dos dados e com o público.

1.3.3.1 A Verdade no Relato Jornalístico

A verdade é um conceito extremamente controverso nos diversos campos de conhecimento e não é diferente no jornalismo. Por isso, convém elaborar sobre este tema.

Chauí (1995, p.99) explica que a verdade em grego, é *aletheia* e significa o que não é oculto, não é escondido e não é dissimulado.

Em latim, por sua vez, verdade é *veritas* e refere-se à precisão, ao rigor e à exatidão de um relato. O que é verdadeiro, neste caso, refere-se à linguagem

enquanto narrativa de fatos acontecidos, que diz fielmente as coisas tais como elas aconteceram. “Um relato é veraz ou dotado de veracidade quando a linguagem enuncia os fatos reais”, define Chauí. Diferentemente da concepção grega *aletheia*, a verdade não diz respeito aos fatos, mas ao relato, ao enunciado e à linguagem utilizada neste relato.

Já em hebraico, verdade se diz *emunah*, e significa confiança. A verdade então está relacionada com o acreditar, ter esperança em algo que é dito ou prometido, ou seja, refere-se às ações e às coisas que acontecerão. A concepção de verdade utilizada na sociedade atual é uma síntese dos três conceitos. Assim, Chauí (1995, p. 99) sintetiza a verdade:

(...) se refere às coisas presentes (como na *aletheia*), aos fatos passados e à linguagem (como na *veritas*) e às coisas futuras (como na *emunah*). Também se refere à própria realidade (*aletheia*), à linguagem (*veritas*) e à confiança-espérance (*emunah*).

No jornalismo, a definição da verdade também apresenta diferentes e controversas visões como relatam Kovach e Rosenstiel (2003, p.57): “Verdade é o primeiro e mais confuso princípio para os jornalistas”. Os autores, integrantes do Comitê dos Jornalistas Preocupados⁷, realizaram uma pesquisa abrangente com jornalistas e cidadãos norte-americanos através da qual extraíram os nove elementos básicos do jornalismo. No estudo, foram realizadas 21 discussões públicas com a presença de três mil pessoas e o testemunho de mais de 300 jornalistas. Um dos itens mais defendido pelos profissionais foi que “a primeira obrigação do jornalismo é com a verdade”, mas, quando se tratava de explicar o que era a verdade, as definições eram pouco claras e diferentes entre si.

Kovach e Rosenstiel (2003, p. 69-71) entendem que a *verdade jornalística* está ligada não apenas à precisão no relato dos fatos. Eles consideram-na “um processo, uma caminhada contínua na direção do entendimento, que começa com as primeiras matérias e vai se construindo ao longo do tempo”. Assim, explicam que, no primeiro momento os jornalistas tomam conhecimento dos fatos para só depois terem condições de fazer um relato equilibrado e mais próximo da verdade. No segundo momento, é que o relato jornalístico é sujeito a um trabalho investigativo, por isso o fato é melhor contextualizado a cada nova matéria.

⁷ O Comitê dos Jornalistas Preocupados foi criado em 1997, formado por 25 jornalistas norte-americanos com o intuito de descobrir o porquê do crescente descrédito e desrespeito com os jornalistas nos Estados Unidos.

Para Tombosi (2003, p.3), a teoria da verdade, como correspondência, é a mais adequada ao jornalismo, tendo em vista que estabelece que uma declaração ou proposição é verdadeira se corresponde aos fatos.

O jornalismo não pode se resumir a uma coerência das declarações das fontes, ainda que deva fugir de incoerências. Sua obrigação é checar se as declarações correspondem aos fatos, isto é, se são verdadeiras (TOMBOSI, 2003, p. 3).

O jornalista australiano, Phillip Knightley, autor do clássico livro *A primeira vítima*, lançado em 1975, costuma utilizar a frase “na guerra a primeira vítima é a verdade⁸”. Afirma que “para conquistar a opinião pública pela mídia, os governos e seus marqueteiros seguem técnicas aperfeiçoadas”. Ele as divide em quatro partes. Inicialmente, fazem a guerra parecer inevitável. A seguir, em seqüência demonizam o líder inimigo. Depois, todo o grupo inimigo. E, por fim, divulgam relatos de atrocidades (ABOTT, 2001).

O referido autor relata que Robert Elegant (KNIGHTLY, 2000), antigo correspondente, especialista em assuntos asiáticos que cobriu a guerra do Vietnã escreveu: “Pela primeira vez na história moderna o resultado de uma guerra foi decidido não no campo de batalha, mas na página de jornal e, principalmente, na tela da televisão” (KNIGHTLY, 2000). Este fato gerou muito constrangimento e contrariedade por parte dos militares que desde então mudaram suas táticas em relação à imprensa.

Max Hastings, que cobriu a guerra das Falklands/Malvinas, em 1982, junto às tropas britânicas, além de outros conflitos como o de Biafra, no Vietnã, no Oriente Médio e no Chipre, diz que “a escolha para o correspondente não é entre reportar a verdade e a falsidade, mas entre reportar um fragmento da realidade ou não fazer nada” (NETO, FSP, 2001).

Apesar de não haver consenso em sua conceituação, sem dúvida, a verdade é um valor importante para o jornalismo, não só aos olhos da sociedade, mas também para os profissionais. No Brasil, o artigo 4º, do capítulo II, referente à conduta profissional, do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, vigente desde 1987, estabelece:

O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação (BUCCI, 1985, p.215).

⁸ A frase “A primeira vítima quando começa a guerra é a verdade” é do Senador Hiran Johnson, em 1917, sobre a cobertura da Primeira Guerra Mundial realizada pelos jornais norte-americanos.

1.3.4 Orientação para a Propaganda

Diferentemente, o *Jornalismo de Guerra* expõe as mentiras “deles” e ajuda os “nossos” a encobrir as suas inverdades. Divulga as informações passadas pelos “nossos”, pelas fontes oficiais, de forma precipitada, sem a devida averiguação, estimulando boatos. Omite informações ou transmite apenas parte delas, dependendo dos interesses econômicos ou políticos e da relação de poder das pessoas envolvidas. O compromisso maior é com a imagem e os interesses dos “nossos”.

Recentemente, a Guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, iniciada em 2003, fez surgir novos conceitos no jornalismo dentre eles a polêmica figura do jornalista *embedded*. É o profissional da imprensa que aceitou submeter-se a uma série de cinquenta normas estabelecidas pelo Exército dos Estados Unidos como condição para acompanhar as tropas. Dentre as novas orientações, os jornalistas alistados não podem utilizar veículo próprio, devendo viajar junto com os soldados nos carros militares.

Além disso, os repórteres só podem divulgar informações, bem como transmitir imagens que sejam, previamente, liberadas pelo chefe do regimento que os acompanha. Arbex (2003, p. 9) explica que o jornalista não tem independência nem mesmo para observar os fatos. Por isso tais definições, foram descritas como forma de censura e restrição à liberdade de informação pela organização Repórteres Sem Fronteiras [<http://www.rsf.org>].

Os tempos mudaram e o jornalismo também. Atualmente, as crescentes restrições prejudicam o desempenho da imprensa. A imagem do correspondente, usualmente comparada a de um herói, corre o risco de ser maculada.

Com o avanço tecnológico, a cobertura jornalística de hoje é rápida e intensa. O mundo inteiro pode assistir, ao vivo, ou pouco tempo depois, aos capítulos violentos da guerra. Paralelamente, os métodos de censura estão evoluindo, com o intuito de controlar precisamente o que é transmitido. Nessa condição, as decisões dos jornalistas sobre onde ir e o que cobrir se tornaram cada vez mais difíceis e restritas.

Reflete Galtung (1997):

Derrotados pelos militares, governos e criadores de imagens de personalidades, os correspondentes de guerra agora se defrontam com uma escolha dolorosa. Se já não podem ser heróis, desejam continuar como propagandistas e fazedores de mitos, subservientes aos que travam as guerras?

Um dos marcos do início dos estudos sobre a relação entre propaganda e guerra foi o trabalho de Harold Lasswell, em seu livro: *Propaganda Techniques in the World War* que analisa o uso da propaganda na Primeira Guerra Mundial (MATTELART, 2000, p. 69).

Arbex recorda que o uso da propaganda pelos Estados Unidos como arma estratégica em guerras foi noticiado pelo jornal New York Times no dia 19 de fevereiro de 2002 (2002, p.21). No dia 26 do mesmo mês, o secretário de Estado Donald Rumsfeld anunciou o fechamento do Escritório de Influência Estratégica - OSI, em função da divulgação feita pela mídia. O OSI tinha como tarefa plantar informações não verdadeiras na mídia estrangeira, com o intuito de influenciar o sentimento público e os formuladores de políticas em países aliados ou não. Junto com o OSI atuava o Comando de Operações Psicológicas do Exército (psyops) o qual fez o lançamento de milhões de panfletos e a transmissão de vários programas de rádio no Afeganistão, estimulando os soldados do Taleban e da Al Qaeda a se renderem.

1.3.5 Orientação para o Povo

No terceiro eixo, o autor explica que o *Jornalismo para a Paz* é orientado para o povo, para as pessoas comuns. O foco das matérias é no sofrimento de todos os lados, especialmente, nos mais prejudicados, como as mulheres, os idosos e as crianças. Busca dar “voz aos sem voz” e identificar todos os “fazedores do mal”, os “nossos” e os “deles”. Mostra as pessoas comuns e os grupos que lutam para que a guerra e a violência acabem, para que se chegue a um acordo, para que menos vítimas sejam feitas. Apresenta os “produtores da paz”, aqueles que fazem o papel extra-oficial, que constroem a paz, sem serem vistos ou lembrados.

1.3.6 Orientação para as Elites

O *Jornalismo de Guerra*, porém, tem o foco nas elites. Elite, de acordo com Houaiss (2007), é “o que há de mais valorizado e de melhor qualidade” ou também a “minoría que detém o prestígio e o domínio sobre o grupo social”.

Pode-se dizer que a elite para o *Jornalismo de Guerra* absorve os dois conceitos. O jornalista faz uma espécie de assessoria de imprensa para os “nossos” que, no caso, são os melhores. As matérias focam o sofrimento dos “nossos”, das nossas tropas de elite, dos jovens soldados treinados para defender o “nosso” lado, como relata Galtung (1997)

Há aproximadamente dez histórias a serem repetidas várias vezes: chegada das tropas; não há correio suficiente; o alimento; a água; está demasiado quente; está demasiado frio; muita areia; sujeira demais; maridos e esposas que vão guerrear; as mulheres devem ir para a guerra?

Todos esses temas são usualmente abordados nas guerras e ajudam a reforçar a imagem de piedade aos “nossos” que estão dando suas vidas em nome do bem maior. Dá voz aos “nossos”. Identifica os “fazedores do mal” do lado deles e ignora a existência de vilões do “nosso” lado. Aplica a idéia de que omitir não é mentir. Mostra e destaca os membros da elite “produtores da paz”, os que, oficialmente, representam governos ou organismos internacionais para solucionar o problema. Pessoas que não fazem parte do grupo “deles”. Os “produtores da paz” do lado “deles” não são mencionados.

Se essa análise for transposta para a realidade nacional, pode-se aludir que neste tipo de jornalismo, por exemplo, poderiam ser ignorados os esforços de moradores de uma favela ou comunidade que não apóiam grupos criminosos e que buscam contribuir com a paz. Em consequência, o imaginário construído sobre determinada favela seria apenas de uma massa humana que possui valores deturpados e que, por este motivo, poderia ser conivente com o crime e a violência.

1.3.6.1 Definindo as fontes.

Como dito anteriormente, a primeira tarefa do *Jornalismo para a Paz* é mapear o conflito, identificando os atores e seus objetivos. Em vez de relatar os

fatos de maneira, supostamente, objetiva, é preciso discutir o processo pelo qual alguns fatos são selecionados e outros suprimidos.

Atualmente, o jornalismo e, fundamentalmente, o de Guerra é baseado nas informações provenientes das fontes oficiais ou que sejam de fácil acesso para o repórter. O advento dos meios *on-line*, bem como as crescentes restrições ao *front*, fazem com que o jornalista, muitas vezes, efetue coberturas do seu próprio *front*, ou seja, do quarto do hotel onde está hospedado.

Galtung (1997) relata um fato no qual a CNN, buscando transmitir a conjuntura de Bagdá durante a Guerra do Golfo, em vez de ir às ruas para entrevistar moradores utilizou, comodamente, como fonte, a proprietária do hotel onde a equipe de reportagem estava hospedada.

Pode-se considerar a fonte imprescindível para o processo jornalístico, pois mesmo quando é anônima, é ela que dá credibilidade à matéria, narra a verdade dos fatos e evita que o texto expresse a opinião do repórter. Assim, ao longo da história do jornalismo, as fontes foram se consagrando como personagens vitais para a construção de uma matéria.

Tambosi (2004, p.53) destaca que, já em 1630, na França, Teheopharste Renaudot, editor da Gazette e médico de Luís XIII, foi o primeiro a citar as fontes como “essenciais ao trabalho jornalístico”, e que Peurce, em seu histórico trabalho sobre jornalismo, refere-se às fontes, valorizando a necessidade da pluralidade. Afirmo Peurce que “é preciso averiguar se, quando um fato acontecido recentemente é anunciado imediatamente em locais diversos, é confirmado pelo testemunho de muitos” (PEURCE, In. TAMBOSI 2004, p. 54).

Em diferentes estudos realizados sobre o jornalismo, em especial os de Wolf (1995, p. 222) e Traquina (2001, p.104), encontramos referências às fontes como sendo pessoas organizadas em grupos de utilidade pública, de setores da sociedade ou individualmente. As fontes são entrevistadas por possuírem informações técnicas, políticas, econômicas ou mesmo por terem participado ou observado determinada situação que as avalizou a testemunhar um fato específico. Enfatiza Wolf (1995, p. 223): “as fontes são um fator determinante para a qualidade da informação produzida pelos *mass media*.”

Enquanto isso, Gans (apud TRAQUINA, 1993), ao estudar o comportamento dos jornalistas em várias redações, divide as fontes em Conhecidas (elites política, econômica, social e cultural) e Desconhecidas

(pessoas comuns). Já para Lage (2007), as fontes podem ser independentes, quando não representam alguma instituição ou um indivíduo; oficiosas, quando são ligadas a alguma entidade, mas não se pronunciam em nome desta, e oficiais, quando possuem algum tipo de vínculo com o Estado, instituição ou empresa.

Traquina destaca que, para avaliar a confiabilidade das fontes, os jornalistas observam três principais critérios: a autoridade, a produtividade e a credibilidade. A autoridade está ligada à respeitabilidade de uma fonte, característica muito valorizada pelos jornalistas que podem utilizá-la "mais pelo que é do que pelo que sabe" (TRAQUINA, 2001, p. 105). A produtividade diz respeito principalmente à quantidade e à qualidade que uma fonte pode fornecer de materiais, documentos, provas a serem utilizadas em uma matéria.

O critério da credibilidade, talvez, seja o mais importante. Por isso, alerta (1993, p.172):

O jornalista sabe que as fontes de informação não são desinteressadas. As melhores fontes são aquelas que já demonstraram a sua credibilidade e nas quais o jornalista pode ter confiança, mesmo assim a prática demonstra que é fundamental se checar.

Sabe-se, entretanto, que o valor da fonte para a produção jornalística está relacionado, não apenas a sua credibilidade, mas também ao tipo de acontecimento noticiado. Usando a classificação dos acontecimentos públicos de Molotch e Lester (1974/1993, p.34-51), podemos ver que a atuação da fonte, bem como a sua importância jornalística, varia de acordo com o acontecimento. No caso de uma guerra, as melhores fontes podem ser aquelas que tenham informações, por estarem no local certo e na hora certa ou por, simplesmente, serem detentoras de dados oficiais que possam gerar notícia.

A partir dessa abordagem, podemos definir as fontes utilizadas no *Jornalismo de Guerra* como fontes escolhidas pela informação que detém (participaram e/ou observaram determinado fato); fontes conhecidas (integrantes de uma elite ou oficiais militares) e que atendem aos critérios de autoridade e credibilidade em função do cargo que possuem.

Isso demonstra que o acesso aos meios de comunicação é estratificado social, política e economicamente, reforçando o dito popular de que a guerra é contada pelos vencedores. O próprio motivo que faz desencadear o seu

desenvolvimento e as estratégias, o número de mortos, as armas usadas sejam psicológicas ou bélicas, são contados sob o ponto de vista do grupo dominante.

1.3.7 Orientação para a Solução do Problema

No quarto e último eixo, o *Jornalismo para a Paz* destaca as iniciativas para a paz e para a prevenção da violência. O foco é na estrutura, na cultura e na sociedade pacífica. O *Jornalismo para a Paz* visa à solução do problema, do conflito, da guerra. Paz = não-violência + criatividade é a fórmula que sintetiza este jornalismo. O jornalista relata o desfecho do problema, a resolução, a reconstrução e a reconciliação dos povos, grupos ou nações envolvidas.

1.3.7.1 Sobre qual paz falamos?

Johan Galtung (PENSAMIENTO, 2007) distingue *Paz Negativa* de *Paz Positiva*. A paz deve ser mais que a mera ausência de guerra e a busca de métodos de pôr fim às guerras, chamada de *Paz Negativa*. A guerra para o autor é um tipo de violência, sendo que, como vimos no decorrer do texto, existem outros tipos de violência: a violência direta e as violências indiretas, isto é, a estrutural e a cultural. Guimarães (2005, p.65) explica que esta concepção ampla de violência se direciona a uma concepção abrangente de paz. “Galtung adverte para a problematidade de chamar de paz uma situação na qual impera a pobreza, a repressão e a alienação”.

Os Estados ou qualquer grupo dentro de um conflito devem buscar relações de colaboração e apoio mútuo para conseguir alcançar o que ele nomeia de *Paz Positiva*. Por isso, o cessar-fogo não é a constituição da paz e sim, uma etapa importante do trabalho para se alcançar a paz duradoura

Nesse sentido, Guimarães explica que (2005, p. 187) o conceito ocidental de paz está centrado na ausência de guerra, perturbação ou no espaço entre duas guerras, mas o conceito de *Paz Positiva* está associado à existência de justiça e igualdade como já era adotada pela cultura grega, na qual a paz era irmã da justiça e da igualdade ou pela cultura judaico-cristã, em que a paz era amante da justiça. “A paz não é um estado dado, mas algo a ser instaurado e

construído por nós, e da qual não somos seus clientes ou seus beneficiários, mas sujeitos e co-criadores”, sintetiza Guimarães (2005, p. 191).

1.3.8 Orientação para a Vitória

De modo oposto, o *Jornalismo de Guerra* é centrado na vitória. Sempre precisa existir um vitorioso e um derrotado. A paz acontece quando existe o cessar-fogo. No *Jornalismo de Guerra*, as iniciativas de paz só ganham espaço após a conquista da vitória. O enfoque dado para a paz é baseado no tratado, no esforço institucional.

O desfecho, nesse caso, não é mais um problema do jornalista. Não há mais matérias para se fazer no local. O jornalista segue para outra guerra e apenas retorna caso velhas questões reacendam o conflito, a violência ou mesmo outra guerra.

Nesse sentido, um tipo de jornalista alvo de críticas é o que faz o chamado “jornalismo de pára-quadras”. Ocorre quando um grupo errante de jornalistas dirige-se a uma guerra ou a um conflito armado de repercussão internacional e fica o tempo estritamente necessário para fazer uma rápida cobertura, passar boas imagens e notícias superficiais. Como afirma Dines (2007):

(...) o deslocamento relâmpago de correspondentes para áreas de conflito é quase como uma pequena intervenção militar. (...) O resultado é uma cobertura insípida e deturpada pela falta de contexto histórico.

1.4 Histórias de Paz na Guerra

A influência dos jornalistas nos fatos sociais tem sido, voluntária ou involuntariamente, marcante desde os primeiros correspondentes de guerra. Diversas histórias de guerra mostram atuações de profissionais que foram muito além do modelo de *Jornalismo de Guerra*, que não optaram por realizar apenas o relato objetivo dos fatos. Repórteres que conseguiram mostrar todos os lados envolvidos e deram sua contribuição para a paz.

A ocorrência destes casos históricos indica que o *Jornalismo para a Paz* não é uma utopia de alguns poucos jornalistas que sonham com o impossível. Dentre os nomes que, através de seu trabalho, contribuíram com a construção da

paz, há o caso emblemático de Joseph Pulitzer. O jornalista que, em 1884, (KOVARIK, 2007) ajudou a manter os Estados Unidos e a Grã-Bretanha fora da guerra.

As duas nações estavam próximas de um conflito armado por causa de uma disputa territorial na América do Sul. Pulitzer procurou mostrar aos americanos o quanto eles tinham em comum com os britânicos. Uma das táticas de Joseph Pulitzer, no seu bem sucedido esforço de manter a Inglaterra e os EUA em paz, durante a crise da Guiana, foi publicar ensaios de escritores dos dois lados, expressando suas admirações pela outra nação e com uma face humana que não tratava o outro lado como um típico inimigo.

De acordo com Kovarik (2007), somente em raros momentos um jornalista americano tentou descobrir a face humana do suposto inimigo. Ele cita dois casos: a entrevista que a jornalista Bárbara Waters fez com Fidel Castro e a busca do jornalista Danny Pearl em compreender o lado humano do Al Queda.

Outro jornalista que merece ser citado, como exemplo, é Peter Arnett, um dos repórteres da imprensa ocidental mais lembrado no mundo que, além de chocar os Estados Unidos ao mostrar a verdade sobre a guerra do Vietnã (1964-1973), durante a primeira Guerra do Golfo, em 1991, expôs o outro lado. Ele e a Rede CNN foram chamados pelo porta-voz da Casa Branca (CAMARGO/FREITAS, 2003) de “um meio de transmissão da desinformação iraquiana”. O repórter havia noticiado um bombardeio em Bagdá, como ele relata: “O presidente tinha assistido à minha reportagem sobre o bombardeio a uma fábrica de leite em pó e não ficou satisfeito”. A reportagem desmentiu o governo que afirmara que no local havia um centro de armas biológicas.

Em outro continente, na época mais sangrenta do conflito de Ruanda, em 1994, Fergal Keane, correspondente da BBC (GALTUNG, 1997), acompanhou, transgrediu e subverteu facilmente a polaridade entre tutsis e hutus. Ele procurou um prefeito hutu em um distrito de Kigali que tinha organizado uma escolta de veículos para retirar centenas de crianças tutsis de um estádio onde elas estavam cercadas e enfrentariam a morte.

Em seu livro *Season of Blood: Rwandan Journey*, publicado em 1996, Keane aprofunda-se na história de Ruanda para identificar as causas estruturais e culturais e a participação do colonialismo ocidental na divisão desses povos. Paralelamente ele discute a responsabilidade da Rádio Mille Collines (rádio

privada de propriedade Hutu) em abrir feridas históricas e encorajar a limpeza étnica. Ele sentiu que este fato reforçou a sua responsabilidade como jornalista e locutor de rádio que pode ajudar a prevenir e diminuir a violência, promovendo a compreensão e a paz.

1.5 A Opção pelo *Jornalismo para a Paz* no Mundo

A preocupação com o tipo de cobertura feita pela mídia em situações de guerra tem mobilizado grupos de diversas partes do mundo. Em maio de 2007, cerca de 30 organizações jornalísticas de 15 países envolvidos em conflitos armados reuniram-se na Universidade do Estado de Washington e apontaram 12 tendências identificadas nas coberturas de guerra que devem ser evitadas (2007). O documento foi baseado no trabalho de Galtung que descreve os principais erros dos jornalistas que fazem a cobertura de conflitos violentos. O material serve para orientação de correspondentes enviados para o *front* de combates. São eles:

1. Descontextualização da violência, dando mais importância ao espetacular ou irracional, deixando de lado a explicação das causas do conflito em cada reportagem publicada.
2. Dualismo, ou seja, a preocupação dos correspondentes de guerra em reduzir a apenas dois os principais protagonistas de um conflito, quando, na maioria das vezes, há vários outros participantes, muitos dos quais se encontram fora do *front* de combates, como empresas multinacionais e governos estrangeiros.
3. Maniqueísmo: procurando retratar sempre um lado como o bom e o outro como o mau.
4. Fatalismo: ao apresentar sempre a violência como inevitável, omitindo ou dando pouca importância a soluções alternativas ou mediadoras.
5. Simplificação: ao atribuir o conflito a interesses pessoais ou de minorias, sem levar em conta as causas estruturais do conflito como: pobreza, corrupção, autoritarismo.
6. Confusão: ao contar apenas o que ocorre no *front* de combates, os correspondentes transmitem ao público uma idéia de confusão e

desorientação dos protagonistas do conflito, sem dar a dimensão real das forças e processos que geraram a violência.

7. Exclusão ou baixa visibilidade dada às vítimas que ajuda a manter ocultas as causas do conflito e permite que atos de vingança acabem realimentando a violência.
8. Falta de explicação das causas do conflito e ausência de avaliações críticas da cobertura da imprensa contribuem para que o público não consiga formar uma opinião isenta sobre o confronto.
9. Não-identificação dos objetivos e estratégias das grandes potências e de multinacionais interessadas no conflito.
10. Cobertura deficiente ou omissa em relação aos esforços de pacificação e perspectivas de negociação.
11. Cobertura confusa sobre iniciativas de cessar-fogo ou trégua.
12. Omissão sobre iniciativas de reconciliação, tendendo a reforçar o fatalismo das partes envolvidas no conflito e o ceticismo da opinião pública.

1.5.1 O Jornalismo Preventivo na Espanha

O *Jornalismo Preventivo* é um termo utilizado entre pesquisadores da Espanha e constitui-se numa variação do *Jornalismo para a Paz* que pretende ser mais abrangente. O debate sobre o tema partiu da “inquietação por oferecer algo útil, diferente y concreto desde el ámbito de la información respecto a la prevención de conflictos armados y diversos tipos de crisis”, lembra Fraguas⁹ (2004, p. 7). O conceito resultou do curso de especialização em Informação Internacional da Universidade Complutense de Madrid que iniciou em 1995 e, desde então, formou inúmeros docentes, profissionais de comunicação e de Ciências Sociais.

No meio acadêmico, podemos citar dois trabalhos que foram pioneiros no estudo sobre *Jornalismo Preventivo* na Espanha, ambos produzidos naquele curso. O primeiro foi de Yolanda Martínez, concluído em 2001, denominado *Periodismo Preventivo*. Neste trabalho, foi analisado o que pode ser desenvolvido nos meios de comunicação como construtores da paz. O segundo, de Irene

⁹ Diretor do Instituto de Periodismo Preventivo.

Maseo, denomina-se *Periodismo Preventivo*. *Los medios de comunicación en la prevención y resolución de conflictos armados*, é abordado o *Jornalismo Preventivo* e o papel dos meios como construtores da paz, tendo como estudo de caso a Rádio Ijanbo, emissora que contribuiu para a pacificação da região africana dos Grandes Lagos, no pós-guerra dos anos 90.

A partir desse efervescente debate e com o apoio da referida Universidade, houve a criação do Instituto de Periodismo Preventivo y Análisis Internacional¹⁰- IPPAI, hoje um dos principais fomentadores desta corrente jornalística na Espanha. Este Instituto busca fomentar a consolidação do jornalismo preventivo na Espanha e no mundo; proporcionar informação de qualidade e análise rigorosa, favorecendo a resolução dos conflitos armados e das crises internacionais; promover a existência de espaços dentro dos meios de comunicação e na criação de meios específicos; promover uma atitude consciente e crítica sobre os conflitos armados e as crises internacionais, entre outros. (IPPAI, 2007)

O Instituto possui uma revista eletrônica criada em 2007, Revista do Periodismo Preventivo (<http://www.ippai.info>). A revista propõe fazer um resgate do jornalismo cívico, também conhecido como jornalismo público, surgido nos anos 80, nos Estados Unidos. O objetivo é motivar as pessoas a participar na resolução dos problemas da sociedade. Ele contribuiu com o aumento da credibilidade dos meios de comunicação.

Na revista, existem reportagens críticas e investigativas de diversos continentes, além de entrevistas e análises de especialistas sobre situações de crise no mundo. Além disto, oportuniza aos leitores participarem da seleção e elaboração dos conteúdos.

Um bom exemplo de *Jornalismo Preventivo*, produzido pela revista, foi uma grande reportagem feita por Ricardo Cana. O jornalista fez um trabalho mostrando a realidade do sistema penal na América Latina, com dados sobre inúmeras rebeliões, assassinatos, e como as más condições de vida, as lutas internas, as corrupções no sistema carcerário transformam os locais em bombas prestes a explodir. É destacado na matéria:

¹⁰ O IPPAI foi criado em 2003, em Madri, formado por jornalistas, analistas internacionais e pessoas vinculadas à universidade. Atualmente, há sedes em Paris, Roma, México, Londres, Berlim, Moscou, Guatemala e Basilea.

(...) la principal causa de muerte en América Latina, una razón que ha hecho que muchos expertos la cataloguen como una 'epidemia', que afecta, sobre todo, a personas de entre 15 y 45 años. Esta violencia, provocada principalmente por la gran desigualdad social y económica que existe en la región, se reproduce y se retroalimenta en las cárceles gracias a la crisis del sistema judicial y policial (CANA, 2007).

Na abertura da segunda parte da reportagem diz que “El espejo que refleja la violencia del sistema. Los contínuos distúrbios em las cárceles de América Latina dejan anualmente cientos de muertos”, o jornalista fala sobre o caso brasileiro, mais especificamente a força nas ruas e nos presídios do crime organizado encabeçado em São Paulo pelo Primeiro Comando da Capital - PCC.

Este aislamiento entre los reclusos y el sistema significa al mismo tiempo la pérdida del control de las prisiones, que pasa a ser ejercido por grupos vinculados al crimen organizado, como se pudo comprobar en Sao Paulo, con el Primer Comando Capital (PCC). Según nos relata Víctor García Guerrero, corresponsal en Brasil de Radio Televisión Española, este grupo “tiene relación con el 80% de presos de Sao Paulo”, lo que explica en gran parte cómo pudo coordinar una acción simultánea a gran escala para protestar contra el traslado de varios de sus jefes a distintas prisiones (CANA, 2007).

De acordo com Fraguas (2004, p.6), *Jornalismo Preventivo* não é o mesmo que *Jornalismo para a Paz*, tendo em vista que, segundo o autor, o *Preventivo* é mais amplo que o *Jornalismo para a Paz* e que, portanto, este faria parte do *Preventivo*.

(...)el periodismo preventivo pretende ser una disciplina o corriente periodística cuya intención es dotar a la opinión pública nacional e internacional de elementos informativos que sean útiles para comprender el origen, desarrollo y finalización de las situaciones clave, destacando los esfuerzos para sua resolución,(...)prevención (...) a partir de la información realizada antes, durante y después del acontecimiento.

Além dos conflitos armados, são situações-chaves e objeto de trabalho para o Jornalismo Preventivo as crises institucionais, as crises sociais, as crises humanitárias, as crises de direitos humanos e as crises ambientais. Para Fraguas esta divisão explicita as diferenças com o *Jornalismo para a Paz*, pois amplia as questões de abordagem:

(...) si no se tratan los cinco tipos de crisis propuestos, no se comprende la complejidad del estallido de un conflicto armado, ya que frecuentemente es una combinación de estas crisis la que antecede y precede a dichos conflictos armados.

No jornalismo preventivo, busca-se antecipar o problema, o conflito, a violência, para evitar que este aconteça e, depois do conflito, atue na pacificação; no *Jornalismo para a Paz*, de forma semelhante, Galtung aponta a necessidade

de o jornalista ser pró-ativo, buscando contribuir com a não-ocorrência de novas situações de violência. No pós-guerra, ele afirma que o jornalista de paz deve contribuir na resolução, reconstrução e reconciliação. Estes pontos novamente assemelham-se com o jornalismo preventivo.

Fica claro, neste trabalho, que as diferenças entre o *Jornalismo para a Paz* e o Preventivo são tênues ou complementares. Podemos dizer que ambos propõem um jornalismo que contribua para a construção da paz e não das guerras, conflitos armados ou qualquer outro tipo de violência como a que analisaremos: o conflito urbano, envolvendo o crime organizado.

1.5.2 A Rede Medios para la Paz na Colômbia

Na América do Sul, uma das mais antigas e atuantes organizações que trabalha com *Jornalismo para a Paz* e resolução dos conflitos é a Rede Medios para la Paz da Colômbia. A Rede foi criada em nove de fevereiro de 1998, com o objetivo de proporcionar uma informação diferenciada sobre os conflitos colombianos. A organização possui site com matérias, análises e relatos sobre os esforços para a paz realizados sobre os conflitos. Além disso, promove cursos de formação, seminários e publicações sobre o tema.

A *Medios para la Paz* exerce um papel fundamental em um país que vive a realidade do conflito armado. Neste contexto, busca intervir em um dos principais atores desta guerra, a mídia. Na Colômbia, usualmente os meios de comunicação são utilizados como forma de inserção de informações das forças do narcotráfico, do governo, da guerrilha, tornando a informação que chega à população nem sempre digna de confiança.

Pesquisa (2007) realizada em 2002 pela Universidade de la Sabana (Bogotá) com 159 jornalistas que fazem a cobertura do conflito armado no país, de 30 cidades colombianas, apontou entre outros dados, que os jornalistas receberam algum tipo de intimidação por parte de:

- guerrilhas 25%
- grupos econômicos 11%
- governo 10%
- anunciante 9%
- donos dos meios de comunicação 9%

- narcotráfico 6%

Outra pesquisa realizada pela mesma instituição em 2003 com 200 jornalistas de 24 cidades mostrou que:

- 96% afirmou que a liberdade de imprensa está ameaçada.
- 58% admitiu que em algum momento deixou de publicar alguma notícia por imposição dos donos do veículo de comunicação.
- 48% se absteve de publicar alguma notícia por imposição dos diretores do veículo.

O papel dos jornalistas no conflito armado sempre foi uma preocupação presente nas discussões da Medio para la Paz. É consensual entre seus membros a importância da linguagem utilizada pelo jornalista. Por isso, uma idéia foi colocada em prática pelos integrantes da Rede: a criação do Dicionário: “Desarmar la Palabra”, publicado em 1999. Esta publicação vem se contrapor à prática vigente por parte dos jornalistas colombianos de produzirem matérias apropriando-se do linguajar utilizado pela guerrilha. O dicionário, além de expressar o real sentido dos termos mencionados nos confrontos armados, apresenta palavras mais compatíveis com os esforços para a paz. Assim define Guerrero (DICCIONARIO, 2005):

Este livro é um dispositivo de inteligência para os jornalistas, em um país e em um mundo marcado pelas armas. Armas e munições que não se renderam para fundir-se em esculturas, sem deixar de serem tormentos para as mentes. Mentos que não passarão a ser pacíficas, sem se desarmar as palavras.

Como podemos ver, em diversas partes do mundo existem iniciativas comprometidas com esta corrente. O *Jornalismo para a Paz* apresenta-se como uma segunda via para o jornalista na busca por maior consciência das conseqüências de suas ações que podem tanto contribuir com a violência como ajudar a conduzir à paz. Lynch (2002) acrescenta que “cada jornalista carrega, em todo e qualquer momento, uma parte não conhecida da responsabilidade pelo que acontece em seguida”.

2 CRIMINALIDADE

O debate sobre a criminalidade e a violência urbana é emergente no Brasil. Os conflitos entre organizações criminosas e policiais ocorrem nas mais diversas regiões do país. Os limites foram rompidos. As ruas tornaram-se campo de batalha e espaço de demonstração de forças.

Neste capítulo, primeiramente, abordaremos as causas da criminalidade, da violência e da insegurança na sociedade brasileira e sua relação com as mudanças socioeconômicas vividas nas últimas décadas no contexto mundial. Em seguida, estudaremos as diversas conceituações sobre crime organizado, sua crescente tendência de transnacionalização e sua relação com a situação carcerária no país.

No segundo momento, apresentaremos a situação da criminalidade e a violência no Rio de Janeiro e em São Paulo.

No terceiro item, analisaremos a relação da criminalidade com a mídia, abordando a dicotomia entre a espetacularização e a banalização da violência.

2.1 Criminalidade: causas e relações.

Apesar de não vivermos uma guerra civil ou militar, o grau de violência na sociedade brasileira agrava-se a cada dia. Em conseqüência, o medo toma forma e a insegurança faz-se presente entre a população. Com este estudo busca-se contribuir para o aprofundamento do assunto, analisando teses de diversos autores que refletem sobre esse tema.

As últimas décadas foram acompanhadas por profundas mudanças socioeconômicas no Brasil e no mundo que estiveram, direta e indiretamente, relacionadas ao crescimento da violência no país.

A sociedade brasileira, egressa do regime autoritário, há duas décadas, vem experimentando, pelo menos, quatro tendências: a) o crescimento da delinqüência urbana, em especial dos crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante seqüestro) e de homicídios dolosos (voluntários); b) a emergência da criminalidade organizada, em particular em torno do tráfico internacional de drogas, que modifica os modelos e perfis convencionais da delinqüência urbana e propõe problemas novos para o direito penal e para o funcionamento da justiça criminal; c) graves violações de direitos humanos que comprometem a consolidação da ordem política democrática; d) a explosão de conflitos

nas relações intersubjetivas, mais propriamente conflitos de vizinhança que tendem a convergir para desfechos fatais (ADORNO, 2002)

O crescimento da criminalidade urbana não é uma exclusividade do Brasil. A emergência e a disseminação da criminalidade organizada, em especial em torno do tráfico de drogas, é um fenômeno intensificado a partir da década de 1980. Esse pode ser considerado, ao mesmo tempo, um dos principais problemas mundiais e um dos maiores setores econômicos do mundo.

Zaluar (2004) explica que as causas de violência no Brasil não podem ser atribuídas a um motivo determinante, mas à interação de diversos fatores. Neste sentido, afirma que os grandes motivadores dessa situação seriam as características que ela chama de economia subterrânea, que são atreladas ao modelo de desigualdade social do país, ou seja:

O recrutamento de jovens pelo mercado de drogas nas favelas e bairros pobres, onde é comum o uso de armas de fogo; a pobreza, ou seja, as oportunidades educacionais e econômicas inadequadas ou inexistentes; as formações subjetivas desenvolvidas dentro e fora da escola cristalizada em torno dos etos guerreiros que forja o orgulho do homem pela capacidade de destruir fisicamente o inimigo (ZALUAR, 2004, p.398).

No intuito de contextualizar a situação nacional no quadro latino americano, Sodré compara a realidade do Brasil a de outros países que convivem com a violência diária. Exemplifica com a Colômbia que ganha as manchetes internacionais em razão de sua guerra civil e do narcotráfico, mas lembra que países como México, Brasil e Peru não são muito diferentes, pois se destacam pelos crescentes problemas de segurança pública, dos quais a violência tende a assumir as suas modalidades mais perversas e cruéis.

Entre o adolescente peruano, boliviano, colombiano que sonha enriquecer plantando ou traficando coca e o brasileiro que, numa favela dos grandes centros urbanos, pega em arma para traficar ou assaltar, são pequenas as diferenças. Neles vive fraca a aspiração (tradicionalmente alimentada pela ética familiar) de profissionalizar-se legalmente, desgasta-se a credibilidade nas formas oficiais de integração social ou nos discursos de autoridade (SODRÉ, 1992, p.58)

O crescimento da violência está associado não só à tradicional delinqüência e aos crimes urbanos. Cada vez há mais homicídios relacionados com disputas do narcotráfico, violações de direitos humanos (mortes por agentes policiais, justiceiros, grupos de extermínio e em linchamentos), bem como resultantes de conflitos nas relações intersubjetivas.

De acordo com Adorno (2002), até o início desta década, inexistiam dados específicos sobre delinquência, crime e violência urbana. Os estudos concentravam-se nas informações sobre homicídios, decorrentes dos registros de mortalidade por causas externas, registrados pelo Ministério da Saúde.

Já no período de 2001 a 2003, encontramos dados disponibilizados pelas organizações estaduais de segurança pública e divulgados pelo Ministério da Justiça. Tais informações indicam que a taxa de ocorrência de homicídios dolosos se manteve estável entre 2001 e 2003 (23 ocorrências por 100 mil habitantes), enquanto a taxa de crimes violentos letais intencionais (homicídios dolosos, lesão corporal seguida de morte, morte suspeita e latrocínio) recuou de 27,0 para 26,7 por 100.000 habitantes no total do país e de 42,0 para 39,6 por 100.000 habitantes nas capitais.

Pode-se constatar, especificamente no Rio de Janeiro, um crescimento na taxa de crimes violentos intencionais por 100.000 habitantes tanto na capital como no Estado, passando de 48,2 para 55,4 e de 48,5 para 52,8, respectivamente. Assim, tanto a capital como o estado do Rio obtiveram a segunda maior taxa em comparação com as demais unidades da federação e capitais.

São Paulo, por sua vez, apresentou recuo nesta mesma taxa tanto na capital como no conjunto do Estado, passando de 51,3 para 41,7 na capital e 34,06 para 29,07 no estado. Porém, cabe lembrar que São Paulo teve o maior número absoluto de ocorrências. Na capital, elas totalizaram 4451 em 2003 - um número 34,5% superior ao da segunda capital (Rio de Janeiro) com maior número de ocorrências. Por fim, pode-se dizer que os dados das polícias civis e estaduais, divulgados pelo Ministério da Justiça, indicam que, em 2003, o Brasil foi o país com a quinta maior taxa de homicídios dolosos. “Nesse ano, África do Sul, Bolívia e Equador possuíam taxas superiores à do Brasil. Em outra comparação internacional, destacamos que entre os 15 municípios com maiores taxas de homicídios, sete cidades são brasileiras” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2004).

Não há consenso, entre os estudiosos, sobre as causas do aumento da criminalidade no Brasil. Adorno (2002) afirma que as explicações podem ser reunidas em três direções: mudanças na sociedade e nos padrões convencionais

de delinqüência e violência; crise do sistema de justiça criminal; desigualdade social e segregação urbana.

2.1.1 Mudanças na Sociedade

As profundas transformações socioeconômicas mundiais atingiram várias esferas da economia e da sociedade brasileira. As novas formas de produção mundial motivaram relações socioeconômicas que ultrapassam as fronteiras do Estado-Nação e rompem com antigas formas de relação entre capital e trabalho. Com relação ao assunto, afirma Adorno (2002):

Essas mudanças repercutem também no domínio do crime, da violência e dos direitos humanos. Transformam-se os padrões tradicionais e convencionais de delinqüência, anteriormente concentrados em torno do crime contra o patrimônio cometido por delinqüentes que agiam individualmente ou, quando muito, em pequenos bandos e cuja ação tinha alcance apenas local. Na atualidade, cada vez mais, o crime organizado opera segundo moldes empresariais e com bases transnacionais. Seus sintomas mais visíveis compreendem emprego de violência excessiva mediante uso de potentes armas de fogo, corrupção de agentes do poder público, acentuados desarranjos no tecido social, desorganização das formas convencionais de controle social.

2.1.2 Crise no Sistema de Justiça Criminal

Com as mudanças sociais anteriormente descritas, o crime cresceu, mudou e aperfeiçoou-se, enquanto o sistema de justiça estagnou. Para Adorno (2002) a justiça segue os mesmos moldes adotados décadas atrás. Lamenta ao afirmar que “aumentou sobremodo o fosso entre a evolução da criminalidade e da violência e a capacidade de o Estado impor lei e ordem”.

No caso brasileiro, destaca que, após o fim da ditadura militar, os governos estaduais, responsáveis pela segurança pública, tiveram dificuldade em lidar com o desejo social de desconstituir a estrutura policial de repressão política. Ao mesmo tempo, havia a necessidade de fortalecer a estrutura policial e modernizá-la para o combate ao novo perfil de crime.

A Polícia é, normalmente, vista nas sociedades ocidentais como aparelho repressor Estatal com legitimidade para exercer a violência travestida de segurança pública. De acordo com Chevigny (2000, p.65) muitos políticos e administradores públicos [ainda] acreditam que o policial deve combater o inimigo

e o crime, incorporado na pessoa do criminoso. A violência policial como a tortura e as execuções extrajudiciais e a rotineira impunidade são conseqüências dessa situação. Por outro lado, alerta o autor: “os policiais são mal-equipados tanto para prevenir crimes e manter a ordem como para investigações criminais” (CHEVIGNY, 2000, p. 65).

Zaluar (2007) destaca que o núcleo duro da discriminação no Brasil está na esfera institucional, ou seja, nas violações dos direitos dos mais pobres advindas do funcionamento do sistema de justiça.

(...) os policiais corrompidos (...) formam o que se poderia chamar "grupo de extorsão", um nome mais apropriado que "grupo de extermínio", já que os policiais matam jovens traficantes que habitam as regiões pobres das cidades exigindo a sua parte do dinheiro do tráfico (ZALUAR, 2007).

O resultado mais visível dessa crise do sistema de justiça criminal é, sem dúvida, a impunidade penal que tem como conseqüência mais grave a descrença dos cidadãos nas instituições promotoras de justiça.

Em pesquisa específica sobre a sensação de insegurança da população,¹¹ é possível visualizar que, enquanto a Polícia Federal é a mais respeitada (69% dos entrevistados confiam nela), a Justiça é a que possui menor crédito (63% dos entrevistados não confiam). As Polícias Militares e Cíveis Estaduais possuem situação intermediária com a confiança de 50% e de 48% dos entrevistados, respectivamente.

Apesar de apenas 50% da população confiar nas Polícias Estaduais, 70% querem-na mais perto. Do total dos entrevistados que declara ter medo da polícia (26%), a maioria declara ter receio de ser confundida com criminosos (o medo é maior entre os menos favorecidos).

Esses dados de 2007, entretanto, demonstram uma sensação da população que não pode ser chamada de surpreendente. Em 1990, uma pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE-PNAD, 1990) investigou o comportamento social face à Justiça Pública. Os dados revelaram que, no período de outubro de 1983 a setembro de 1988, 55,20% de todas as pessoas que se envolveram em diferentes conflitos não recorreram à justiça. Entre estes, o motivo preponderantemente alegado foi que "resolveram por conta própria". Acresce notar que 23,77% dos entrevistados revelaram não confiar nos serviços

¹¹ Pesquisa realizada pelo IBOPE, em agosto de 2007 em todo o país.

jurídicos e judiciais. Esses dados são indicativos da baixa confiabilidade nas instituições públicas e, em particular, na Justiça. A Justiça não é vista, pelos cidadãos, como instrumento adequado de superação da conflitualidade social.

Adicionalmente, cada vez mais a população aponta a segurança como um dos principais problemas da sociedade brasileira. Em pesquisa realizada no final de 2007, verificou-se que "A segurança pública (52%), o combate à corrupção (46%) e a melhoria na qualidade da educação (42%) são temas que exigem atenção especial da sociedade brasileira na opinião da população¹²".

Na já referida pesquisa específica sobre a sensação de insegurança da população, realizada em agosto de 2007¹³, os resultados apontam que para 36% dos entrevistados houve mudança de hábitos em função da insegurança. Metade da população adulta brasileira acredita que a situação da segurança pública se agravou nos últimos dois anos. As mulheres entre 30 e 49 anos, com nível superior, moradoras da região Sul e com maior poder aquisitivo são as que mais percebem a piora.

Sobre a possível influência dos meios de comunicação no aumento da sensação de insegurança, a maioria da população, cerca de quatro em cada cinco entrevistados, tem convicção de que isso está ocorrendo, de fato, porque a violência está maior hoje em dia.

Adorno (2002) revela que, como conseqüência desse quadro, os cidadãos buscam saídas individuais.

Aqueles que dispõem de recursos apelam, cada vez mais, para o mercado de segurança privada, um segmento que vem crescendo há, pelo menos, duas décadas. Em contrapartida, a grande maioria da população urbana depende de guardas privados não profissionalizados, apóia-se perversamente na "proteção" oferecida por traficantes locais, ou procura resolver suas pendências e conflitos por conta própria. Tanto num como noutro caso, seus resultados contribuem ainda mais para enfraquecer a busca de soluções proporcionada pelas leis e pelo funcionamento do sistema de justiça criminal.

O cidadão cobra do Estado a sua segurança que parece cada vez mais inatingível. De acordo com Sodré (2002, p.8), no entanto, o próprio Estado "com suas estruturas de omissão, impunidade, corrupção e violações das regras

¹² Pesquisa realizada pelo IBOPE entre 30/11/2007 a 05/12/2007 sobre temas que exigem atenção especial da sociedade brasileira.

¹³ Pesquisa realizada pelo IBOPE, em agosto de 2007 em todo o país.

comezinhas (sic) de cidadania” é o maior responsável pela disseminação da insegurança e do medo.

Dentro desse quadro de violência e criminalidade, sentimentos como o medo e a insegurança dominam as mentes das pessoas, alterando comportamentos, relações sociais e profissionais. Já não se sabe quem exatamente é o inimigo, não tem nome, é ao mesmo tempo real e imaginário, pois não o conhecemos de fato, vemo-lo pela TV, na foto estampada no jornal, na Internet ou o imaginamos na notícia contada no rádio. Como subterfúgio, os cidadãos comuns buscam a segurança acima de tudo e contra todos. Neste sentido Bauman (1999, p.55) explica que:

Os medos contemporâneos, os “medos urbanos”, típicos, ao contrário daqueles que outrora levaram à construção de cidades, concentram-se no “inimigo interior”. Esse tipo de medo provoca menos preocupação com a integridade e a fortaleza da cidade *como um todo* – como propriedade coletiva e garante coletivo da segurança individual – do que com o isolamento e a fortificação do próprio lar *dentro* da cidade. Os muros construídos outrora em volta da cidade cruzam agora a própria cidade em inúmeras direções. Bairros vigiados, espaços públicos com proteção cerrada e admissão controlada, guardas bem armados no portão dos condomínios e portas operadas eletronicamente – tudo isso para afastar concidadãos indesejados, não exércitos estrangeiros, salteadores de estrada, saqueadores ou outros perigos desconhecidos emboscados extramuros.

Os criminosos são os que se diferenciam das pessoas comuns, vivem em locais estranhos, comem e vestem-se diferentes. O desconhecido oferece perigo e é deles que precisamos ser protegidos. Bauman (1999, p. 134) constata que existe uma identificação do crime com as pessoas de renda mais baixa, ou seja, uma criminalização da pobreza. “Os tipos mais comuns de criminosos, na visão do público, vêm quase sem exceção da base da sociedade. Os guetos urbanos e as zonas proibidas são considerados áreas produtoras de crime e criminosos.”

2.1.3 Violência, desigualdade social e segregação urbana.

A tese que sustentava relações de causalidade entre pobreza, delinqüência e violência é hoje bastante contestada em inúmeros estudos. Zaluar (2004, p. 24) destaca que a correlação entre pobreza e criminalidade ou entre pobreza e violência deve ser problematizada. Explica:

Atribuir apenas à pobreza – que sempre existiu no país e que teve vários indicadores melhores nas décadas de 1970 e 80 – o incrível aumento da

criminalidade e da violência observado nas duas últimas décadas, especialmente na última, é alimentar preconceitos e discriminações contra os pobres.

No entanto, Adorno (2002) ressalta que não há como deixar de reconhecer a relação da concentração da riqueza e da precária qualidade de vida nos chamados bairros periféricos das grandes cidades com a explosão da violência fatal. Relata:

(...) registros de mortes violentas revelam maior incidência nos bairros que compõem a periferia urbana onde são precárias as condições sociais de existência coletiva e onde a qualidade de vida é acentuadamente degradada. Há fortes evidências de que o risco de ser vítima de homicídio é significativamente superior entre aqueles que habitam áreas, regiões ou bairros com *déficits* sociais e de infraestrutura urbana (...).

Nesse horizonte social e político, convém lembrar que o Brasil, quinto país mais populoso do mundo (UNESCO, 2008), continua a ter o pior índice de concentração de renda (NATION MASTER, 2002) entre todos os países do mundo com mais de dez milhões de habitantes. Os dez por cento mais ricos da população detêm 48 por cento de toda a renda nacional.

Neste sentido, Sodré (1992, p.56) acrescenta:

(...) é nos países de Terceiro Mundo que a violência da crise se faz sentir mais agudamente, em função do desgaste acelerado das velhas estruturas em microrregiões ou em cidades. Quanto mais o Estado procura fortalecer a sua identidade tecnoburocrática mais ele é desbordado por uma heterogeneidade social, que vai desde novas fontes de organização econômica (o ilegalismo do narcotráfico, a economia informal nas cidades, etc.) até as atitudes políticas e religiosas não mais controladas por partidos e igrejas.

Relatório da Anistia Internacional salienta quatro pontos de preocupação central frente à situação de violência vivida no país. São eles: polícia mal treinada, sem recursos e com pouca capacidade de trabalho de inteligência; Estado negligente com relação aos bairros mais pobres, com moradores à mercê de criminosos e policiais; falta de uma política de segurança pública focada nas causas da violência e na exclusão social; e um sistema penitenciário em que a superlotação, os maus-tratos contra detentos, a corrupção e o crime organizado estão enraizados (ANISTIA, 2007).

A desigualdade social não é hoje socialmente vivida e experimentada como era há duas ou três décadas. A criminalidade violenta que assola o Brasil integra um quadro internacional, a realidade socioeconômica de um país que, apesar de

ter melhorado e superado em parte o grau de miserabilidade de seu povo, agrava-se com o apelo cada vez mais crescente da sociedade de consumo e, por outro lado, com um difícil acesso aos produtos ofertados e às necessidades básicas da população.

Assim explica Adorno (2002)

Ampliaram-se os padrões de consumo e de acesso a bens duráveis, mesmo entre os segmentos urbanos mais pauperizados (...). Se alguns direitos foram conquistados, outros foram perdidos e outros ainda não alcançaram a maioria dos trabalhadores, como a cidadania eletrônica e informativa. (...) O acesso à internet ainda é restrito, como também permanecem restritos os números indicativos do mercado consumidor de livros, de revistas e de jornais.

Zaluar (2004, p. 158) destaca que, nas regiões urbanas brasileiras, é maior a visibilidade da privação relativa, e não a carência propriamente dita que reforça a motivação para o ato desviante. No entanto, esta motivação é associada a outros fatores sociais. Para se compreender os efeitos da pobreza e da urbanização acelerada sobre o aumento da violência nos últimos anos é fundamental que se analise os mecanismos das organizações criminosas. O crime organizado, afirma a autora (2004, p. 159):

(...) atravessa classes sociais, tem organização empresarial e não sobrevive sem o apoio institucional das agências estatais incumbidas de combatê-lo. Ou seja, as próprias instituições encarregadas de manter a lei tornam-se implicadas com o crime organizado. Sem isso não se poderia compreender a facilidade com que armas e drogas chegam até as favelas e bairros populares (...)

2.1.4 Crime organizado: concepções.

São várias as concepções e poucos os consensos entre os estudiosos para definir o significado de grupo criminoso organizado ou crime organizado. Apresentaremos algumas noções, para melhor contextualizar o trabalho neste campo, sem a pretensão de esgotar o assunto.

A emergência do crime organizado é um dos principais problemas enfrentados por diversos países, entretanto, na atualidade, a questão é agravada com um novo tipo de formação: o crime organizado transnacional. De acordo com relatório da ONU de 1994 (CASTELLS, 2003, p.218), as principais atividades são tráfico de drogas, tráfico de armas, abrangendo outros tipos de práticas ilícitas

como o tráfico de órgãos, contrabando de imigrantes, tráfico de material nuclear, de mulheres e crianças e lavagem de dinheiro.

Segundo Giovanni Quaglia (2003), representante regional do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime para o Brasil e o Cone Sul, o crime organizado já foi considerado um problema interno de muitos países, entretanto este quadro mudou radicalmente. Assim descreve a situação atual:

(...) os sindicatos do crime ampliaram geograficamente as suas ligações, ultrapassando fronteiras e desconsiderando os estados nacionais. Isso se deveu, em grande parte, às facilidades criadas pela maior circulação de mercadorias e serviços entre os países, decorrentes da globalização dos mercados.

Em 2000, 124 países, dentre eles o Brasil, assinaram a Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Transnacional, ocorrida na Itália e conhecida como a Convenção de Palermo. O objetivo era a criação de um acordo entre as várias nações que visasse a uma ação conjunta para o problema. Em maio de 2003, o parlamento brasileiro aprovou a convenção através do Decreto Legislativo nº 231/03 que depois foi promulgada pelo executivo federal com o Decreto nº 5.015/04.

A Convenção de Palermo definiu como "grupo criminoso organizado" aquele estruturado, de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na Convenção das Nações Unidas sobre Crime Organizado Transnacional, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material.

Adicionalmente à adoção do conceito e à ratificação das recomendações da Convenção de Palermo, realizadas pelo parlamento e pelo executivo nacional, o Judiciário brasileiro, em 2006, através do Conselho Nacional de Justiça, emitiu a Recomendação nº. 03/06 indicando a necessidade, entre outras providências, de uma especialização de varas criminais para processar e julgar delitos praticados por organizações criminosas.

Consoante informa Oliveira (2004), O *Federal Bureau of Investigations* (FBI) define (MINGARDI, 1998, p. 43) crime organizado como:

Qualquer grupo que tenha de alguma forma uma estrutura formalizada e cujo objetivo primário seja obter lucros através de atividades ilegais. Tais grupos mantêm suas posições através do uso da violência, ou ameaça de violência, corrupção de funcionários públicos, suborno ou extorsão e

geralmente têm um impacto significativo na população local, da região ou país como um todo.

A Academia Nacional de Polícia Federal do Brasil, por sua vez, enumera dez características do crime organizado (LUCAS, 2007):

1) planejamento empresarial; 2) antijuridicidade; 3) diversificação de área de atuação; 4) estabilidade dos seus integrantes; 5) cadeia de comando; 6) pluralidade de agentes; 7) compartimentação; 8) códigos de honra; 9) controle territorial; 10) fins lucrativos.

O mesmo autor, de acordo com a finalidade de suas ações, divide em duas espécies as organizações criminosas: as que exercem suas atividades ilegais com vistas a alcançar fins políticos e/ou ideológicos as quais ele chama de ideológicas, e aquelas que, tal qual uma empresa, realizam ações ilícitas com o objetivo de obter lucro, as empresariais. De acordo com o autor, normalmente a mídia, o povo e os estudiosos referem-se às empresariais e não, às ideológicas que ainda são pouco estudadas.

(...) a expressão "Crime Organizado" – por vezes, substituída pela expressão "máfia" – foi incorporada ao vocabulário cotidiano como forma de expressar um grupo que explora um ramo de atividade ilícita, sempre com vistas à obtenção de lucro, ou seja, a referência é quase sempre voltada àquelas de tipo empresarial. (...), contudo [as espécies de organizações] acabam se intercomunicando. Como decorrência de uma atitude cada vez mais globalizada do crime organizado, pois mesmo quando visa tomar territórios, desmembrá-los ou tomar o poder político de um país, as organizações criminosas precisam de verbas que financiem seus projetos.

Mingardi (1998, p.62), por sua vez, destaca a importância do controle territorial para um modelo de crime organizado o qual ele denomina de Crime Organizado Territorial e cita como exemplo as favelas brasileiras. Explica:

(...) esta forma de crime organizado possui um nicho ecológico no qual são recrutados seus membros. Algumas vezes o local tem uma população comparativamente pobre e segregada (...). Há um estigma ligado a condição de morador em uma favela, separando seu habitante dos demais moradores da metrópole (...), levando a população a desenvolver tradições de autonomia político/social.

O referido autor, a partir de um estudo feito com teóricos de diferentes áreas, apresenta atributos que compõem o que ele chama Crime Organizado Tradicional, termo que julga ser mais correto que Crime Organizado Territorial, pois este abrange uma gama maior de características. São elas: 1) Atividades ilícitas; 2) Atividades clandestinas; 3) Hierarquia; 4) Previsão de lucros; 5) Divisão de trabalho; 6) Uso da violência; 7) Simbiose com o Estado; 8) Mercadorias Ilícitas; 9) Planejamento empresarial; 10) Uso da Intimidação; 11) Venda de

serviços ilícitos; 12) Clientelismo; 13) Lei do silêncio; 14) Monopólio pela violência e 15) Controle territorial.

Os atos promovidos por algumas organizações criminosas no Brasil justificam a denominação de crime “organizado”. Algumas estratégias praticadas recentemente no país, como o seqüestro de um jornalista, lembram o terrorismo internacional. Em países latino-americanos, assemelham-se às ações promovidas pelas FARC na Colômbia, onde o seqüestro de pessoas como instrumento de negociação com o governo é comum. A grande diferença, que merece ser salientada é que, no caso nacional, “não se está diante de coletivos populares organizados que lutam contra as injustiças e as desigualdades sociais e pela afirmação e conquista de direitos” (ADORNO, 2007). Trata-se de ações desmedidamente violentas que entram em confronto com o poder do Estado, autoridades policiais e judiciais, sem poupar os cidadãos comuns.

Nesse sentido, Wainberg (2005, p.77) explica que as estratégias do crime organizado aproximam-se das táticas utilizadas pelo terrorismo internacional o que faz com que alguns teóricos as definam como *terrorismo criminal*, “categoria que envolve ações destituídas de vocação política”.

Neste trabalho, utilizaremos o termo crime organizado para fazer referência a grupos criminosos que têm origem normalmente em favelas, núcleo incontestável da exclusão social, e que surgem a partir da união de quadrilhas com posse de um conselho ou um “chefão”. E também para nos referir aos grupos originados em presídios, a partir de uma “liga de presos”.

Oliveira (2004) criou um quadro onde apresenta as características das dimensões das organizações criminosas, especificamente as que estão envolvidas com a atividade do tráfico de drogas.

Quadro 2: Características das dimensões das organizações criminosas – Tráfico de drogas

| Características | Dimensão Macro | Dimensão Meso | Dimensão Micro |
|---|---|--|--|
| Território | Relações com diversos países. Poder global. | Relações em um mesmo país e com muitas áreas em uma mesma região. Podem ocorrer relações com outros países, mas não na envergadura da dimensão <i>macro</i> . | Relações escassas. E quando ocorre se dá numa mesma região. |
| Atividades da economia/Poder econômico | Lavagem de dinheiro envolvendo grandes somas de capital e empresas com sedes em várias localidades do mundo. Geralmente, o dinheiro é escondido em paraísos fiscais. | Lavagem de dinheiro no âmbito nacional e até no internacional. Caso ocorra o processo de internacionalização financeira, este não é tão acentuado como na dimensão <i>macro</i> . | Não existe o processo de lavagem de dinheiro. O lucro obtido só serve para comprar mais drogas. |
| Poder institucional | Associação com atores institucionais relevantes. Contam com o apoio destes nos mais diversos países. | Associação com atores institucionais nacionais e internacionais. No caso internacional, são atores institucionais de pouca expressão. | Geralmente contam com o apoio de algum político da localidade. Como prefeito, vereador ou líder comunitário. |
| Poder de ação | Desenvolve as suas atividades nos mais diferentes países. Não possui controle de áreas específicas. Podem estar associados a grupos terroristas. Ou estarem praticando atos terroristas. | Atua em nível nacional, e, às vezes, internacionalmente. Exerce controle sobre áreas. A organização criminosa pode estar associada a grupos terroristas; ou estarem praticando atos terroristas. | Exerce controle apenas da sua boca. |

Fonte: Oliveira, 2004

2.1.4.1 Organizações Criminosas no Brasil

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, estão as principais organizações criminosas do país. Adorno (2007) explica que no Brasil os laços identitários entre os integrantes de grupos criminosos se dão de forma peculiar, não em função de raça ou etnia e sim, por compartilharem a mesma condição de criminoso encarcerado ou por questões territoriais e socioeconômicas. O pertencimento a estes grupos é, muitas vezes, a garantia de assistência material, proteção contra arbitrariedades policiais ou ataques de grupos rivais.

As mais importantes organizações criminosas na atividade de tráfico de drogas no Brasil, na atualidade, são o Primeiro Comando da Capital – PCC, em São Paulo e o Comando Vermelho – CV; o Terceiro Comando – TC e o Amigos dos Amigos – ADA, no Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que, na capital carioca, as “milícias”, apesar de oferecerem proteção às comunidades, têm como prática o uso da violência, atos semelhantes aos dos grupos considerados criminosos, motivo pelo qual são citadas neste trabalho.

2.1.4.1.1 Primeiro Comando da Capital

O Primeiro Comando da Capital - PCC (LIMA, 2003) foi fundado no dia 31 de agosto de 1993, no Interior da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, conhecida por longa história de uso de maus-tratos. O PCC começa a se organizar a partir de 1992, como consequência do Massacre do Carandiru. “(...) a organização nasce de um ato de resistência, como forma de proteção ao sistema violento e desumano imposto aos presos”, relata Adorno (2007). Coloca como seu objetivo mudar a prática carcerária desumana, cheia de injustiças, opressão, torturas e massacres nas prisões.

A organização possui, nos primeiros tempos, uma estrutura hierárquica com postos de comando chamados de soldados e generais, com batismo (ritual de entrada), pagamento de mensalidade e garantias de “segurança” aos “irmãos”, integrantes, dentro e fora das prisões. Ela também utilizava o código 1533, correspondendo à décima quinta letra do alfabeto, “P”, acompanhada duas vezes da terceira letra “C”. Segundo Souza (2006, p.21), a estrutura tradicional vertical foi alterada, atualmente, não existe mais conexão direta entre as lideranças e não

há hierarquia entre as células (pessoas que ficam fora da prisão e são responsáveis por uma região do tráfico).

Souza (2006, p.23) ressalta que, apesar da existência de documentos internos da Secretaria da Administração Penitenciária que confirmavam a existência da organização, o governo alegava que, mesmo com a demonstração de poder quando promoveram 27 rebeliões simultâneas no estado de São Paulo, o PCC não passava de uma fantasia.

O sistema apodreceu. O crime ganhou oxigênio e poder. (...) As raízes do PCC criaram metástase, crescendo e multiplicando-se de São Paulo para outros estados, e destes para outros países, como o Paraguai, a Bolívia e a Colômbia, tornando-se internacional (SOUZA, 2006, p.24).

Em 2001, a organização apresenta-se à sociedade durante uma das maiores rebeliões prisionais da história do país. (BARROS, 2006, p.18). Na ocasião, foram colocadas faixas com a sigla do “Comando”. O PCC é chamado de partido, por seus integrantes, e possui um estatuto com normas que defendem valores como lealdade, respeito e solidariedade. O objetivo da organização vem expresso no texto: luta pela liberdade, justiça, paz e união entre os presidiários com o intuito de evitar um novo massacre como o ocorrido no presídio Carandiru, em 1992 (BARROS, 2006, p. 3).

No Estatuto do Comando é destacado como prioridade “pressionar o Governador do Estado” a desativar o Presídio de Taubaté o qual é denominado pelos detentos “campo de concentração”. Outros pontos relevantes são os que demonstram a força de sua organização externa, a sua articulação com o Comando Vermelho, bem como o comprometimento que devem ter os integrantes do PCC quando estes estiverem em liberdade, como se pode constatar nos artigos a seguir:

4. A contribuição daqueles que estão em liberdade com os irmãos dentro da prisão através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate. 7. Aquele que estiver em Liberdade 'bem estruturado' mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, serão condenados à morte. 16. (...) ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos em nível estadual e a médio e longo prazo nos consolidaremos em nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho (...) (ESTATUTO, 2007).

A estrutura organizacional do PCC fica explícita também na sua forma de comunicar, não só aos chamados irmãos (detentos, criminosos e ex-criminosos),

mas também à sociedade. Em 2003, durante a primeira semana de ataques do PCC em São Paulo, como se fosse um grupo de manifestantes lutando por mudanças, foram distribuídos panfletos em paradas de ônibus intitulados “Grito dos oprimidos encarcerados”, dirigido “à sociedade brasileira”. Abaixo uma parte do panfleto:

A imprensa paulista está deduzindo quais foram nossos motivos para acontecerem os ocorridos de 11 e 12 de maio, mas não vão (sic) aos presídios saber quais os verdadeiros motivos. Existem vários fatos, como por exemplo, a superlotação, o descaso judiciário, omissão de socorro, espancamentos graves e freqüentes, perseguições constantes, abusos de poder, enfim vários fatores que, se não forem vistos com atenção, não preservam os direitos mínimos do ser humano. E um ser humano sem expectativa se torna um animal irracional. (apud, SOUZA, 2006, P. 64)

Há controvérsias sobre os motivos do início dos ataques, mas o que parece ser mais convincente é que a transferência de Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, um dos líderes do PCC, entre outros integrantes da organização, para um presídio de segurança máxima, foi o estopim.

2.1.4.1.2 Comando Vermelho

Uma das mais importantes organizações criminosas, em função de seu pioneirismo, poder e abrangência, surge, oficialmente, no país, em 1979, no Instituto Penal Cândido Mendes, presídio de Ilha Grande. O local, famoso pelas torturas, sujeira, alimentação precária aos presos, fora construído para abrigar 540 detentos, mas, na década de 70, havia cerca de 1300 homens, por isso chamado de “caldeirão do diabo”¹⁴. No presídio de segurança máxima, conviviam os presos considerados irrecuperáveis, os presos comuns, e, entre 1969 e 1975, foi escolhido também como destino para os presos políticos que lutavam contra a ditadura militar.

O presídio era composto por diversos grupos, denominados falanges (AMORIM, 2007, p. 71). A mais forte e respeitada (temida) era a da Zona Norte que abrigava quadrilhas da Zona Norte do Rio de Janeiro, também conhecida como falange do Jacaré. Na galeria B ficavam os 66 presos políticos e os

¹⁴ O apelido “caldeirão do diabo” é uma alusão ao presídio francês de Caiena, na Ilha do Diabo, Guiana Francesa. Na década de 40, o tratamento desumano destinado aos presos foi denunciado por um fugitivo Papillon que se tornou ilustre e teve sua história transformada em livro. O local foi desativado em 1946.

enquadrados pela Lei de Segurança Nacional – LSN (assaltantes de banco, seqüestradores, etc.). Estes últimos foram chamados de Falange Vermelha, o embrião do Comando Vermelho. O compartilhamento da cela entre estes dois grupos distintos durou pouco, pois rapidamente os presos políticos pediram para serem separados, mas o aprendizado e a troca ocorreram da mesma forma.

A história do Comando Vermelho pode ser dividida em três momentos (AMORIM, 2007, p. 213). Desde seu surgimento no Cândido Mendes, a organização original chamava-se Falange Vermelha (14/04/2004, Folha Online), período marcado pela formação organizacional através da convivência com presos políticos. O segundo momento, quando ocorre o fortalecimento e a consolidação do Comando tanto no presídio como nas favelas cariocas. Mesmo com a saída dos presos políticos, a formação organizacional já existia e várias conquistas de melhoria da qualidade de vida dos prisioneiros foram alcançadas pelo grupo, o que fortaleceu ainda mais o Comando Vermelho frente aos outros presos.

Nos anos 80, início do terceiro período, dá-se a mudança de área de atuação: a transição para o tráfico de drogas. O comando controla o tráfico em toda a região da grande Rio e nas praias e cidades turísticas.

Entre os anos 70 e 80, as organizações criminosas mundiais entram na rota do tráfico de drogas. No Brasil, no início de 1980, isto se dá por dois meios, servindo como ponte para países europeus conduzirem a droga para os Estados Unidos e tornando-se consumidor dos cartéis colombianos, principalmente os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Os traficantes latino-americanos buscavam sócios no Brasil, o que obrigou o Comando Vermelho a se qualificar e buscar garantir o monopólio das drogas. Como explica Jorge Zambi, “o pianinho”, um dos seus integrantes:

Nós, ex-assaltantes de bancos que entramos no mercado do tóxico, catequizamos os favelados e mostramos a eles que o governo não está com nada e não faz nada para ver o lado deles. Então nós damos alimentação, remédios, roupas, material escolar, uniforme para crianças e até dinheiro. Pagamos médicos, enterros, e não deixamos os favelados saírem de lá pra nada. Até briga de marido e mulher nós resolvemos dentro da favela, pois não pode pintar sujeira para polícia não entrar (BRITO, 1984).

Atualmente, o Comando detém o domínio de morros, das favelas e do presídio Bangu¹. O presídio de Ilha Grande e as marcas de seu passado foram implodidos em 1994 pelo governo da época.

2.1.4.1.3 Terceiro Comando

Surge nos anos 80 como uma dissidência do Comando Vermelho, tornando-se grande rival na luta pelo domínio do tráfico.

2.1.4.1.4 Amigos dos Amigos

A facção Amigos dos Amigos (ADA) foi fundada por um ex-integrante do Comando Vermelho em 1998. Após a morte e a prisão das principais lideranças do CV e do ADA, os grupos uniram-se.

2.1.4.1.5 Milícias

O primeiro grupo de milícia surgiu no final dos anos 70, na zona oeste do Rio de Janeiro, na favela Rio das Ostras. As milícias são grupos compostos por policiais e ex-policiais, civis e militares, bombeiros, agentes penitenciários que atuam em pelo menos 92 das cerca de 500 favelas do Rio de Janeiro (TORRES, 2006).

As milícias cobram pagamento dos moradores em troca da proteção contra a ação dos traficantes, mas, na prática, agem de forma tão violenta quanto os criminosos, além de cometerem extorsões contra os moradores.

2.1.5 Cárceres, exclusão social e fomento do crime.

As prisões são formas adotadas, há muito tempo, para se punir pessoas que, por um motivo ou outro, não obedecem às leis ou às normas estabelecidas pela sociedade.

Bauman oferece-nos um arcabouço teórico e analítico sobre o significado histórico-sociológico dos sistemas de confinamento no mundo.

Explica que o encarceramento, sob variados graus de severidade e rigor, tem sido em todas as épocas o método primordial de lidar com setores considerados problemáticos da população, tais como: os escravos, os leprosos, os loucos, assim como os de etnia ou religião diferentes. Relata:

Quando tinham permissão de andar fora das áreas a eles destinadas, eram obrigados a levar sinais do seu isolamento para que todos soubessem que pertenciam a outro espaço. (...) O significado mais profundo da separação espacial era a proibição ou suspensão da comunicação e, portanto, a perpetuação forçada do isolamento (BAUMAN, 1999, p. 114).

O autor questiona essa prática, ressaltando (BAUMAN, 1999, p.118-134) que a validade das casas de correção é e sempre foi discutível em sua capacidade de “reabilitação ou reforma moral dos internos”. Afirma que a opinião corrente entre os pesquisadores é que, ao contrário, as condições endêmicas inerentes a estes locais impedem a reabilitação. Salienta ainda que a sociedade optou por “prisionar” os internos, isto é, encorajá-los a absorver e adotar hábitos e costumes típicos do ambiente penitenciário, muito diferentes dos padrões comportamentais aceitos e considerados normais fora das prisões.

Explica também que Donald Clemmer cunhou em 1940 o termo “prisionização” para denotar os verdadeiros efeitos do confinamento, marcadamente diferentes do impacto “reeducador” e “reabilitador” atribuído à prisão por seus teóricos e promotores. A prisão era, na opinião de Clemmer, uma escola do crime.

A prisão para Bauman (1999, p.130) significa não apenas imobilização, mas também uma prolongada e talvez permanente expulsão. Assim, a idéia de sentença de prisão, é ao mesmo tempo, “o método mais eficiente de tirar o poder a pessoas potencialmente perigosas e uma dolorosíssima retribuição por malefícios cometidos”.

A construção de novas prisões, a redação de novos estatutos que multipliquem as infrações puníveis com prisão e o aumento das penas – todas essas medidas são vistas por Bauman como uma forma escolhida por muitos governos de aumentar a sua popularidade. Da mesma forma, reflete que, com os grandes índices de desempregos nos tempos atuais, a questão da reabilitação é novamente digna de contestação. Argumenta que (p.119-120):

Esforços para levar os internos de volta ao trabalho podem ou não ser efetivos, mas só fazem sentido se há trabalho urgente para fazer. (...)

Nas atuais circunstâncias, o confinamento é antes uma alternativa ao emprego, uma maneira de utilizar ou neutralizar uma parcela considerável da população que não é necessária à produção e para a qual não há trabalho ao qual se integrar. (...)

Independente de sua eficiência enquanto método punitivo e educador do infrator, os dados mostram um grande aumento contingente de pessoas presas em todo o mundo relativamente aos dados da população. Alguns países como os Estados Unidos destacam-se em número de detentos; outros, como a Noruega apresentam números muito inferiores. A proporção da população que cumpre sentenças de prisão é distinta em cada país e diz respeito às tradições culturais e práticas penais.

Em comparação internacional, o Brasil era em 2003 o 50º país com a maior taxa de prisioneiros por 100.000 habitantes. A taxa da população carcerária nacional por habitante em 2007 (236/100mil habitantes) está muito acima da média da América do Sul que é de 165,5 por 100 mil habitantes. Entretanto, muito abaixo do primeiro colocado no ranking, os Estados Unidos que apresentavam 715 detentos por 100.000 habitantes (2003, NATION MASTER) e a Rússia que, em segundo lugar, está com 584/100mil habitantes.

O Brasil tem um contingente de 419.551 presos (INFOPEN, 2007). A população carcerária em 1995 era de 148.760, o que significa um aumento em cerca de três vezes em 12 anos. A legislação brasileira determina que cada preso tem direito a um espaço de no mínimo 6 m², apesar disso, o número de vagas disponíveis representa a metade do total de detentos, o que explica as celas superlotadas dos presídios brasileiros.

Devido à origem pobre destes e de seus familiares, são pessoas que possuem pouca visibilidade, influência política, econômica ou social, logo, vítimas silenciosas em casos de maus tratos ou de qualquer tipo violação.

2.2 Criminalidade e Violência em Duas Grandes Cidades Brasileiras

As temáticas levantadas neste trabalho dizem respeito a questões urbanas que se acirram, ainda mais, em megacidades como São Paulo e Rio de Janeiro, as capitais mais populosas do país com 10.886.518 e 6.093.472 habitantes, respectivamente (CENSO, 2007). Duas cidades diferentes, social, cultural e

economicamente, mas também com características semelhantes que retratam os diversos problemas enfrentados na sociedade brasileira atual.

A violência ocorre de maneira distinta no Rio de Janeiro e em São Paulo: a periferia do Rio está dentro da cidade, enquanto em São Paulo está isolada; o caráter dos confrontos no Rio é mais freqüente e mais visível, ao contrário de São Paulo. O quadro da capital paulista, entretanto, mudou com os ataques promovidos pelo PCC em maio e repetidos em julho e agosto de 2006.

2.2.1 São Paulo

São Paulo, o maior estado da federação com uma população de aproximadamente 41 milhões de habitantes, possui a maior população carcerária com 149.310 (delegacias e presídios) perfazendo um total de 363, 91 detentos por 100.000 habitantes. O número de vagas no sistema prisional paulista era de 90.816, o que indica um número de presos 64,41% superior à capacidade existente (INFOPEN, 2007).

O ambiente que, além de penalizar, deveria servir para corrigir os infratores e depois reintroduzi-los à sociedade, faz o papel contrário. Isto somado ao fato de que pessoas presas por pequenos delitos dividem sua cela com grandes criminosos do tráfico, assassinos, seqüestradores, transformando as prisões em locais de aprimoramento para o crime. Neste contexto, nasce e se fortalece uma importante organização criminosa, o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Pode-se apontar os ataques do PCC à cidade de São Paulo, em maio de 2006, como um marco, em função da abrangência que paralisou o município. Após este momento, outras ações foram deflagradas pela organização, na capital paulista. O número de mortes equipara-se ao de vítimas de guerras. O saldo de baixas no Iraque entre 2003 e 2006 foi de 117 soldados britânicos, enquanto que, em São Paulo, em apenas uma semana em maio de 2006, morreram 492 pessoas por ferimentos de armas de fogo (PHILLIPS, 2006, apud BBC).

Adorno (2007, p.3) ressalta que, apesar da magnitude das ações promovidas pelo PCC, em 2006, no Estado de São Paulo, elas não foram um fato isolado no tempo. Desde 1990, outras rebeliões demonstraram a capacidade organizativa dos detentos dos sistemas carcerários de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em São Paulo, ele cita dois fatos emblemáticos: as rebeliões na Casa de

Detenção de Hortolândia e na Penitenciária I de Tremembé, ambas em 1995 e a megarrebelião em 2001, envolvendo simultaneamente 29 estabelecimentos penitenciários, já com forte aparato de comunicação, utilizando celulares e até centrais telefônicas clandestinas. É importante lembrar que em 1992, em outra rebelião, 111 detentos foram mortos durante uma intervenção policial (MARRA/BUOSI, 2002) na Casa de Detenção do Complexo Carandiru, desativado e destruído pelo Estado em 2002.

2.2.2 Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro é o terceiro estado mais populoso do país (INFOPEN, 2007) com cerca de 14 milhões de habitantes. A população carcerária é de 33.121 detentos, representando 230,03 presos por 100.000 habitantes. O número de vagas nos estabelecimentos prisionais era de 28.006, 18,26% superior à capacidade existente.

Existem atualmente 750 favelas no município (FAVELAS, 2006), destas em 328 (44%) há tráfico de drogas e disputa de poder entre as facções (BRASIL, 2007). As favelas são organizações habitacionais populares que se caracterizam pela má distribuição de renda, miséria e falta de acesso a benefícios do Estado. De 1991 a 2000 (CENSO, 2000), houve um crescimento em 30,2% no número de favelas na capital carioca. Enquanto em 1991 eram 384, em 2000 totalizaram 513 com uma população de mais de um milhão de habitantes, correspondendo a quase 20% do total da população da cidade.

Apesar de não haver dados estatísticos oficiais para esta década, levantamento feito por satélite (Estudo..., 2007) indica que em 88 favelas da capital carioca a área de ocupação cresceu 250.279 m² (mais que trinta campos oficiais de futebol) entre 2002 e 2007. Outro dado (RUMO..., 2007) relevante é que, enquanto a renda média do chefe de família na favela era de R\$ 352,41, em 2000, no restante da área urbana este indicador era de R\$ 1.533,74¹⁵.

Os eventos violentos, ocorridos no Rio de Janeiro, no final de dezembro de 2006, e que tiveram continuidade durante o ano de 2007, envolvendo

¹⁵ Dados extraídos de Agência JB (2007), VIVA RIO (2007) e PONTES e SCHIMDT (2001).

organizações criminosas e a polícia, surpreenderam a população e a mídia. Diversos ônibus foram queimados com um saldo de feridos e mortos.

Artigo publicado pela revista britânica *The Economist* mostra o outro lado do confronto. Afirma que houve um aumento de 250% no número de mortes causadas pela polícia no Rio de Janeiro, entre 2002 e 2006. A matéria acusa a polícia carioca de estar entre as mais violentas do mundo (*ECONOMIST...*, 2007 apud BBC). Com o mesmo enfoque, Silvia Ramos, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes – CESEC, garante que só a polícia do Rio de Janeiro mata mais do que a dos Estados Unidos inteiro. Em 2007, nos primeiros quatro meses, 449 civis morreram, enquanto que a polícia norte-americana matou 375 pessoas em 2006 para uma população de 300 milhões de habitantes (GOMIDE, 2007, p. C1). Para cada policial morto no Rio de Janeiro, são mortas 41 pessoas pela polícia. A proporção é o quádruplo da média internacional, de acordo com Paul Chevigny, da Universidade de Nova York (GOMIDE, 2007, p.C1). Estes dados mostram que são muitos os aspectos a serem abordados em matérias envolvendo confrontos entre o crime organizado e a polícia.

O Rio de Janeiro também foi palco de duas grandes rebeliões no início da década, a do presídio Bangu 3, em 2001, e a outra envolvendo diversos estabelecimentos penitenciários em 2002, quando parte da cidade ficou paralisada: houve o fechamento do comércio e das escolas, com a intimidação causada pelo Comando Vermelho.

Observa-se nos fatos levantados que existe uma aparente consciência, por parte do crime organizado, de que parte do sucesso de suas ações depende de sua visibilidade. A mídia, por sua vez, ao retratar o espetáculo da violência, acaba por retroalimentar o processo, ressaltando a força de grupos criminosos e, ao saciar a sede da população por imagens, potencializa o medo e a insegurança já predominantes em nossa sociedade.

Para Adorno (2007, p. 4)

(...) a circulação de informações, no próprio meio delinqüente, facilitada por intermediários de toda a espécie, e a veiculação de informações por meio da mídia [contribuíram] para disseminar modalidades de ações julgadas pelas principais lideranças como dotadas de êxito porque capazes de surpreender as autoridades.

2.2.2.1 Complexo do Alemão

Na região do Complexo do Alemão moram cerca de 200 mil habitantes, com 12 favelas estendendo-se pelos bairros Inhaúma, Bonsucesso, Olaria e Penha. Atualmente, concentra cerca de 40% dos crimes da cidade (BOTTARI, 2007, p 14). Mas, nem sempre foi assim. A origem do nome é em função das feições do polonês Leonard Kaczmarkiewicz que, logo após a Primeira Guerra Mundial, veio da Polônia e adquiriu lotes no local. A instalação do Curtume Carioca, em 1920 atraiu centenas de famílias operárias para a área e, em 1946, com a abertura da Avenida Brasil, transformou-se no principal pólo industrial da cidade. A ocupação desordenada e a favelização da área só ocorreu a partir de 1951.

2.3 Mídia e Criminalidade

As ações criminosas são cada vez mais espetaculares, surpreendendo a população e conquistando espaço no noticiário. Os conflitos que antes ficavam resguardados às favelas e ganhavam cobertura na página policial, hoje, estão nas capas dos jornais. Como salienta Michaud (2006, p.35), “a violência, pela carga de ruptura que veicula, é por princípio, um alimento privilegiado para a mídia”.

Neste contexto, a violência é um tema que sensibiliza todas as pessoas. Vive-se hoje, nas grandes cidades, sob o domínio do medo e da insegurança.

“[...] As notícias sobre os conflitos em geral e sobre o terrorismo em particular têm certo e relevante impacto no imaginário das pessoas. Por isso mesmo, compreende-se a dose extra de violência utilizada em tais atos [...] Tais ocorrências são premeditadas e visam prioritariamente atrair a atenção da mídia. Nesse sentido, costuma-se também dizer que o terror é uma forma de *comunicação violenta*” (WAINBERG, 2005, p.7).

A imprensa brasileira, principalmente nas grandes capitais nacionais como Rio de Janeiro e São Paulo, tem nos conflitos urbanos um tema de cobertura diária. A magnitude da importância que a imprensa atribui a estes fatos é

evidenciada quando esta começa a denominá-la como uma “situação de guerra, guerra nas ruas, guerra urbana”¹⁶.

Ao trazer o mundo do crime para a vida cotidiana, a mídia difunde a cultura do crime organizado. As pessoas, em todo o mundo, provavelmente estão mais familiarizadas com a versão da mídia sobre as condições de trabalho e a psique de assassinos e traficantes do que com a dinâmica dos mercados financeiros em que investem o seu dinheiro. (CASTELLS, 2003, p.263).

Para Bourdieu, a mídia busca o sensacional e o espetacular como forma de atrair a população. “Os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras” (BOURDIEU, 1997, p.25). A mídia convida à dramatização, afirma o autor:

Esse mundo cheio de guerras étnicas e de ódios racistas, de violência e de crime, não é mais que um contexto de ameaças incompreensível e inquietante do qual é preciso antes de tudo se retirar e se proteger (BOURDIEU, 1997, p.141).

Para estudar a espetacularização da mídia, não se pode deixar de citar Debord que, no início dos anos 70, revolucionou com a sua teoria sobre a sociedade do espetáculo e, nos anos 90, ao rever seus escritos, constatou o acerto de sua análise. Hoje alguns teóricos vêm produzindo uma releitura, afirmando não existir mais o espetáculo e sim, o megaespetáculo ou o hiperespetáculo (SILVA, 2007).

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação. (DEBORD, 1997, p. 13)

No texto-manifesto de Debord (1997) sobre a sociedade do espetáculo, predomina a crítica ao capitalismo, no qual a mídia e a sociedade de consumo se organizam em torno do espetáculo. Mesmo considerando as grandes mudanças políticas e sociais ocorridas desde então, seu texto permanece extremamente atual. Buscamos, através de sua análise, compreender melhor os fatos citados envolvendo o PCC e a mídia.

A grande cobertura da violência promovida pela mídia, envolvendo o crime organizado em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 2006, reforçou a presença do

¹⁶ Termos utilizados no sábado, 17 de fevereiro de 2007, na capa do caderno Cultura do Jornal Zero Hora e na chamada do Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão no domingo, 18 de fevereiro de 2007.

medo e da insegurança, transformando-os em atores de uma novela que parecia não ter fim. “A mais velha especialização social, a especialização do poder, encontra-se na raiz do espetáculo”, lembra Debord (1997, p. 20). A sociedade assiste amedrontada a cada novo episódio e, ao contrário das telenovelas, o sucesso do enredo não estava ligado à aceitação dos personagens, mas, à repercussão que tinha suas atuações violentas. Conforme o dito popular: “Falem mal, mas falem de mim”.

As ações espetaculares com queima de ônibus, saques a delegacias, pessoas em pânico, eram fatos imprevisíveis em tempos que tudo é previsível. A grande repercussão na mídia era inquestionável. Imagens que não poderiam deixar de ser mostradas pelos meios de comunicação acabaram por confirmar o acerto da estratégia do crime organizado de transformar violência em espetáculo. Assim estabeleceu-se um círculo vicioso no qual a violência ocorre, e a mídia divulga.

Paradoxalmente aos fatos, pode-se citar Debord:

O espetáculo se apresenta como uma enorme positividade indiscutível e inacessível. Não diz nada além de “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. A atitude que por princípio ele exige é a da aceitação passiva que, de fato, ele já obteve por seu modo de aparecer sem réplica, por seu monopólio da aparência (1997, p.16).

O espetáculo não está em posse da mídia, do Estado, dos ricos e dos poderosos. Vive-se num mundo de espetáculos e qualquer forma de expressão para ser compreendida precisa estar integrada nesta sociedade da não-surpresa. “o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade. (...) Forma e conteúdo do espetáculo são, de modo idêntico, a justificativa total das condições e dos fins do sistema existente”, afirma Debord (1997, pp. 14-15).

Os temas referentes a catástrofes, naturais ou não, e da insegurança pública (violência nas ruas, terrorismo, ameaças em geral) são hoje valiosos tanto para o Estado – que assim legitima a existência de seus aparelhos repressivos – quanto para os meios de comunicação de massa, cuja forma de abordagem do real tem sido dramática e catastrófica. As ideologias políticas dão lugar, pouco a pouco, à ideologia de segurança pública. (1992, SODRÉ, p. 57).

Nessa luta de forças, travada entre o crime organizado e o Estado, aparecer pode representar ser o mais forte, ser o vencedor. A visibilidade, por outro lado, pode também fragilizar, pois, através dos meios de comunicação, a

sociedade julga, critica, condena e absolve os seus culpados. A violência real é espetacularizada, transformada em produto, com grande poder de venda para ser rapidamente consumida.

Nesse contexto, questionamos a capacidade, bem como o grau de influência que a mídia pode exercer sobre estes fatos. Vale ressaltar que a informação, mesmo quando caracterizada por forte potencial dramático, tem seu papel transformador, instrumentalizando a sociedade a criticar e buscar meios de mudar a sua realidade. A violência, mesmo que temida, pode não ser aceita.

Porto (2002) ressalta que se deve ter cuidado ao se analisar a influência da mídia sobre a violência na sociedade para não incorreremos no erro de diabolizá-la. Entretanto, destaca que os meios de comunicação, muitas vezes, valorizam o comportamento violento e assim, “se não são diretamente responsáveis pelo aumento da violência e da criminalidade, seriam quando menos, um canal de estruturação de sociabilidades violentas”. A autora reforça seu pensamento citando Michaud (1996, p.136): “a violência, na mídia, seja ela utilizada ou não, seja ficção ou parte dos telejornais da atualidade serve, de certa maneira, a um descarregar-se, distender-se, dar livre curso aos sentimentos através do espetáculo”.

Após alguns meses mostrando seu poder na mídia, o PCC decide, em agosto de 2006, dar mais uma cartada, “aparecer” através do seqüestro de um profissional da mídia, garantindo, assim, não apenas uma cobertura sobre um seqüestro, mas uma cobertura comprometida. O seqüestro de um jornalista, de alguém que está muito perto dos telespectadores, que entra em nossos lares e nos conta novidades. Alguém com a simplicidade de quem não costuma ser a notícia.

Para a liberação do repórter Guilherme Portanova, da Rede Globo de Televisão, o PCC exige a transmissão de um vídeo seu. O espetáculo, dessa vez, foi criado mais para a mídia e não pela mídia. A voz do homem encapuzado com certa dificuldade na articulação das palavras pedia pela justiça, por um tratamento mais humano e por não serem massacrados e oprimidos. Como pano de fundo, uma pichação feita em uma parede repetia seu clamor: “PCC luta pela justiça”. O crime organizado desafia novamente, mostrando sobrepor-se a todas as forças. No final da fala, uma frase lembra que, apesar do linguajar culto, são criminosos que estão falando e que não só pedem por justiça, mas ameaçam:

“Não mexam com as nossas famílias que não mexeremos com a de vocês. A luta é entre nós e vocês”, avisa.

No Rio de Janeiro, os morros superlotados de pessoas desprovidas de direitos básicos de cidadania, composto de trabalhadores, donas-de-casa, estudantes e inclusive traficantes, estão ao lado de bairros nobres e em frente a avenidas onde circulam carros importados. Os fatos ocorridos no final de 2006 chocaram a “cidade maravilhosa” às vésperas da famosa e turística festa de *reveillon*. O grau de violência não combinava com o clima do final do ano. Pessoas morreram queimadas em ônibus, vítimas de organizações criminosas. Em maio de 2007, o governo ocupa o Complexo do Morro do Alemão, área considerada importante no tráfico de drogas e na circulação de armas pesadas. No dia 27, do mesmo mês, um grupo formado por 1350 policiais e representantes da Força de Segurança Nacional sobem o morro do alemão. Dezenove pessoas são mortas, entre elas, moradores locais que não tinham qualquer relação com o tráfico.

O PCC e as organizações criminosas cariocas demonstraram conhecimento quanto aos interesses da mídia, seja pela rotina adotada pelos meios de comunicação, seja pelo próprio gosto dos seres humanos por violência ou mesmo devido à estratificação da sociedade. A visibilidade é concedida a poucos, o direito à voz pública é permitida apenas aos que detêm o poder político, econômico ou cultural, os quais são repetidamente os mesmos.

Como afirma Bourdieu (1997), “a agenda de contato dos jornalistas é sempre a mesma, repleta de pessoas disponíveis, com idéias parecidas, sempre dispostas a falar e aparecer na TV, “habitues da mídia.” Os demais são relegados a mero receptores de notícias e observadores dos acontecimentos que movem o mundo. A estes, que não fazem parte desta elite, restam os temas considerados marginais ou dos marginais como a miséria, a falta de acesso aos direitos básicos, enfim, a uma cidadania comprometida.

O processo de seleção de matérias, a lógica de construção do jornalismo, reforça a idéia de que a mídia é um agente social que influencia e é influenciada pelos diversos atores sociais. Isto nos permite concluir que os grupos criminosos, em episódios de extrema violência, podem deixar de ser agentes analisados pela imprensa, passando a ter um papel de protagonista na inter-relação com esta e o público.

Bourdieu questiona a ação da mídia em certas situações de comoção popular quando o jornalista, muitas vezes, em vez de manter a distância necessária para promover a reflexão, age como um “bombeiro incendiário”, contribuindo para criar um novo acontecimento, e, em seguida, receber os méritos de fazer um jornalismo de denúncia das mazelas e injustiças sociais. Para ele, existe uma visão:

des-historicizada e des-historicizante, atomizada e atomizante, que encontra uma relação paradigmática na imagem que dão do mundo as atualidades televisivas, sucessão de histórias aparentemente absurdas que acabam todas por assemelharem-se, desfiles ininterruptos de povos miseráveis, seqüências de acontecimentos que, surgidos sem explicação, desaparecerão sem solução, hoje o Zaire, ontem Biafra e amanhã, o Congo e que, assim despojados de toda necessidade política, podem apenas, no melhor dos casos, suscitar um vago interesse humanitário. (BOURDIEU, 1997, p.140)

Seguindo o pensamento exposto pelo autor amanhã poderia ser São Paulo ou o Rio de Janeiro, em sua guerra urbana que parece não ter fim. As “tragédias sem laços” perdem-se no tempo, sem passado ou futuro, sem história, são homogêneas e confundidas com um evento climático como o Tsunami - fatos naturais que são uniformizados sob a ótica da mídia.

2.4 Conclusões sobre mídia, paz e criminalidade violenta.

A cobertura jornalística da violência e da criminalidade em países como o Brasil não se diferencia das coberturas de guerra. Semelhanças são encontradas no número de mortes ocorridas, no armamento pesado utilizado pelos criminosos, nas imagens de violência divulgadas pela mídia e no próprio medo que desperta na população.

Kotscho (2003, p.67) relembra seus tempos de repórter diário e as inúmeras coberturas realizadas, entre elas, as que mostravam o grau de violência no cotidiano das cidades. Cita como exemplo uma matéria que fez, junto com o repórter Marcelo Auler, na Folha de São Paulo, sobre guerra urbana.

(...) Noite de quarta-feira no Instituto Médico Legal. Aqui, no fim do caminho desta luta sem fim, todos são iguais nas mesas geladas de aço inoxidável da sala de autópsias. No mesmo banco estão as famílias do assaltante morto e do vigilante que o matou e também morreu. O assalto à agência do Comind, no Pacaembu, foi de manhã e, desde o começo da tarde desta quarta-feira, as famílias de Hotelino de Carlos Ferreira, o vigilante, de 39 anos, mineiro, casado, três filhos, e de Victor Paulo Ignes,

o assaltante, de 36 anos, paulistano do Tautapé, casado, três filhos, estão à espera dos seus mortos.

Para ele, este tipo de matéria ajuda a fazer as pessoas refletirem, entretanto não basta relatar o número de mortos e feridos ou detalhar a violência, o texto precisa contar quem são as vítimas e suas histórias. Ensina: “o homem é sempre o mais importante, e um exemplo vale mais do que mil tabelas. Um pequeno furto pode acabar na primeira página do jornal, porque é o exemplo vivo de uma situação-limite, um retrato em branco e preto do país” (KOTSCHO, 2003, p.68).

Galtung, conforme foi relatado no capítulo anterior, afirma que o que faz oposição à paz é a violência e não a guerra, pois a guerra é apenas um tipo de violência. O *Jornalismo de Guerra*, criticado pelo autor, possui as características do jornalismo tradicionalmente questionado pela população e inclusive por seus pares: um jornalismo que não busca apurar os fatos com precisão, que mostra apenas um lado, que na desculpa da imparcialidade mostra a violência como algo insolúvel e o criminoso como o representante máximo de todos os problemas e não uma consequência.

A Agência de Notícias do Direito da Infância – ANDI (2001, p.30) aponta a necessidade de haver um grande empenho na formação dos jornalistas para a cobertura dos temas de violência. Para a ANDI, a grande quantidade de reportagens “descritivas”, oferecida cotidianamente ao leitor, indica que ele está sendo informado pela metade. Salvo honrosas exceções, essas reportagens são desprovidas de contextualização, não investigam as causas da violência, não procuram pelas soluções, priorizam a descrição dos atos violentos, transformam o fenômeno social da violência em caso de polícia. A imprensa vira porta-voz das delegacias, e os Boletins de Ocorrência (BO) tornam-se fontes prioritárias dos jornalistas, não responsabilizam o Poder Público, porque raramente este é procurado, bem como, não cobram a ausência de políticas públicas.

A partir desse cenário, a ANDI (2001, p.34) apresenta as seguintes recomendações aos jornalistas na cobertura da violência urbana:

- partir do singular para a análise da violência enquanto fenômeno social. As estatísticas, as pesquisas e os especialistas são recursos importantes nessa passagem do individual para o social;

- incluir dados significativos na descrição dos atores, tais como: escolaridade, cor, religião e classe social;
- conhecer em detalhes as biografias das vítimas e dos agressores, compreendendo a trajetória e o contexto familiar, respeitando, na exposição das informações, o que é protegido por lei e o que deve ser mantido em sigilo para não comprometer a imagem da criança ou do adolescente. Verificar nessas biografias os dados sobre violência de agressores e de vítimas, pois, com muita frequência, o agressor foi vítima na infância e as vítimas podem estar sendo submetidas a formas crônicas de vitimização;
- levantar sempre os dados que comprovem ou não a impunidade. Acompanhar o desenvolvimento dos casos, desde a descoberta até as providências tomadas pelo Poder Público, de forma a evitar reforçar o mito da impunidade;
- apresentar informações precisas e detalhadas sobre o sistema legal e o papel dos diferentes personagens, com ênfase para o papel do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Conselhos Tutelares;
- tratar o tema da Violência fora dos contextos de crise e comoção;
- estimular o senso crítico na utilização de dados sobre violência no contexto eleitoral, evitando assim que os candidatos formulem propostas visando unicamente ao êxito circunstancial da campanha e também que contribuam para fortalecer medidas de curtíssimo prazo, geralmente de cunho repressivo;
- consultar fartamente a legislação e citá-la: ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Constituição, Código Penal, lei de Execução Penal;
- evitar a desinformação crônica sobre os direitos e deveres por parte da opinião pública;
- socializar o conhecimento legal, consultando a legislação e os especialistas e repassando em suas matérias;
- ouvir o maior número possível de fontes e atentar para os interesses que elas, legal ou ilegalmente, legítima ou ilegitimamente, representam.

A violência tratada como espetáculo enquadra-se perfeitamente na ótica apresentada pelo *Jornalismo de Guerra*, de violência, de cobertura da

criminalidade urbana, não só por parte da imprensa que se preocupa em ter um bom produto midiático, mas pelas próprias organizações criminosas que aprenderam como dialogar e se expressar pelo meio.

Através do espetáculo da violência, grupos criminosos foram vistos e ouvidos. Neste sentido, a violência aparece porque é espetáculo e dá audiência; já a paz não é um espetáculo, logo permanece inexpressiva, incógnita.

3 A COBERTURA DOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO E O GLOBO

3.1 Corpus e Metodologia

A presente pesquisa analisa a cobertura de dois jornais de referência em situações de conflito urbano envolvendo o crime organizado nas duas maiores capitais brasileiras: São Paulo e Rio de Janeiro. A pesquisa direciona-se exclusivamente ao texto jornalístico noticioso e não opinativo. Logo, são excluídos os artigos, os editoriais, as crônicas, as fotos, as charges e os infográficos.

Assim, estuda as matérias do Caderno Cotidiano do jornal Folha de São Paulo, que se referem aos atos de violência promovidos pelo Primeiro Comando da Capital – PCC, em 2006, no Estado de São Paulo. Os ataques deram-se em três períodos. Analisamos 15 dias de cada período, sendo o primeiro de 14 a 28 de maio (185 matérias); o segundo, de 13 a 27 de julho (115 matérias) e o terceiro de 3 a 17 de agosto (112), totalizando 412 textos. Uma amostra dessas matérias pode ser vista no Anexo A.

O mesmo foi feito com as matérias noticiosas da editoria Rio, do jornal O Globo, referente às ações do crime organizado na cidade do Rio de Janeiro em três momentos, sendo analisados 15 dias de cada período. No final de 2006 e início de 2007, entre 28 de dezembro a 11 de janeiro, quando ocorreram os atos violentos do crime organizado às vésperas do Ano Novo (61 matérias); os 15 dias que seguem ao início da ocupação do Complexo do Alemão pelas forças de segurança do Estado, entre 1º e 16 de maio (35 matérias) e os 15 dias posteriores à operação com 1350 homens junto ao Complexo do Alemão, envolvendo policiais militares, civis e a Força de Segurança Nacional, entre 28 de junho a 12 de julho, totalizando 151 matérias. Uma amostra dessas matérias pode ser vista no Anexo B.

Categorias relativas ao *Jornalismo para a Paz* foram criadas. A Análise de Conteúdo verificou a presença das mesmas em contraste às de *Jornalismo de Violência*. Neste trabalho, utilizamos o termo *Jornalismo de Violência* e não *Jornalismo de Guerra*, pois consideramos o primeiro mais adequado à realidade nacional.

3.1.1 Análise de Conteúdo

Hercovitz (2007, p.127) compara os pesquisadores que utilizam a análise de Conteúdo a “detetives (...) que desvendam os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambigüidades ou ideologias (...)”.

A Análise de Conteúdo, para Bauer (2002), é um método de análise quantitativo de texto jornalístico que dá atenção especial às suas “qualidades” e “distinções”.

a análise de conteúdo nos permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades. Em outras palavras, a Análise de Conteúdo é pesquisa de opinião pública com outros meios (2002, p.192).

Dessa forma, a análise de conteúdo fornece variáveis diferenciadas para o estudo sobre a mídia, permitindo a análise qualitativa dos dados. Com relação a este assunto, afirma Bardin (1977),

Na análise quantitativa, o que serve de informação é a freqüência com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração (1977, p.21).

Usar este instrumento de investigação é propor-se uma investigação crítica que vai além da compreensão espontânea do que é divulgado pelas mídias. Trata-se de um olhar mais atento ou de um “enriquecimento da leitura”:

Se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta, aumentar a produtividade e a pertinência? Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que a priori não detínhamos a compreensão (BARDIN, 1977, p.29).

Declara ainda Bardin que “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (1977, p.38). Este aspecto inferencial da análise de conteúdo pode responder sobre as causas ou antecedentes da mensagem, como também sobre as conseqüências ou efeitos das mensagens. A leitura sobre o conteúdo das

comunicações não é uma leitura à letra, mas busca um sentido que está em segundo plano (1977, p.43).

De acordo com Herscovitz (2007, p.126) a tendência atual da pesquisa desfavorece a divergência entre a vocação qualitativa e quantitativa da análise de conteúdo, ou seja, promove uma integração entre as duas visões: os conteúdos manifestos (visíveis) e latentes (ocultos, subentendidos) são incluídos em um mesmo estudo. Como explica a referida autora, dessa forma, pode-se compreender:

não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido.

3.1.2 As categorias utilizadas.

Tendo como base o quadro criado por Galtung (1997), apresentado no primeiro capítulo, e na leitura das matérias, foram criadas categorias que são utilizadas na análise. Ao todo são oito categorias das quais quatro são de *Jornalismo para a Paz* (Destaque do Contexto do Conflito, Pluralidade, Fontes Oficiais e Não-Oficiais e Abordagem de Soluções Não-Violentas para o Conflito), e quatro são de *Jornalismo de Violência* (Destaque da Violência do Conflito, Maniqueísmo, Fontes Oficiais e Não-Abordagem da Resolução do Conflito).

Abaixo, apresenta-se o significado que se atribui a cada um desses itens:

a) Jornalismo para a Paz:

- Destaque do Contexto do Conflito: a matéria apresenta o contexto, os diferentes interesses, necessidades e objetivos em disputa. Busca as causas da violência e utiliza dados estatísticos sobre o perfil de violência buscando melhor caracterizá-la;
- Pluralidade: a matéria apresenta as diversas partes envolvidas no evento, os vários personagens – criminosos, policiais, governo, Ongs, moradores de favela, população de São Paulo e do Rio de Janeiro, além de abordar as qualidades, os defeitos, as ações positivas e negativas, as forças e fraquezas de todos os lados;
- Fontes Oficiais e Não-Oficiais: a matéria utiliza fontes oficiais e não-oficiais – populares, sindicalistas, trabalhadores e minorias (cor, sexo,

raça e opção sexual). Consideram-se fonte oficial para esta análise, exclusivamente, as fontes oriundas do Poder Executivo, tais como: representantes dos governos (federais, estaduais, municipais), das polícias civil ou militar;

- Abordagem de Soluções Não-Violentas para o Conflito: a matéria busca apresentar possíveis soluções para o conflito e iniciativas para a paz.

b) *Jornalismo de Violência:*

- Destaque da Violência do Conflito: a matéria não contextualiza os fatos, os interesses e objetivos em disputa. O texto é apenas descritivo. O foco é no detalhamento da violência (número de mortos, feridos) sem abordar suas causas;
- Maniqueísmo: a matéria mostra apenas dois lados, um bom e um mau. Não apresenta as diversas partes envolvidas no evento, os vários personagens – criminosos, policiais, governo, Ongs, moradores de favela, população de São Paulo e do Rio de Janeiro;
- Fontes Oficiais: a matéria apresenta apenas fontes oficiais- governos, polícia. Consideram-se fonte oficial para esta análise, exclusivamente, as fontes oriundas do Estado tais como: representantes dos governos (federais, estaduais, municipais), das polícias civil ou militar;
- Não-Abordagem da Resolução do Conflito: a matéria não aborda ou secundariza as soluções para o problema e as iniciativas para a paz.

3.2 Análise da Cobertura

A análise da cobertura dos jornais Folha de São Paulo e O Globo foi dividida em três períodos cada veículo. No primeiro, estudou-se as três “ondas de violência” promovidas pela organização criminosa PCC, em 2006, em São Paulo, sendo elas de 14 a 28 de maio (primeira fase); de 13 a 27 de julho (segunda fase) e de 03 a 17 de agosto (terceira fase). No O Globo o primeiro momento pesquisado foi entre 28 de dezembro de 2006 e 11 de janeiro de 2007, quando ocorreram atos de violência promovidos pelas organizações criminosas na cidade do Rio de Janeiro, resultando na morte de 19 pessoas. Depois, de 1º a 16 de maio de 2007, período em que se dá o início da ocupação armada das forças de

segurança do Estado no Complexo do Alemão. Na última fase, entre 28 de junho e 12 de julho de 2007, ocorre o ápice da intervenção policial quando 1350 homens (policiais civis, militares e a Força de Segurança Nacional) sobem as favelas do Alemão em um único dia, 19 pessoas são mortas.

A identificação das categorias existentes em cada uma das matérias foi realizada por três codificadores, duas pessoas, além da autora. A leitura dos textos jornalísticos foi feita com o intuito de se verificar a presença das categorias de *Jornalismo para a Paz* e de *Jornalismo de Violência*. Foram consideradas como evidência as ocorrências constatadas por pelo menos dois codificadores. No Anexo C está o modelo da tabela utilizada pelos codificadores.

3.2.1 Folha de São Paulo

Como pode ser visto, nas próximas seções, de maneira mais detalhada, em dois, dos quatro grupos de categorias analisados na Folha de São Paulo, houve a predominância de características de *Jornalismo para a Paz* (Destaque do Contexto do Conflito e Pluralidade). Em contrapartida, nos outros dois grupos, ocorreu a predominância de características de *Jornalismo de Violência* (Fontes Oficiais e Não-Abordagem da Resolução do Conflito).

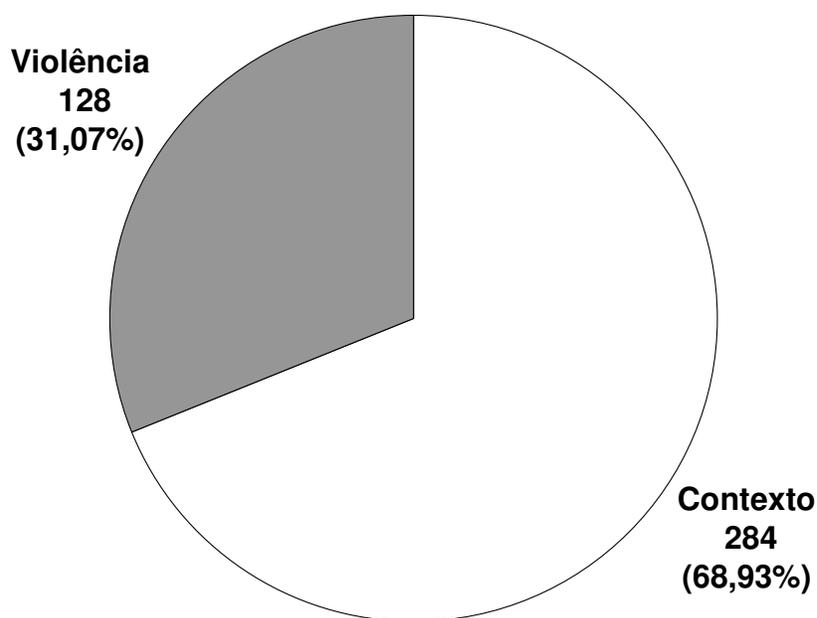
Assim, é possível dizer que a cobertura da Folha de São Paulo não é uma cobertura enquadrada plenamente nas características do *Jornalismo para a Paz*. A abordagem da Folha de São Paulo praticamente não contempla um dos elementos fundamentais para essa teoria, o de divulgar propostas de soluções não-violentas para o conflito. Porém, é inegável que o jornal incorpora características (Contexto do conflito e matérias Plurais) que são consideradas, pelo *Jornalismo para a Paz*, como importantes para permitir ao leitor (cidadão) refletir e, quem sabe, interferir na realidade objetiva do conflito, em busca da paz.

3.2.1.1 Destaque do Contexto ou da Violência do Conflito

Na leitura das matérias publicadas pela Folha de São Paulo, foi constatado que 68,93% das matérias (284 das 412) apresentaram contextualização dos fatos, enquanto que 31,07% (128) caracterizaram-se pelo exclusivo relato da violência.

Cabe lembrar que, se a violência apareceu em destaque em cerca de 30% das matérias, o fato não indica necessariamente que ela foi secundarizada, pois, enquanto os demais 70% dividiram-se em um conjunto de outros temas, envolvendo o contexto geral do conflito, estas matérias se concentram, quase que exclusivamente, em narrar, com detalhes, a violência. Além disso, é importante destacar que, em muitas das matérias que compõem os demais 70%, a violência também esteve presente, mesmo que de maneira secundária.

Gráfico 1: Destaque do Contexto ou da Violência do Conflito – Folha de São Paulo (Total)



Na primeira fase de análise da Folha de São Paulo, observa-se o destaque na categoria Contexto do conflito sobre a Violência do conflito. Em 65,95% das 185 matérias, houve a predominância no contexto contra 34,05% que ressaltaram mais a violência. Entretanto, a grande maioria das matérias que contextualizava o conflito restringia-se a relatar o estopim dos fatos e não, a sua origem real

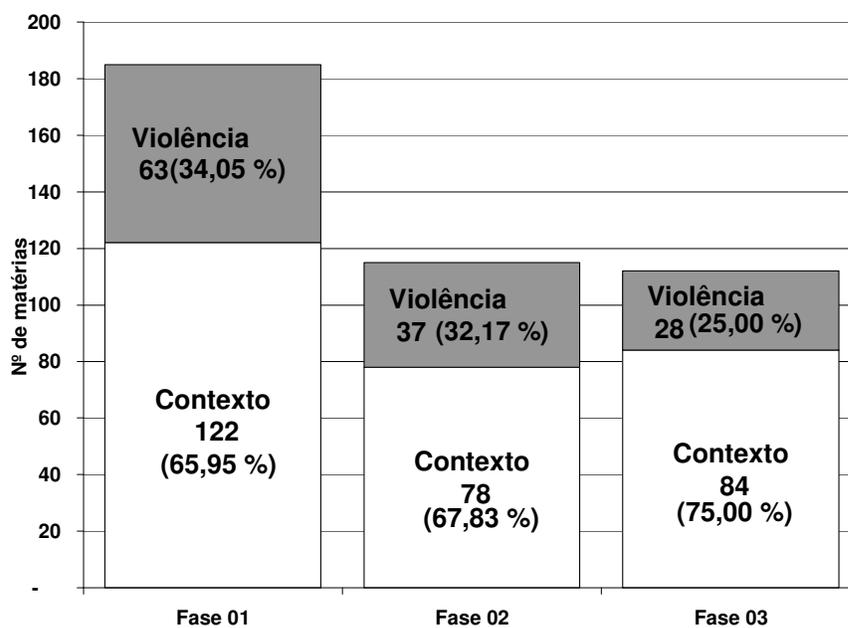
Das 185 matérias, nesta etapa, poucas abordaram a questão carcerária, as desigualdades sociais no Brasil, a corrupção institucional e os problemas da justiça criminal ou mesmo a falta de investimento na área de segurança. Na entrevista feita com o coordenador do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG, Cláudio Beato, publicada no dia 16 de maio,

observa-se que o foco não está centrado na narração da guerra, mas sim, em suas causas. Como define Beato: “a ação do PCC é um urro de um animal acuado” (TORRES, 2006), ver Anexo A. Segundo ele, o que está acontecendo não é novidade, mas o reflexo da crise no sistema prisional que é causada, entre outros motivos, pela opção majoritária pela pena privativa, misturando presos comuns com perigosos.

Outra matéria que busca contextualizar é “Maioria dos jovens mora em área de risco” (BILLI, 2006), ver Anexo A. O texto jornalístico mostra a vulnerabilidade de jovens que vivem em “condições de risco”, seja pela falta de acesso aos estudos para superarem a pobreza, seja pelo risco de optarem por atividades ilegais para terem acesso às necessidades básicas e aos bens de consumo.

Verifica-se também que, na segunda fase mantém-se a mesma tendência com um pequeno aumento no Contexto 67,83% sobre a Violência 32,27%. Já na terceira onda de violência, período no qual ocorre o seqüestro do jornalista Guilherme Portanova, houve o aumento na contextualização do conflito que passa para 75,00%, reduzindo as matérias com foco na violência para 25,00%, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 2: Destaque do Contexto ou da Violência do Conflito – Folha de São Paulo (três fases)



Pode-se dizer que houve preocupação em se relatar como ocorreram os fatos, mas pouco foi dito sobre suas causas primeiras. Explicar à população o porquê da ação do PCC dirigida aos policiais não é difícil, o que faltou foi contextualizar por que as coisas vieram a se tornar desse jeito.

O percentual de aproximadamente 30% das matérias que se concentrarem apenas no relato da violência representa um número menor do que as que contextualizam o conflito, mas esta quantidade é significativa para demonstrar a presença de elementos do *Jornalismo de Violência* nesta cobertura.

Apesar do percentual de matérias com destaque para a Violência ser inferior ao número de matérias que abordam o Contexto do conflito, alguns elementos presentes nas matérias indicam o sentido oposto. A cartola¹⁷, utilizada em muitos dias da cobertura dos atos violentos, é um bom exemplo. A cartola escolhida, *Guerra Urbana*, estava presente com muita frequência nas matérias da primeira fase. Em 99 das 185 matérias da primeira fase foi utilizada a cartola *Guerra Urbana*. Neste período, houve críticas à atuação de várias emissoras de TV acusadas de fazer sensacionalismo sobre os fatos, utilizando inclusive efeitos sonoros para intensificar o tom dramático. Na matéria “Para Ombudsman, TVs ajudaram a criar pânico” (COLUNISTA, 2006) observa-se a repercussão da postura dos veículos de comunicação. Estas avaliações influenciaram não só o comportamento das televisões, mas de toda a mídia. Nas etapas seguintes, este número reduz-se bastante, confirmando os dados que mostram uma gradual diminuição dos textos que destacam a violência. Na segunda fase, o número passa para cinco e, na última, para apenas três.

Outra questão presente, que favoreceu o predomínio do contexto, foi a proximidade das eleições para o governo estadual e a presidência da república. Isto acabou por direcionar os olhares da mídia. Verifica-se, em função disso, durante vários dias, a secundarização do problema da violência criminal que aflorava nas ruas de São Paulo em consequência da preocupação com o relato do uso dos conflitos na disputa política explícita entre os poderes.

Na terceira onda de violência, o seqüestro do jornalista da Rede Globo polarizou os debates sobre a atitude da emissora de atender à exigência do PCC e transmitir o vídeo gravado pelo “Comando”. A mensagem de um representante do

¹⁷ No jornalismo, *cartola* é “o mesmo que retranca ou chapéu. Uma ou mais palavras usadas para definir o assunto da matéria. É usada sobre o título do texto” (RIBEIRO, 2008).

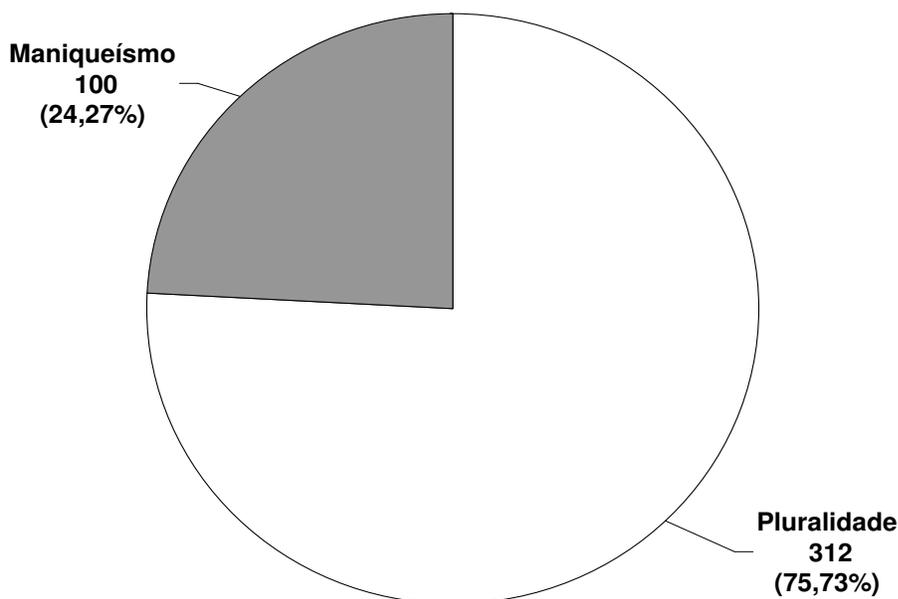
PCC, encapuzado, foi exibida no plantão de notícias da Rede Globo, às 0h28min de sábado (13/08), no intervalo do programa "Supercine", em rede regional, em São Paulo.

O programa "Supercine" costuma superar a marca de dez pontos nas pesquisas de audiência, o que equivale a mais de 550 mil domicílios¹⁸. No dia seguinte, o vídeo foi editado e reprisado no "Fantástico"¹⁹, um programa que atinge, em média, 30 pontos de audiência e é assistido por mais de 20 milhões de brasileiros.

3.2.1.2 Pluralidade ou Maniqueísmo

Nas categorias pluralidade e maniqueísmo, observa-se, em todas as fases, que 24,27% (100) do total (412) das matérias tratavam apenas de dois atores PCC e Poder Executivo, chegando a 28,11%, na primeira fase, o percentual de matérias maniqueístas. Assim, houve, no conjunto do material analisado, o predomínio de matérias plurais, ou seja, com diversos atores apresentados (moradores dos bairros, empresários, intelectuais, etc.) que, de uma forma ou outra, foram atingidos pelo evento.

Gráfico 3: Pluralidade ou Maniqueísmo – Folha de São Paulo (Total)



¹⁸ Dados obtidos na matéria: "Após 41h, jornalista seqüestrado é solto", publicada na Folha de São Paulo, do dia 14 de agosto de 2006, ver Anexo A.

¹⁹ **Fantástico, O Show da Vida** é um programa de televisão transmitido aos domingos pela Rede Globo a cerca de 22 milhões de telespectadores. O público é prioritariamente adulto e pertencente às classes ABC. <http://comercial.redeglobo.com.br>

Além disso, outro fator que caracterizou a pluralidade nas matérias foi a não demonização de um dos lados (PCC) abordando, por exemplo, problemas enfrentados pelos presidiários, o duelo entre os poderes, principalmente os governos estadual e federal.

Observa-se na Folha a preocupação em mostrar à população a ação do crime organizado, revelando o nome da organização criminosa: Primeiro Comando da Capital, mas, ao mesmo tempo, apresentando as falhas de estratégia do Poder Executivo. Na matéria “Facção promove 63 atentados em 24 horas” (PENTEADO, 2006), ver Anexo A, o repórter inclusive ironiza, citando o erro de avaliação do delegado Godofredo Bittencourt, diretor do Departamento de Investigações do Crime Organizado, em 2002: “O PCC é uma organização falida. Se o PCC tinha uma boca cheia de dentes, agora tem um dentinho ali e outro lá. Não morde mais ninguém” Na primeira fase, a categoria Pluralidade predominou em 71,89% dos textos jornalísticos, enquanto a Maniqueísmo restringiu-se a 28,11%. Uma matéria que demonstra a pluralidade é “Em favela, Rota ‘dá dura’ até em crianças” (CAPRIGLIONE, 2006), ver Anexo A. O texto relata que meninos entre três e cinco anos são obrigados, pela Rota, a encostar as mãos na parede durante incursões policiais na zona sul de São Paulo.

Nestes períodos, outro tema que agendou a mídia e que colaborou com a pluralidade dos textos foi a acusação de excessiva violência policial, a morte de inocentes e as denúncias feitas por entidades da sociedade civil. Com isso, os policiais, objeto dos ataques do PCC de vítimas, transformaram-se em réus, como demonstra a reportagem “Em 12 horas, polícia mata 33 suspeitos e prende 24”, ver Anexo A. A letalidade, antes esperada da organização criminosa, agora vem da segurança pública.

“Na guerra declarada à facção criminosa PCC, a polícia de São Paulo matou 71 pessoas. Apenas entre a noite de segunda-feira e a manhã de ontem, em cerca de 12 horas, foram 33 mortes” (CARAMANTE, 2006).

No mesmo texto, o intuito do jornal de investigar a realidade dos fatos fica evidenciado após o intertítulo. “Na madrugada, às escuras”. Os repórteres relataram que apesar de ter ocorrido 33 mortes em confronto naquela noite, eles não conseguiram chegar a tempo para fazer imagens dos corpos das vítimas em

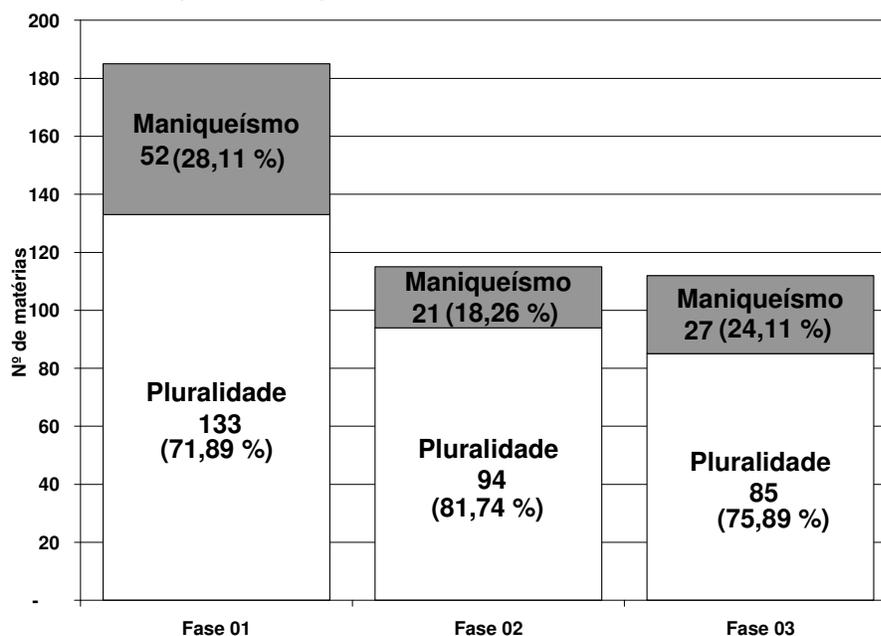
nenhum dos casos, mesmo tendo, na madrugada, percorrido as regiões da capital e parte da região metropolitana, sugerindo uma coincidência estranha.

Outra matéria que demonstra a mudança de foco é “governo tem 72 horas para divulgar lista”:

O Ministério Público Estadual de São Paulo determinou prazo de 72 horas – a contar a partir de hoje – para que o governo estadual divulgue a lista com a relação dos 109 suspeitos mortos pela polícia (...). (SOARES, 2006).

Na segunda fase, houve um aumento do percentual da categoria Pluralidade para 81,74%, reduzindo a Maniqueísmo para 18,26% e, na terceira fase, ocorre uma redução em cerca de seis pontos percentuais na categoria Pluralidade, passando para 75,89% e a Maniqueísmo ficando em 24,11%.

Gráfico 4: Pluralidade ou Maniqueísmo – Folha de São Paulo (três fases)

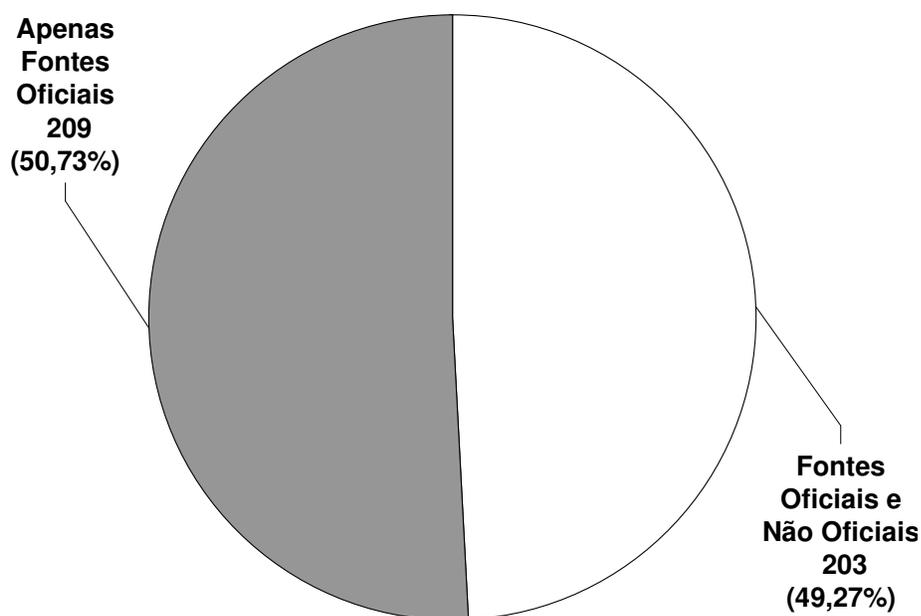


3.2.1.3 Fontes Oficiais ou Oficiais e Não-Oficiais

Nestas categorias, houve um equilíbrio no número de matérias com características de *Jornalismo de Violência* e *Jornalismo para a Paz*. Nas 412

matérias houve um percentual superior de fontes oficiais, 50,73% (209), enquanto que em 49,27% (203) utilizaram diversas fontes.

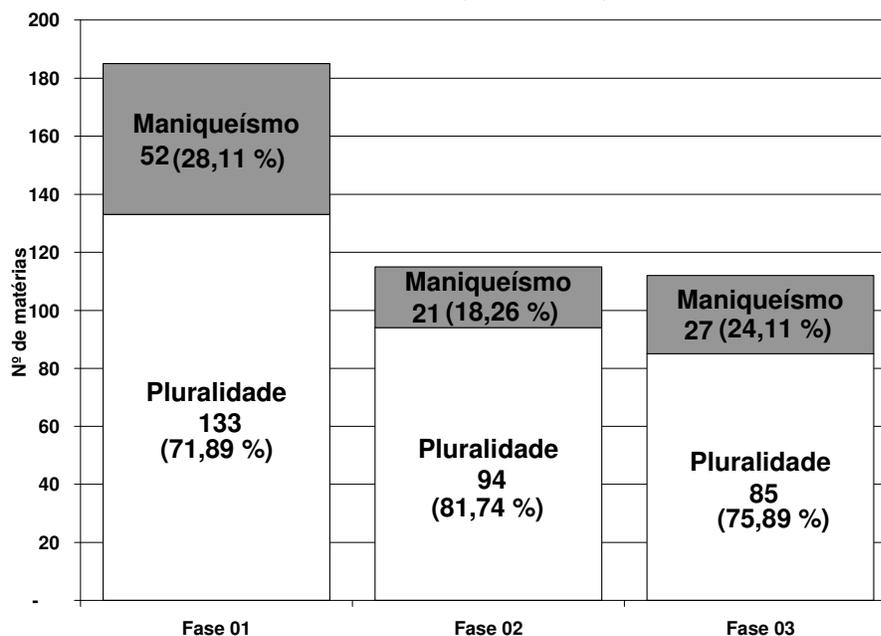
Gráfico 5: Fontes Oficiais ou Fontes Oficiais e Não-Oficiais - Folha de São Paulo (Total)



Na primeira fase das matérias, vimos que, na categoria que visa averiguar se houve a utilização exclusiva de fontes oficiais ou se houve o predomínio de matérias com fontes oficiais e não-oficiais, existe uma tendência para o *Jornalismo para a Paz*. Nesta etapa, houve a preferência de uso de fontes oficiais e não oficiais (57,30%) contra 42,70% que utilizaram apenas fontes oficiais. Os dados alteram-se na segunda fase, quando ocorre o predomínio de fontes oficiais, em 59,13% das matérias, sobre 40, 87% das que utilizavam vários tipos de fontes. Na terceira fase, esta tendência não se altera, ficando em 44,64% com fontes oficiais e não-oficiais e 55,36% com fontes oficiais.

Esta constatação pode ser creditada ao fato de que, em diversos momentos, as vozes presentes nas matérias restringiam-se aos representantes dos governos estadual e federal em relação a questões como o uso do exército no enfrentamento das organizações criminosas.

Gráfico 6: Fontes Oficiais ou Fontes Oficiais e Não-Oficiais - Folha de São Paulo (três fases)



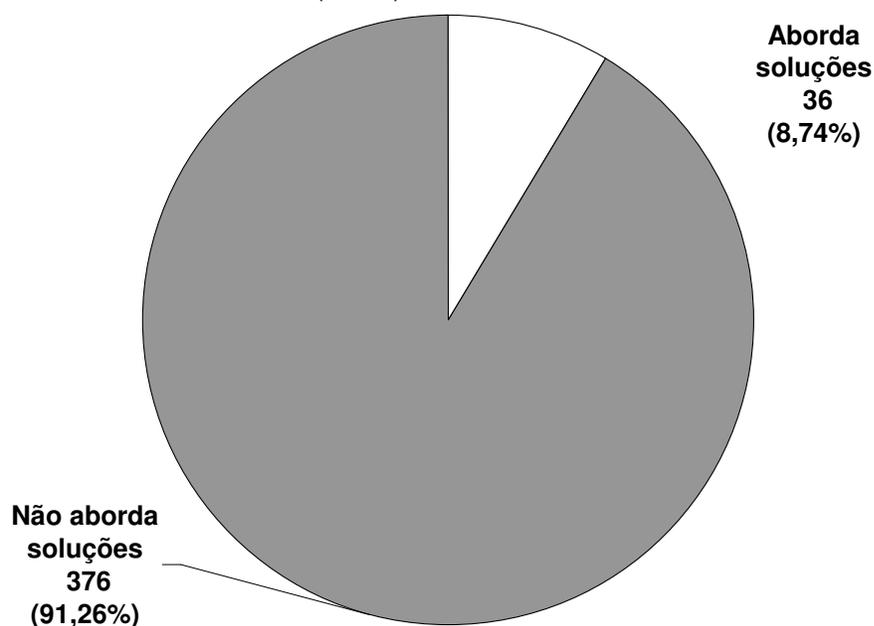
Outro ponto destacado foi o repasse de verbas do governo federal para a segurança. A temática do debate político predominou em diversas matérias. Uma característica marcante na cobertura jornalística é a tendência em se usar as fontes não-oficiais de forma indireta, dando menos peso aos seus depoimentos. Em muitas matérias, observa-se que não existe contraste de idéias, ou mesmo, a confirmação da informação por parte de fontes não-oficiais, havendo, muitas vezes, uma única fonte ou fontes da mesma origem, por exemplo, a citação do secretário de Segurança, seguida do delegado de polícia, fechando com a de um policial.

3.2.1.4 Abordagem de Soluções Não-Violentas ou Não-Abordagem da Resolução do Conflito

As categorias que procuram mostrar se nas matérias jornalísticas houve preocupação em se levantar soluções não violentas para o conflito ou, simplesmente, não abordam esta questão são as que demonstram maior distância de uma cobertura de *Jornalismo para a Paz*, na cobertura da Folha de São Paulo sobre este tipo de conflito.

As matérias que repercutem qualquer tipo de resolução do conflito são raras, nas três ondas de violência ocorridas em São Paulo. Existem dez vezes mais matérias 91,26% (376) que não tocam no tema resolução do conflito contra uma minoria de 8,74% (36) que abordam esta questão.

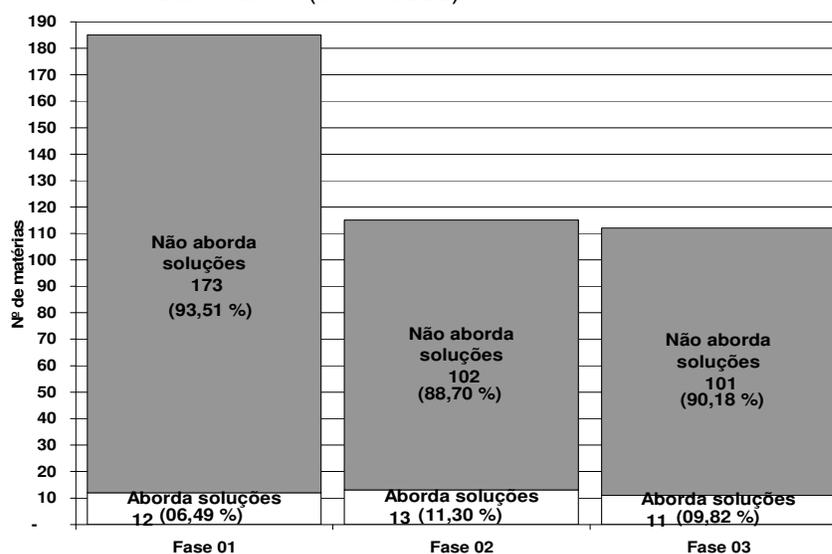
Gráfico 7: Abordagem de Soluções Não-Violentas ou Não-Abordagem da Resolução do Conflito - Folha de São Paulo (Total)



Ao se abrir o número total de textos jornalísticos, vê-se que em nenhuma fase ocorre alguma variação nos dados. Na primeira, apenas em 6,49% dos textos apresentados são repercutidas ações, reflexões, ou opiniões sobre soluções pacíficas para enfrentar o conflito. Em 93,51% vê-se a inexistência desta preocupação. Na segunda fase, ocorre um pequeno aumento das matérias que abordam soluções não violentas para 88,70% que nada abordam e, na terceira e última fase, o número mantém-se com uma pequena redução, passando para 9,82% das matérias que abordam soluções contra 90,18% que não abordam. Matérias que pautaram temas como investimentos na segurança pública, alterações na legislação, bloqueio de celulares nas prisões, melhoria de salários para policiais, reforma nas unidades da polícia Militar, penas alternativas para reduzir a superlotação nos presídios, mais vagas em presídios de segurança máxima, revisão da situação dos detentos para se corrigir erros e verificar os que já poderiam estar em liberdade e anúncio de novos

presídios foram consideradas de *Jornalismo para a Paz*. Observa-se que, além de ser um número reduzido de matérias, poucas abordavam mudanças nos problemas estruturais. Isto pode ser creditado à falta de iniciativas do governo, entretanto, raras vezes, houve questionamento, por parte da imprensa, sobre a inexistência de ações propositivas do governo nas regiões pobres da cidade. Nestes locais é notória a vulnerabilidade de jovens e crianças, sem referência da família ou assistência do Estado, que integram o crime organizado muito cedo, seduzidas com a perspectiva de melhoria de vida.

Gráfico 8: Abordagem de Soluções Não-Violentas ou Não-Abordagem da Resolução do Conflito - Folha de São Paulo (três fases)



As matérias centram-se no factual, sem explorar soluções ou inquirir as autoridades sobre isso, exceto raras vezes. Os textos refletem uma tendência a reportar notícias semelhantes às de uma guerra, logo, existem vencedores e derrotados, num *jogo de soma zero* como vimos no capítulo I.

A preocupação com a solução do conflito não está na agenda jornalística, não é considerada notícia, a notícia está na violência dos fatos e em quem vencerá a guerra. O conflito é tratado como algo insolúvel pacificamente. É preciso vencer o inimigo. Neste sentido, a solução pacífica dos problemas é retórica e inalcançável. Desse modo, só resta ao poder público o controle da violência através da violência e o enclausuramento dos malfeitores, daqueles que não se enquadram às regras da sociedade.

3.2.2 O Globo

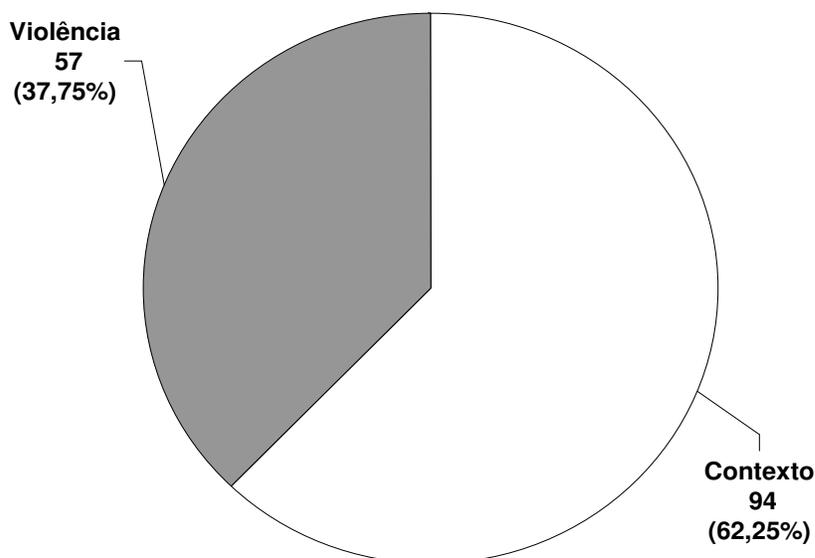
A análise dos dados colhidos junto ao jornal O Globo indica também que em dois, dos quatro grupos de categorias analisados, houve predominância de características de *Jornalismo para a Paz* (aborda o contexto no Conflito e Matérias Plurais). Assim como também foi possível identificar que, nos outros dois grupos, ocorreu a predominância de características de *Jornalismo de Violência* (Fontes Oficiais e Não-abordagem de soluções para o conflito).

Apesar de incorporar características (Abordagem do Contexto do Conflito e Pluralidade) importantes para o *Jornalismo para a Paz*, a cobertura de O Globo também não pode ser considerada como de *Jornalismo para a Paz*. Ela apresenta pouca divulgação de propostas de soluções não-violentas para o conflito e há um predomínio na consulta exclusiva a fontes oficiais.

3.2.2.1 Destaque do Contexto ou da Violência do Conflito

Na cobertura jornalística feita pelo jornal O Globo, observa-se ênfase na contextualização dos fatos. Das 151 matérias analisadas, 62,25% (94) contextualizaram o conflito, enquanto 37,75% (57) abordaram exclusivamente a violência. Esta tendência sofre algumas oscilações nos três episódios estudados do conflito.

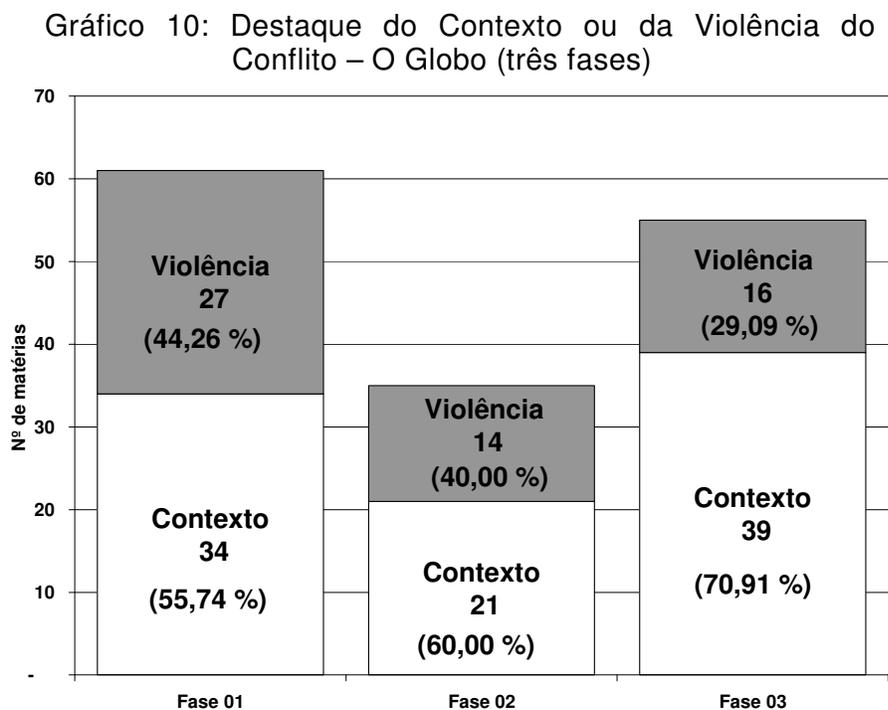
Gráfico 9: Destaque do Contexto ou da Violência do Conflito
– O Globo (Total)



Na primeira fase, em 55,74% das matérias houve destaque na contextualização do conflito, enquanto que 44,26% salientaram a violência. Na segunda, ocorre o aumento de matérias, com destaque para a contextualização, para 60,00% contra 40,00% exclusivamente sobre violência. Perspectiva que tem continuidade até a terceira fase. Nesta etapa, um fato importante que justifica o porquê da ocupação dos policiais no Complexo do Alemão é a perspectiva dos XV Jogos Pan-americanos, que se realizaram na cidade do Rio de Janeiro, entre 16 e 29 de julho, como demonstra a matéria: “Vinte e cinco mil policiais fluminenses e da União serão mobilizados para a segurança do PAN” (WERNECK; ARAÚJO, 2007, p. 18). Anexo B.

Não por coincidência, este período é marcado pelo acirramento do Conflito no Complexo do Alemão, com o aumento do efetivo das forças de segurança, momento em que surgem os relatos de denúncias contra a ação policial.

Nesta terceira fase, pode ser verificado o crescimento na contextualização do conflito que passa para 70,91%, reduzindo as matérias com foco na violência para 29,09%.



Característica marcante também no posicionamento do veículo é a ausência do nome das organizações criminosas, as quais são chamadas de

“bando” ou “facções”. Na matéria do O Globo vê-se esta abordagem: “Bando ainda tem 90 por cento do seu arsenal” (WERNECK, 2007, p.17).

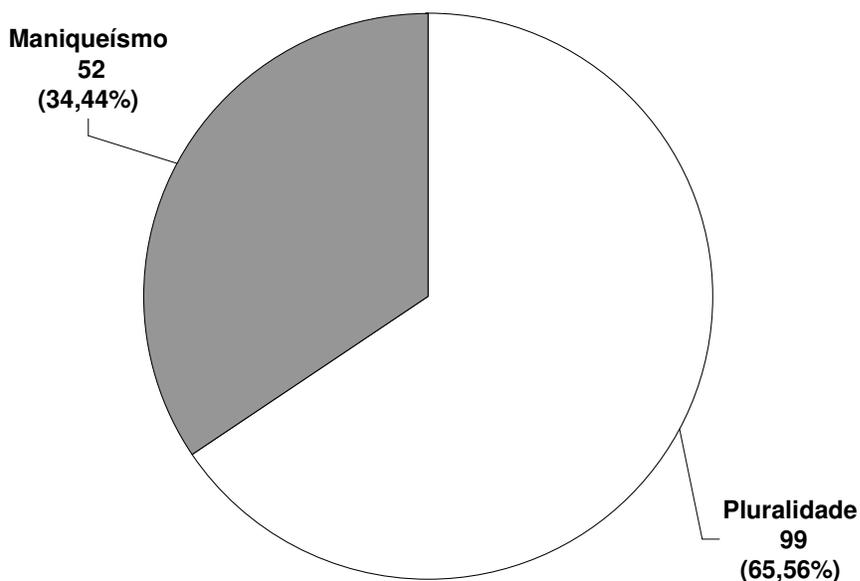
A cartola *Guerra no Rio* foi muito utilizada para anunciar as matérias, estando presente em 30% e 31% das matérias na primeira e na segunda fase. Na terceira fase, houve a redução para 20%. Amostra pode ser vista no Anexo B.

Na última etapa analisada, em função do confronto ocorrido no *Complexo do Alemão*, a cartola foi, diversas vezes, substituída por *Morte no Alemão*, *Operação Alemão* ou *Na rota do medo*, todas mantendo a tendência à valorização da violência direta. Ver Anexo B.

3.2.2.2 Pluralidade ou Maniqueísmo

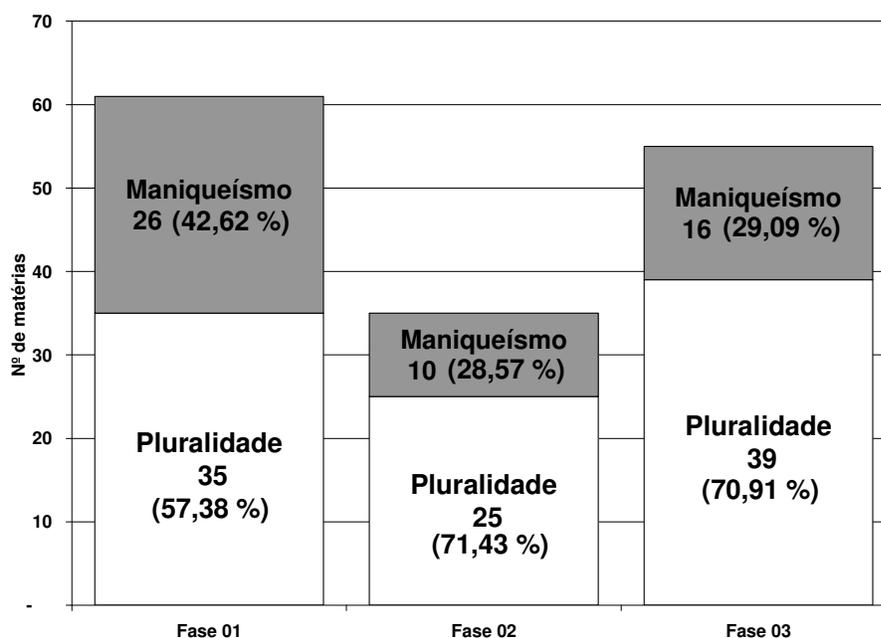
A cobertura do jornal O Globo apresentou, de forma geral, maior incidência de Pluralidade do que de Maniqueísmo. Do total de matérias (151), 65,56% (99) foram plurais, enquanto 34,44% (52) tiveram características maniqueístas. Houve aumento gradativo, da primeira até a terceira fase, no percentual de textos que mostraram as várias partes envolvidas. Na primeira fase, 57,38% deles eram predominantemente plurais e 42,62% maniqueístas. Esta tendência foi crescente, ficando a segunda fase com 71,43% dos textos jornalísticos como plurais e 28,57% como maniqueístas e, na terceira, 70,91% contra 29,09%.

Gráfico 11: Pluralidade ou Maniqueísmo – O Globo (Total)



A Pluralidade pode ser vista nas matérias que abordam as 19 mortes ocorridas no Complexo do Alemão no dia 27 de julho, início da terceira fase de análise deste trabalho. Observa-se que este fato repercutiu mal junto à sociedade. O assunto foi pautado diariamente pela mídia que detalhou e contextualizou a ocorrência. A identidade de todos os 19 óbitos demorou a ser revelada, bem como a ficha criminal destes. A polícia alegava ter todas as informações provando o envolvimento dos mortos, mas depois se comprovou que algumas pessoas assassinadas nunca fizeram parte de qualquer incidente criminoso. A falta de transparência neste caso inverteu a situação, fortalecendo o descrédito das instituições públicas que zelam pela segurança pública. Matérias sobre denúncias contra policiais, bem como expulsões foram freqüentes neste período. Ver Anexo B.

Gráfico 12: Pluralidade ou Maniqueísmo – O Globo (três fases)

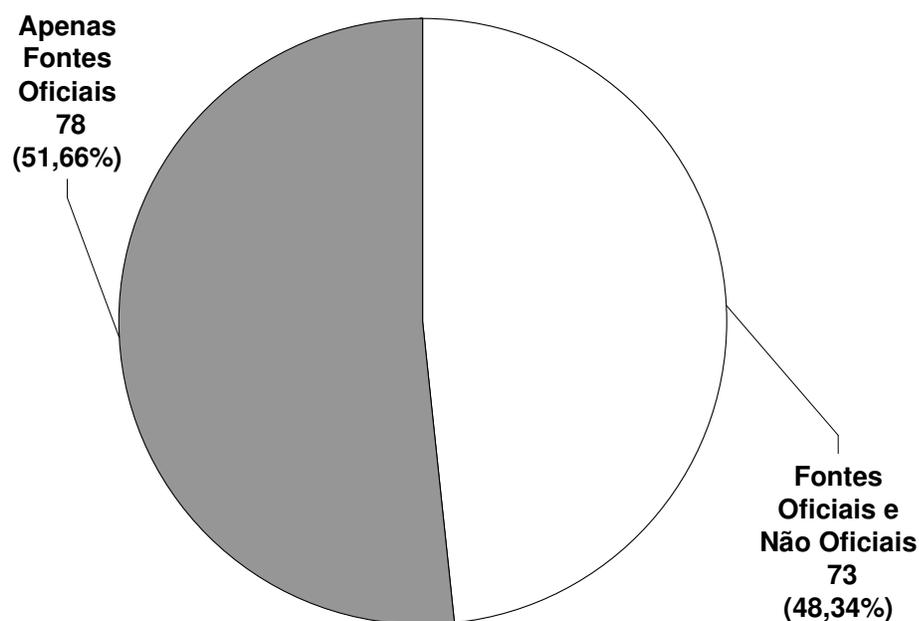


3.2.2.3 Fontes Oficiais ou Não-Oficiais e Oficiais

No total dos 45 dias de análise do jornal O Globo, verificou-se um percentual semelhante ao número de matérias que utilizavam exclusivamente fontes oficiais 51,66% (78) em relação ao percentual de matérias nas quais apareciam fontes diversas 48,34% (73).

De um modo geral, houve poucas variações nas três fases. Verificamos, no entanto, que, na primeira, havia uma pequena predominância de fontes oficiais que ficaram em 52,46% em relação às não-oficiais e oficiais com 47,54%. Na segunda, os dados se inverteram, ficando em 57,14% das matérias com fontes não-oficiais e oficiais e 42,86% somente com fontes oficiais. Na última fase, os dados da primeira voltam a se repetir com uma predominância de matérias, 56,36%, feitas exclusivamente com fontes oficiais em relação a 43,64% que priorizavam a diversidade de fontes.

Gráfico 13: Fontes Oficiais ou Não-Oficiais e Oficiais - O Globo (Total)

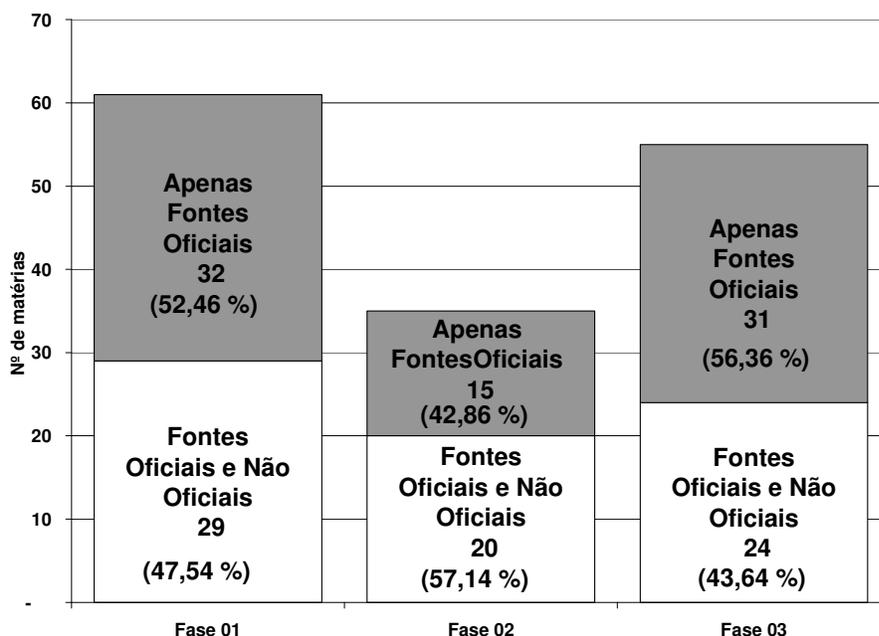


Outra característica peculiar neste tipo de cobertura feita pelo jornal O Globo é a predominância do uso de fontes em *off*, ou que citem quem é: um vizinho, um arquiteto, um policial, mas sem revelar o nome da pessoa, a exemplo da matéria: “PM retira policiamento ostensivo do Alemão”, publicada no dia 15 de maio, com a citação “As escolas ainda não reabriram, mas pode ser que voltem a abrir manhã (hoje). Ainda há muito lixo acumulado na parte alta. (...) – contou um morador da Vila Cruzeiro” (CÁSSIA, Cristiane, 2007, p. 13). Ver Anexo B.

Na matéria “Secretário diz que a polícia não fará ocupação interna no Complexo do Alemão”, publicada no dia 29 de junho, a seguinte citação é destacada: “Está difícil trabalhar, tenho medo, mas não posso falar porque sofremos represália dos “meninos” (traficantes) – contou um comerciante (CÁSSIA; MARTINS, 2007, p. 16). Ver Anexo B.

Nesses casos, acredita-se que o objetivo seja preservar a identidade da fonte, resguardando-os de alguma represália, tanto do crime organizado como de policiais envolvidos em atividades ilícitas.

Gráfico 14: Fontes Oficiais ou Não-Oficiais e Oficiais - O Globo (três fases)



3.2.2.4 Abordagem de Soluções Não-Violentas ou Não-Abordagem da Resolução do Conflito

Nas categorias que procuram medir a existência, bem como a frequência de matérias que abordam iniciativas não-violentas de resolução do conflito, vê-se que a grande maioria, 83,44% (126) do total das 151 matérias, não abordam este aspecto da questão. Apenas 16,56% das matérias apresentam algum tipo de ação, reflexão ou análise que caminha neste sentido.

Gráfico 15: Matérias Abordagem de Soluções Não-Violentas ou Não-Abordagem da Resolução do Conflito - O Globo (Total)

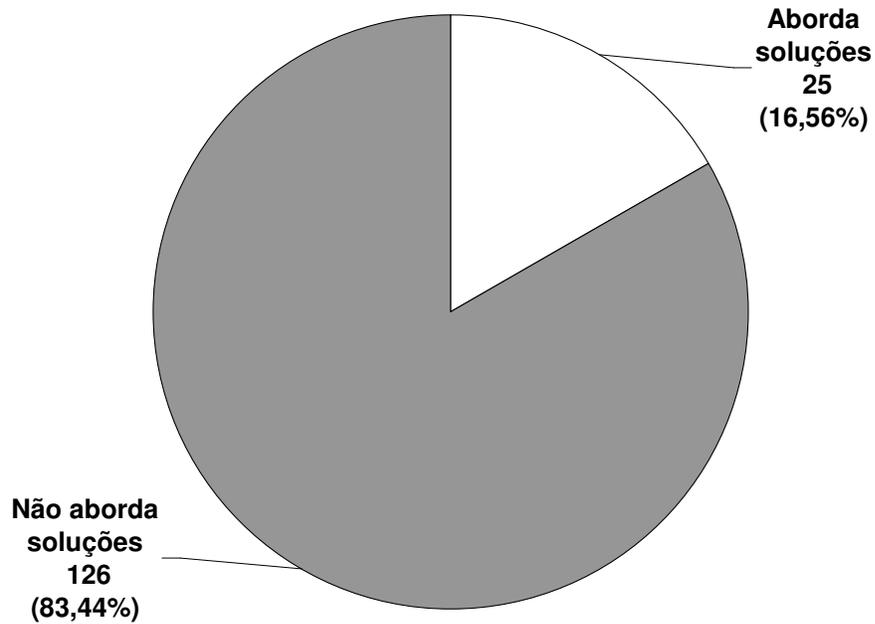
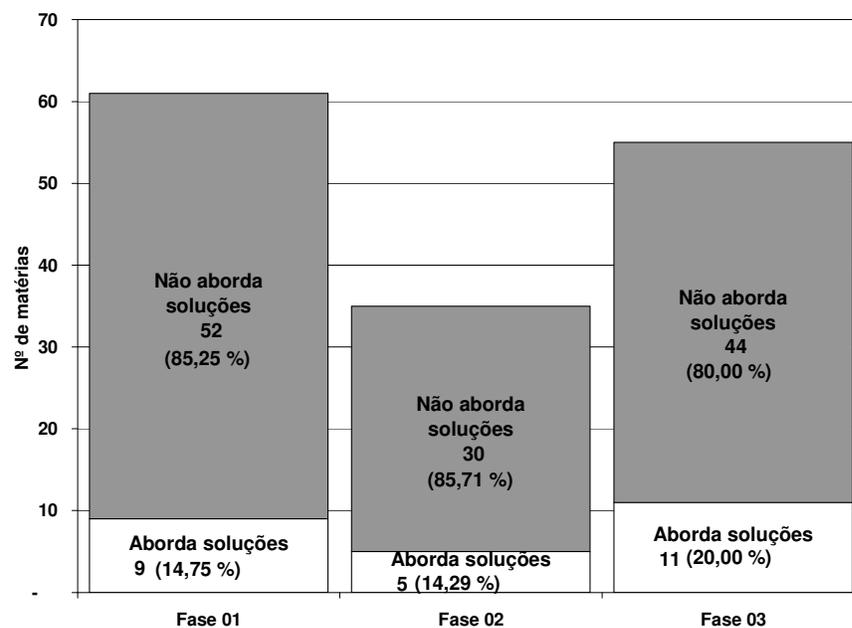


Gráfico 16: Abordagem de Soluções Não-Violentas ou Não-Abordagem da Resolução do Conflito - O Globo (três fases)



Ao se observar as três fases, vê-se que, na primeira, 85,25% dos textos jornalísticos não abordam solução e 14,75% abordam. Na segunda, 85,71% não falam sobre a solução do conflito e 14,29% sim, mantendo percentuais semelhantes. Na terceira etapa de análise, ocorre uma pequena modificação nos dados, passando para 80,00% o percentual que não aborda a solução e 20,00% que aborda - um aumento pequeno que pode ser considerado consequência dos fatos deste momento.

Como relatado anteriormente, é nesta última fase que ocorre a ação mais agressiva das forças de segurança no Complexo do Alemão e, em consequência, inúmeras críticas e denúncias sobre pessoas mortas que não possuíam qualquer relação com o crime organizado ou que tivessem papel no conflito. A sucessão de denúncias contra policiais e a necessidade do poder público de apresentar ações propositivas para beneficiar os moradores do Complexo - que estão à mercê da violência, de todos os lados - repercutiu na mídia. Da mesma forma, a ausência da presença do Estado no local, a não ser no que se refere a ações enérgicas das forças policiais que, para estes, representam violência e insegurança no local onde habitam como expõe a matéria “Moradores denunciam morte de inocentes” publicada no dia 29 de junho. O texto que segue detalha: “Denúncias de abusos e execuções por parte da polícia durante a megaoperação no Complexo do Alemão foram feitas ontem por moradores e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB - Rio) (...) (CÁSSIA; COSTA; MOTTA; ROCHA, 2007, p. 17). Ver Anexo B.

Isto fez o Poder Público, como antídoto da imagem negativa que se consolidava naquele momento, divulgar inúmeras ações para alterar a realidade da região. Além disso, alguns especialistas encontraram espaço nos veículos de comunicação para entrevistas-análise dos fatos, exposto no texto: “Uma série de intervenções urbanas está prevista para o Complexo do Alemão. Além de saneamento, as favelas receberão um teleférico nos moldes de um que foi instalado na Colômbia. (...)” (WERNECK; ARAÚJO, 2007, p.14). Ver Anexo B.

3.2.3 Comparação e Conclusão

Tabela 1

Matérias com características de *Jornalismo para a Paz* e de *Jornalismo de Violência* na Folha de São Paulo e no O Globo nas três fases pesquisadas

| | | O Globo | | | | Folha de São Paulo | | | |
|---------|---|--------------------|--------|----------------------|--------|--------------------|--------|----------------------|--------|
| | | Jornal. para a PAZ | | Jornal. de Violência | | Jornal. para a PAZ | | Jornal. de Violência | |
| | | matérias | % | matérias | % | matérias | % | matérias | % |
| FASE 01 | Violência e Contexto | 34 | 55,74% | 27 | 44,26% | 122 | 65,95% | 63 | 34,05% |
| | Maniqueísmo e Pluralidade | 35 | 57,38% | 26 | 42,62% | 133 | 71,89% | 52 | 28,11% |
| | Fontes Oficiais e F. Oficiais e Não- Oficiais | 29 | 47,54% | 32 | 52,46% | 106 | 57,30% | 79 | 42,70% |
| | Sem Solução e Com Solução | 9 | 14,75% | 52 | 85,25% | 12 | 6,49% | 173 | 93,51% |
| FASE 02 | Violência e Contexto | 21 | 60,00% | 14 | 40,00% | 78 | 67,83% | 37 | 32,17% |
| | Maniqueísmo e Pluralidade | 25 | 71,43% | 10 | 28,57% | 94 | 81,74% | 21 | 18,26% |
| | Fontes Oficiais e F. Oficiais e Não- Oficiais | 20 | 57,14% | 15 | 42,86% | 47 | 40,87% | 68 | 59,13% |
| | Sem Solução e Com Solução | 5 | 14,29% | 30 | 85,71% | 13 | 11,30% | 102 | 88,70% |
| FASE 03 | Violência e Contexto | 39 | 70,91% | 16 | 29,09% | 84 | 75,00% | 28 | 25,00% |
| | Maniqueísmo e Pluralidade | 39 | 70,91% | 16 | 29,09% | 85 | 75,89% | 27 | 24,11% |
| | Fontes Oficiais e F. Oficiais e Não-Oficiais | 24 | 43,64% | 31 | 56,36% | 50 | 44,64% | 62 | 55,36% |
| | Sem Solução e Solução | 11 | 20,00% | 44 | 80,00% | 11 | 9,82% | 101 | 90,18% |
| TOTAL | Violência e Contexto | 94 | 62,25% | 57 | 37,75% | 284 | 68,93% | 128 | 31,07% |
| | Maniqueísmo e Pluralidade | 99 | 65,56% | 52 | 34,44% | 312 | 75,73% | 100 | 24,27% |
| | Fontes Oficiais e F. Oficiais e Não-Oficiais | 73 | 48,34% | 78 | 51,66% | 203 | 49,27% | 209 | 50,73% |
| | Sem Solução e Com Solução | 25 | 16,56% | 126 | 83,44% | 36 | 8,74% | 376 | 91,26% |

Na cobertura realizada pelos jornais Folha de São Paulo e O Globo, encontramos muitas semelhanças não só nos dados obtidos, mas também na postura adotada pelos veículos.

A categoria Destaque do Contexto do Conflito dos fatos foi predominante nos dois veículos, sendo uma característica do *Jornalismo para a Paz*, apesar de a maioria das matérias, identificadas com esta categoria, ficarem restritas em contextualizar “quem jogou a primeira pedra” e em não explorar a formação do conflito- pensando em conflito sobre a concepção de Galtung, que não reside na violência física e direta, mas nas diferenças de interesses, objetivos, necessidades de um povo, grupo ou nação.

Um ponto relevante para a corrente do *Jornalismo para a Paz* é a utilização de fontes oficiais e não-oficiais. Isto demonstraria um jornalismo democrático, imparcial e investigativo. “Dar voz aos sem voz” este é um dos nortes para a construção de um *Jornalismo para a Paz*. Vê-se que isto aconteceu em parte. Entretanto, diferentemente das categorias anteriores, houve certa tendência a aparecer mais indícios de *Jornalismo de Violência*. Os dados mostraram que se chegou a cerca de 50% das matérias, nos dois veículos que utilizavam somente fontes oficiais.

O *Jornalismo para a Paz* tenta evitar a demonização de um lado e a vitimização do outro, relatando as diversas partes envolvidas, seus prós e contras. Procura humanizá-las, mostrando todos os aspectos: ações positivas negativas, defeitos, qualidades, fraquezas e forças. No Brasil, o dualismo-maniqueísta pode ser atribuído a matérias que registram os fatos com dois atores, tais como em São Paulo - o PCC, de um lado, e a Polícia e/ou governo, de outro -, e, no Rio de Janeiro - o Comando Vermelho versus a Polícia e/ou governo. Entretanto observou-se, nas categorias Pluralidade e Maniqueísmo, a predominância de matérias plurais nos dois jornais, apresentando não só a violência oriunda da criminalidade, mas também a truculência e a ilegalidade institucionalizada.

Nas categorias “Abordagem de Soluções Não-Violentas” ou “Não-Abordagem da Resolução do Conflito” novamente vemos grande proximidade nos resultados da análise dos dois jornais. Não se pode dizer que houve matérias “pró-ativas”, ou seja, que buscassem prevenir a ocorrência de mais violência.

Além disso, poucas apresentaram alternativas para resolução pacífica do problema.

Outro ponto observado neste estudo é o uso, freqüente, pelos veículos de comunicação da Cartola como forma de fazer o enquadramento temático da matéria, bem como de sinalizar ao leitor sobre o assunto que será abordado. Na Folha de São Paulo, a cartola chamou-se Guerra Urbana e, no O Globo, Guerra no Rio, ambas demarcavam a ênfase na violência dos fatos, utilizando a palavra guerra.

Ferreira (1986, p. 877) e Houassis (2007) definem “guerra” como luta armada entre nações e partidos de uma mesma nacionalidade ou etnias diferentes, com o fim de impor supremacia ou salvaguardar interesses materiais ou ideológicos. Para Galtung, como vimos no capítulo I, guerra é um tipo de violência, sendo o conceito de violência mais abrangente. Agora, no imaginário nacional, pensar em guerra significa pensar em uma situação de extrema violência, até porque, oficialmente, a guerra não faz parte da realidade do país.

Salienta-se também as diferentes abordagens realizadas pelos veículos. Verificou-se o uso de distintas expressões para qualificar o integrante do crime organizado. A Folha de São Paulo utiliza o termo criminoso, conforme demonstra o trecho da matéria publicada no dia 08 de agosto: “Na ação mais ousada, na Vila Prudente (zona leste), “criminosos” jogaram um carro contra uma agência do Unibanco (...) (GALLO, Ricardo, 2006). Ver Anexo A.

O termo “criminoso” para Houassis (2007) significa: aquele que infringiu por ação ou omissão o código penal, cometendo crime; delinqüente, semelhante ao que é definido por Ferreira (1986, p. 877).

O jornal O Globo, a seu modo, utiliza o termo “bandido” para se referir ao integrante do crime organizado, como exposto no título da matéria publicada no dia nove de maio: “Bandidos com táticas militares”. O texto segue: “Nessas conversas, pode-se perceber que os bandidos estão divididos por setores numerados” (GOULART, 2007, p. 18). Ver anexo B.

“Bandido”, para Ferreira, é sinônimo de salteador, malfeitor, facínora, bandoleiro ou ainda pessoa sem caráter, de maus sentimentos. Para Houassis(2007) é um indivíduo que “pratica atividades criminosas; assaltante, bandoleiro; derivação por extensão de sentido de pessoa sem caráter, de maus

sentimentos; cruel, que faz sofrer, infeliz ou ainda que ou aquele que infringiu por ação ou omissão o código penal, cometendo crime; delinqüente, réu”.

Ao analisarmos os dois termos, vemos claramente que, o primeiro, “criminoso” faz a opção pela denominação mais objetiva, sem a análise de valores sobre o indivíduo, enquanto a expressão “bandido” possui conotação mais pejorativa, estigmatiza e não só qualifica quem praticou o crime, mas também é maniqueísta, caracterizando-o como um malfeitor, um indivíduo de má índole. Logo, a palavra “bandido” pode ser considerada extremamente subjetiva, pois não só denomina, mas julga e rotula, sendo uma característica típica do *Jornalismo de Violência* o qual “demoniza” uma das partes.

Outra denominação utilizada pelo O Globo foi “bando”. Pode-se supor que o uso deste termo partiu de uma orientação da empresa. Ao relacionarmos com a cobertura realizada pelas redes de televisão no episódio dos ataques do PCC, vemos a definição pública de mudança de tratamento da organização. Na matéria “após acusação de exagero, TV adota tom light”, publicada pela Folha de São Paulo, fica explicitado que diversas TVs, entre elas a Rede Globo, fizeram alterações no tratamento do evento, como afirma o texto que segue: “Na Globo, o PCC foi rebaixado de facção criminosa para quadrilha. A determinação veio em um comunicado da direção de jornalismo (...) usar facção criminosa não é proibido, mas deve-se dar preferência à “quadrilha” ou a “bando” (CASTRO; MATTOS, 2007). Ver Anexo A. Constatou-se que esta postura foi adotada em fatos de violência semelhante envolvendo o crime organizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Jornalismo para a Paz* surge como uma alternativa às coberturas de guerra, centradas no relato detalhado da violência. Essa corrente de pensamento propõe que o jornalista contextualize os conflitos, as causas, sua história, os interesses e os objetivos em jogo.

Nesta visão, o jornalista deve ser um profissional engajado nas questões sociais que, além de ser “testemunha ocular” dos fatos, procura ter papel ativo, criativo e participativo. Dessa forma, contribui para reduzir, ou mesmo, amenizar as mazelas sociais, colocando o ser humano como sujeito prioritário e não mero personagem, sem face, das histórias que relata. Assim, prioriza a paz e não a violência.

Por outro lado, a violência possui atributos de um fato que sempre deve ser noticiado. Um acontecimento para ser notícia precisa falar do novo, da mudança. O repórter escreve sobre os fatos de hoje que serão lidos amanhã. O leitor, por sua vez, quer descobrir o que mudou no mundo, na cidade, no bairro, no esporte, na política, na economia e em todos os demais ambientes e cenários que o envolvem e nos quais se sente inserido. Quando um repórter escolhe uma história, o editor quer saber o que há de novo nela. Nas notícias sobre conflitos, a novidade é a violência e o número de mortos. Observa-se, no entanto, que falar sobre notícias que visam resolver os conflitos nem sempre tem o mesmo potencial de atração da curiosidade popular e, por consequência, da própria mídia.

Mas, por que discutir o *Jornalismo para a Paz* na realidade nacional? O argumento preponderante, que se evidenciou neste estudo, é que o crescimento da violência e da criminalidade no país tem gerado situações de conflito,

próximas às vividas por nações em guerra. A imprensa não é alheia a isso. A palavra “guerra” está cada vez mais presente nas páginas dos jornais, quando essas se referem a problemas nacionais. Por isso, torna-se relevante estudar o comportamento da imprensa na cobertura da violência urbana e refletir sobre modelos alternativos de jornalismo, com o posicionamento explícito pela imprensa em favor da paz.

Certamente, não estamos vivendo a guerra no seu sentido clássico, mas os jornalistas brasileiros, cada vez mais, são obrigados a cobrir situações de risco. Ao se apurar o material jornalístico da cobertura da Folha de São Paulo sobre os ataques do PCC, chegou-se a um número considerável de textos noticiosos. Em 45 dias foram produzidas mais de 400 matérias sobre o tema. Na análise do O Globo, o número foi menor, mas não menos expressivo, 151 textos jornalísticos. Em São Paulo, a violência ocorrida nos meses de maio, julho e agosto de 2006 foi um fato inédito, repleto de elementos de noticiabilidade valorizados pelo jornalismo como novidade, imagens espetaculares e ações estratégicas. Já no Rio de Janeiro, a violência do crime organizado faz parte do dia-a-dia da cidade.

Objetivou-se, nesta pesquisa, pensar sobre a viabilidade do uso do *Jornalismo para a Paz* na realidade brasileira, a partir de um pequeno retrato de dois jornais. Vale lembrar que não houve a intenção de se fazer uma análise maniqueísta, rotulando-os como, exclusivamente, de *Jornalismo para a Paz* ou de *Jornalismo de Violência*. Procurou-se apresentar as características preponderantes nos veículos, como forma de se inferir a existência ou não de elementos de cobertura noticiosa como os sugeridos por Galtung, constituindo por conseqüência um modo distinto de fazer jornalismo.

Na análise dos dados, a primeira consideração a ser feita é que, na avaliação global, os dois jornais tiveram comportamentos muito próximos nos três períodos analisados. Encontrou-se, tanto na Folha de São Paulo como no O Globo, características consideradas importantes na concepção do *Jornalismo para a Paz*. Entretanto, verificou-se a ausência de elementos necessários para um jornalismo que tenha como objetivo contribuir para a resolução dos conflitos analisados.

Nas categorias ‘Destaca o Contexto’ e ‘Destaca a Violência’, relativas à descrição do conteúdo do conflito, entre 60% e 70% das matérias dos jornais estudados fazem mais do que apenas narrar a violência. Elas abordam, mesmo

que parcialmente, o contexto, dando ao leitor fragmentos relevantes para que ele possa compreender algumas variáveis da crise. Questões como o tráfico de drogas, o crime organizado, o anacronismo das ações do poder público e a corrupção presente no meio policial são temas abordados. Entretanto, na apresentação do contexto, ambos os periódicos restringiram-se à descrição dos problemas, sem um aprofundamento detalhado das suas causas.

Na caracterização dos personagens envolvidos, nos acontecimentos narrados pelos jornais, pressupomos que haveria uma preponderância de matérias dualistas (com apenas dois atores), tratando um lado como o bem (os policiais) e o outro como o mal (os bandidos). Entretanto, o resultado surpreendeu. Entre 65% e 75% das matérias da Folha de São Paulo e do O Globo foram plurais, abordando vários personagens, e/ou destacando os problemas e defeitos, não apenas dos “bandidos”, mas também dos demais envolvidos.

Este resultado deve-se, pelo menos em parte, à relevância dos acontecimentos, já que, em ambos os casos, houve diversas denúncias de excessiva violência policial e morte de inocentes. Em função disso, os jornais abriram espaço para críticas àqueles que combatiam os criminosos: o Estado e as forças policiais.

Para o *Jornalismo para a Paz* é importante dar voz aos diversos atores e interesses envolvidos. Uma fonte não citada, inexistente, é condenada ao silêncio e à invisibilidade, já que suas necessidades, angústias e sofrimentos não podem ser conhecidos pelos leitores. Do total das 563 matérias investigadas, nos dois veículos de comunicação, mais da metade adotou, exclusivamente, o uso de fontes oficiais (Poder Executivo). Considerando que se tratava de fatos envolvendo o conjunto da sociedade com a participação ativa e/ou passiva de moradores, empresários, ONGs, entidades representativas entre outros, esta análise impõe uma questão latente: não seria possível e nem necessário consultar outras fontes além do Estado?

Na busca da objetividade e da imparcialidade, com a restrita narração dos fatos, o jornal pode incorrer naquilo que mais condena: o “pecado” de um tipo de parcialidade, aqui considerada como deletéria. O jornalista para a paz tem como princípio a parcialidade, aqui como útil à promoção da paz. Não a paz passiva, mas a que pressupõe iniciativas com matérias que contribuam para a resolução

do conflito. Nas categorias analisadas sobre este aspecto, notou-se que mais de 80% das matérias do O Globo e mais de 90% das matérias da Folha de São Paulo não pautaram quaisquer medidas, projetos ou ações que almejassem o fim pacífico dos conflitos.

Adicionalmente, constata-se que se o advento das novas tecnologias facilitou a mudança de postura do jornalista, impôs também uma nova problemática. Barreiras físicas que impediam o acesso a informações foram rompidas, ampliando a capacidade dos meios de comunicação de interagir com os atores sociais e influenciar positivamente na resolução do conflito. Entretanto, a oferta excessiva de informação, característica dos tempos atuais, dificulta a apuração devida dos dados, fragilizando a confiabilidade do produto jornalístico.

Praticar o *Jornalismo para a Paz* é um grande desafio. Utilizar palavras e imagens como arma para se conscientizar e instrumentalizar pessoas com informações que as permitam refletir, mais profundamente, sobre o seu cotidiano, priorizando a paz e não a violência é uma opção arriscada. Evidentemente, é mais fácil e cômodo, aos veículos de comunicação, restringirem-se ao relato das notícias, resignarem-se aos releases institucionais e, fundamentalmente, não adotarem posição, mesmo que esta seja a favor da paz. No entanto, entendendo a mídia como um ator social relevante, esse comportamento parece insuficiente, frente ao avanço da violência e da criminalidade nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, Maria Luiza. **A guerra que se trava pela mídia**, Observatório da Imprensa, copyright *Valor Econômico*, 18 out. 2001, Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp241020014.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2007.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 Jan. 2008. doi: 10.1590/S1517-45222002000200005

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estud. av.**, São Paulo, v. 21, n. 61, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 Jan. 2008. doi: 10.1590/S0103-40142007000300002

ALMEIDA, Cássia; ALVES, Marcelo. **Censo 2007: somos 183.987.291 brasileiros, mostra IBGE**. O Globo. 21 dez. 2007. Acesso em 12/01/2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/12/21/327716442.asp>>

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra, 1996.

AMORIM, Carlos. **CV e PCC a irmandade do crime**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ANISTIA Internacional aponta PCC e milícias como ápices da violência no país, Folha Online 02.05.2007. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u134888.shtml - 31k>. Acesso em: 23 ago. 2007

ARAÚJO, Vera; WERNECK, Antônio. **Vinte e cinco mil policiais fluminenses e da União serão mobilizados para a segurança do PAN**. O GLOBO, Rio de Janeiro, Rio, Primeiro Caderno. 2007.

ARAÚJO, Vera; WERNECK, Antônio. **Mais favelas na Mira**. O Globo. Rio de Janeiro, 29 jun. 2007.

ARBEX JR. José. **A guerra e o espetáculo da cobertura** Observatório da Imprensa, 26 ago. 2003, Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/al260820033.htm>> Acesso em: 13 maio 2007.

ARBEX, José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARBEX JR., José. **O Jornalismo Canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder**. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1994.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Traduzido por L.A. RETO e A. PINHEIRO. Título original: L'Analyse de Contenu. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, João de. A Construção do PCC. **Revista Caros Amigos**. Edição Extra. Ano X, nº28, maio, São Paulo: Casa Amarela, 2006.

_____. Entrevista Márcio Christino. O Ovo da Serpente. **Revista Caros Amigos**. Edição Extra. Ano X, nº28, maio, p. 3-13. São Paulo: Casa Amarela, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda, 1999.

BAUER, Martin W. **Análise de Conteúdo Clássica - Uma revisão**. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. – Um manual prático. IN: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Petrópolis: Vozes, 2005.

BILLI, Marcelo. **Maioria dos jovens mora em área de risco**. Folha de São Paulo (Cotidiano). 22/05/06. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2205200612.htm> Acesso em: 22 set. 2006.

BOTTARI, Elenice. **A origem polonesa do alemão**. O Globo. Primeiro Caderno, editoria Rio, p. 14. 29/06/2007.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1997.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAMARGO, Cláudio; FREITAS JR, Osmar, Colaborador: HOLLANDA, Eduardo, **Istoé online** – Edição nº. 1748, 02/04/2003, Internacional. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/1748/internacional/1748_fogo_cruzado.htm> Acesso em: 15 jun. 2007.

CANA, Ricardo. El espejo que refleja la violencia del sistema. **Revista Periodismo Preventivo**. Disponível em: <http://ippai.info//index.php?option=com_content&task=view&id=217&Itemid=35> Acesso em: 22 maio 2007.

CAPRIGLIONE, Laura. **Em favela Rota da dura em crianças.** Folha de São Paulo, São Paulo, 21 maio 2006, Cotidiano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2105200605.htm> Acesso em: 22 set 2006.

CARAMENTE, André. **Em 12 horas, polícia mata 33 suspeitos e prende 24.** Folha de São Paulo, São Paulo, 17 maio 2006, Cotidiano.

CASTRO, Daniel; MATTOS, Laura. **Após acusação de exagero, TV adota tom “light”.** Folha de São Paulo. São Paulo, 13 jul. 2006. Cotidiano.

CASSIA, Cristiane de. **PM retira policiamento ostensivo do Alemão.** O Globo. Rio de Janeiro, 15 maio 2007, Rio, Primeiro Caderno.

CASSIA, Cristiane; MARTINS, Marco Antônio. **Secretário diz que a polícia não fará ocupação interna no Complexo do Alemão.** O Globo. Rio de Janeiro, 29 junho 2006, Rio, Primeiro Caderno.

COSTA. Célia; CÁSSIA, Cristiane; MOTTA, Claudio; ROCHA, Carla. **Moradores denunciam morte de inocentes.** O Globo. Rio de Janeiro, 29 jun. 2006, Rio, Primeiro Caderno.

CASTELLS, Manuel. **O fim do milênio.** LISBOA: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 1995.

CRIME Statistics. Nation Master. Disponível em: <http://www.nationmaster.com/country/br-brazil/cri-crime> Acesso em: 12 maio 2007.

DA FONSECA JR., Wilson Corrêa. **Análise de Conteúdo.** In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.) Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DINES, Arnaldo. **Correspondentes estrangeiros em sinuca de bico.** Observatório da Imprensa. 27 fev. 2003. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=422MON003> Acesso em: 22 maio 2007.

ECONOMIST diz que polícia do Rio é “incompetente” e “brutal”. The Economist apud, BBC Brasil.com. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/08/070802_rio_economist_dg.shtml Acesso em: 12 maio 2007.

EDUCAÇÃO ocupa sétimo lugar entre prioridades do país. **Instituto Brasileiro de Opinião Pública.** Disponível em: http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalBOPE&pub=T&db=caldb&comp=pesquisa_leitura&nivel=null&docid=8BA31BF94D4D75008325722800744713 Acesso em: 25 jul. 2007.

ESTATUTO do PCC prevê rebeliões integradas 19/02/2001 **Folha Online**, Campinas Acesso em 23/08/2007, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u22521.shtml>>

ESTUDO mostra expansão de favelas no Rio. 28/09/2007. Agência JB. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/extra/2007/09/28/e280912449.html>> Acesso em: 10 de out. de 2007.

FAVELAS Cariocas: comparação das áreas ocupada 1999/2004. Rio de Janeiro: Rio Estudos, Nº 233, 2006. Disponível: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/1761_restudos%20233%20favelas%20cariocas%20comparação%20de%20áreas%20ocupadas.PDF> Acesso em 20 nov. 2007.

FELIPPE, Vanessa. **Correspondentes de paz. O Jornalismo de Paz como hipótese**. A questão Social no novo milênio. VIII Congresso Luso-Afro- Brasileiro de Ciências Sociais. 16 a 18 de setembro de 2004, Coimbra. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/pdfs/painelnep.pdf>> Acesso em: 19 fev. 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação**. Porto Alegre, Brasul, 2006.

GALTUNG, Johan (relator) **The Peace Journalism Option**. Disponível em: <<http://www.globalissues.org/HumanRights/Media/Articles/PJO.asp>> Acesso em 13 jul. 2007.

GALTUNG, Johan. Violencia, **Guerra y su impacto** – Sobre los efectos visibles e invisibles de la violència. Foro por la Filosofia Intercultural. Disponível em: <<http://them.polylog.org/5fgj-es.htm>> Acesso em: 11 jul. 2007.

GALTUNG, Hohan; FISCHER, Dietrich. **O jornalismo entre a guerra e a paz**. Observatório da Imprensa, 2002 Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd260620022.htm>. Acesso em: 08 jul. 2002.

GOMIDE, Raphael. **Polício do Rio mata 41 civis para cada policial morto**. São Paulo, Folha de São Paulo, 16 de julho de 2007. Cotidiano, p. C1.

GOULART, Gilberto. **Bandidos com táticas militares**. O Globo, Rio de Janeiro, 09 maior 2007, Rio, Primeiro Caderno.

GOYZUETA, Verónica; OGIER, Thierry. **Guerra e Imprensa: um olhar crítico da cobertura da Guerra do Iraque**. São Paulo: Summus, 2003.

GUIMARÃES, Marcelo Resende. **Educação para a paz: sentidos e dilemas**. Caxias do Sul: Educus, 2005.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de Conteúdo em Jornalismo**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. Coleção Fazer Jornalismo. Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis, Vozes, 2007.

HOHLFELDT, Antônio. **Objetividade: categoria jornalística mitificada**. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/4363/1/NP2HOHLFELDT.pdf>> Acesso em: 09 jul. 2007.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

IBOPE. **Pesquisa Telefônica Nacional sobre Insegurança**. Agosto 2007. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/opiniao_publica/downloads/opp141_novasb_ago07.pdf>

INFOPEN Estatística, Departamento Penitenciário Nacional, Ministério da Justiça, 2007. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/depen/data/Pages/MJD574E9CEITE MIDC 37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.htm>> Acesso em: 10 de out. 2007.

JOURNALISME de Paix. **Positive News Youth Views Online – PNYV**. Disponível em: <[http://www.pnyv.org/index.php?id=34&L=3&tx_ttnews\[tt_news\]=173&tx_ttnews\[backPid\]=164&cHash=feb60974f3](http://www.pnyv.org/index.php?id=34&L=3&tx_ttnews[tt_news]=173&tx_ttnews[backPid]=164&cHash=feb60974f3)> Acesso em: 13 de fev. 2007.

KNIGHTLEY, Phillip. **Militares vencem a guerra contra a imprensa**. Observatório da Imprensa. Copyright *O Estado de S.Paulo*, 2 abril 2000. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/aspas/ent05042000a.htm>> Acesso em: 02 jul. 2007.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 2000.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do Jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KOVARIK, Bill. **What has journalism ever done for peace?** Journalism and Peace. Disponível em: <http://www.radford.edu/~wkovarik/misc/blog/5journalism.peace.html> Acesso em: 05 jun. 2007.

KUNCZIK, Michel. **Conceitos de jornalismo – norte e sul**. São Paulo: Edusp, 2002.

LAGE, Nilson. **Fundamentos da Comunicação Midiática**, Curso de Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/md-fundamentos1.html> Acesso em: 22 maio 2007.

LAGE, Nilson. **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, Regina Campos. **A Sociedade Prisional e suas Facções Criminosas**. Londrina: Edições Humanidades, 2003. Acesso em 20 nov. 2007. Disponível em <<http://www.carceraria.org.br/?system=news&action=read&id=329&eid=68>>

LUSTOSA, ELCIAS. **O TEXTO DA NOTÍCIA**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

LYNCH, Jake. **The Peace Journalism Option**, Conflict and Peace Forums, Taplow, 1997.

LYNCH, Jake e McGOLDRICK, Annabel. **Conflict and Peace Forums**, Reporting the World 2002.

_____. **Peace Journalism**. Gloucestershire. Hawthorn Press, 2005.

MANOFF, Robert Karl in: GALTUNG, Johan (Relator) **The Peace Journalism Option**. Disponível em: <<http://www.globalissues.org/HumanRights/Media/Articles/PJO.asp>>. Acesso em: 13 jul. 2007.

MARRA, Livia e BUOSI, Milena. **Massacre do Carandiru, que deixou 111 mortos, completa 10 anos**. Folha Online, 01/10/2002. Acesso em: 11 dez. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u60163.shtml>>

MATTELART, Armand. **A Globalização da Comunicação**. São Paulo: EDUSC, 2000.

MEDIOS PARA LA PAZ <<http://www.mediosparalapaz.org/>>

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 2001.

MINGARDI, Guaracy. **O Estado e o Crime Organizado**. São Paulo, IBCCrim, 1998.

MOLOTCH, H. e LESTER, M. (1974). “**News as Purposive Behavior: On the Strategic Use of Routine Events, Accidents and Scandals**”. *American Sociological Review*, Vol. 39, Nº. 1. In TRAQUINA, N(org.) (1993). *Jornalismo: Questões, Teorias e ‘Estórias’*. Lisboa: Vega.. 1993.

NETO, Ricardo Bonalume, **Taleban derrota EUA na guerra da informação**, Observatório da Imprensa, copyright *Folha de S. Paulo*, 25 out. 2001. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/_asp311020012.htm> Acesso em: 02 jul.2007.

OLIVEIRA, Adriano. **Revista Espaço Acadêmico**, Crime organizado: é possível definir? N. 34, março 2004. Acesso em: 20 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/034/34coliveira.htm>>

OS MAIORES jornais brasileiros em circulação em 2006, Associação Nacional de Jornais, 2007. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/?q=node/177>> Acesso em: 12 maio 2007.

PENSAMIENTO. Wikipedia, la enciclopedia libre. 2007. Disponível em: http://es.wikipedia.org/wiki/Johan_Galtung#Pensamiento. Acesso em: 20 nov. 2007.

PENTEADO, Gilmar. **Facção promove 63 atentados em 24 horas.** (14/05/06) Folha de São Paulo (Cotidiano) Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1405200604.htm> Acesso em: 22 set. 2006.

PEREZ, Marianne H. **Moving Mainstream Media Towards a culture of Peace.** Stadtschlaining, Áustria, 2006. Disponível em: <<http://www.aspr.ac.at/epu/research/Perez.pdf>> Acesso em: 21 março 2007.

PEURCE, Tobias. **Os Relatos Jornalísticos. Estudos em Jornalismo.** V.1. n.2. Florianópolis: UFSC e Insular, 2004.

PHILLIPS, Tom. **The Observer**, apud BBC Brasil.com. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/09/060917_observerpcc_ebc.shtml> Acesso em: 12 maio 2007.

PIM, Joám Evans; RAMOS, Natalia Alonso. **Jornalismo de paz e prevenção de conflitos.** Cap.VIII. In: PIM, Joám Evans; ALGIBAY, Oscar Crespo; CRISTENSEN, Bárbara (Eds.) Entender os conflitos para acadar a paz. Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e de Paz. Galiza, 2006.

PONTES, Fernanda; SCHMDIT Selma. **A invasão silenciosa das favelas: Censo do IBGE revela que surgiu uma ocupação por mês na última década.** O Globo, 28/01/2001. Disponível em: <<http://hps.infolink.com.br/peco/cb010128.htm>> Acesso em: 10 de out. de 2007.

POPULAÇÃO aponta temas que exigem atenção especial da sociedade brasileira. **IBOPE.** Acesso em dez. 2007. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortallBOPE&pub=T&db=caldb&comp=pesquisa_leitura&nivel=null&docid=7CB6F016ABDB2DC5832573B000480B84>

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 Jan. 2008. doi: 10.1590/S1517-45222002000200007

QUAGLIA, Giovanni. **Crime Organizado Internacional: a resposta das Nações Unidas.** Simpósio Internacional: Combate ao Crime Organizado: Defesa da Ordem Democrática, 2003. Disponível em: <http://www.unodc.org/brazil/pt/articles_speechs_simposio_crime_organizado.html> Acesso em: 20 nov. 2007.

RIBEIRO, Maria Rosane (Org.). **Glossário de Jornalismo**. Disponível em: http://oglobo.globo.com/quemle/Programa/glossario_de_jornalismo.doc. Acesso em: 12/01/2008

RUMO à Zona Norte. Favela tem memória. Viva Rio. Disponível em: <<http://www.favelatemmemoria.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=5&inford=94>> Acesso em: 10 de out. de 2007.

SILVA, Juremir Machado. **Depois do Espetáculo**. Reflexões sobre a tese 4 de Guy Debord. COMPOS. 2007 Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_182.pdf. Acesso em: 12 dez. 2007.

SOARES, Regiane. **Governo tem 72 horas para divulgar lista**. Folha de São Paulo. São Paulo, Cotidiano, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2002.

SODRÉ, Muniz. **O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, Percival de. **O sindicato do Crime. PCC e outros grupos**. São Paulo: Ediouro, 2006.

TAMBOSI, Orlando. **Tobias Peurce e as Origens do Jornalismo. Estudos em Jornalismo**. V.1, n.2. Florianópolis: UFSC e Insular, 2004.

TORRES, Sérgio. **Milícia de policiais assedia área nobre do Rio** (12/12/2006) Folha de São Paulo (RIO). Disponível em: <tools.folha.com.br/print=emcima_dahora&url=http%3a%2Fwww1.folha> Acesso em: 23/08/2007.

_____, Sérgio. **“É um urro de um animal acuado”**, diz sociólogo. (16/05/06). Folha de São Paulo (Cotidiano). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1605200650.htm>
Acesso em: 22 set. 2006.

TRANSCEND <http://www.transcend.org/>

TRAQUINA, Nelson. **As notícias**. In TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Veja, 1993.

TREZZI, Humberto. **A barbárie entre nós**. Zero Hora. Porto Alegre. 17 de fevereiro de 2007. Capa. Caderno Cultura.

TUCHMAN, Gaye. **A objetividade como ritual estratégico**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Veja, 1993.

VELHO, Gilberto, ALVITO, Marcos (org.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996.

WAINBERG, Jacques A. **Mídia e terror: Comunicação e violência política**. São Paulo: Paulus, 2005.

WENCESLAU, Pedro; (Colab.) BETINI, Bartini; KRAUSS, Lucas; COSTA, Rafael. Medo, mentiras e vídeo-tape. **Revista Imprensa – Jornalismo e Comunicação**, Ano 19, nº. 213. São Paulo: Imprensa Editorial, junho, 2006.

WERNECK, Antônio. **Bando ainda tem 90 por cento do seu arsenal**. O Globo. Rio de Janeiro, 29 jun. 2007 Rio, Primeiro Caderno.

WIMMER, D. Roger; DOMINICK, R. Joseph. **Mass Media Research – An Introduction**, Traduzido por: Anelise de Freitas, Belmont: Wadsworth, 1987.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1995.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

OBRAS CONSULTADAS

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BAUMAN, Zygmunt.. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.

BOBBIO, Norberto. **O problema da Guerra e as vias da paz**. São Paulo: UNESP, 2003.

FANDINO, Juan Mario. **Sobreviventes, bandidos e rebeldes: perspectiva histórica e novo caráter da agressividade social na América Latina**. Obra no prelo. Santa Cruz do Sul, Edunisc.

GALTUNG, Johan et al. **Searching for Peace – the road to TRANSCEND**, Pluto, London, 2002.

_____. **Transcender e Transformar: uma introdução ao trabalho de conflitos**. São Paulo: Palas Athena, 2006.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987. pp. 137-152.

KELLNER, Douglas. **Cultura da Mídia e Triunfo do Espetáculo**. Sociedade Mídia. MORAES, Dênis de (Org.). Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MAGALHÃES, Mário. **Militares ameaçam suspender circulação**. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 de fevereiro de 2001. Caderno Especial. Tudo sobre a Folha, p. 3.

MULLER, Jean-Marie. **O princípio de não-violência: percurso filosófico**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEREIRA, Cristiane Pinto. **A cobertura jornalística da guerra do Iraque**. Estudo de caso comparativo dos jornais Folha de São Paulo (Brasil) e El país (Espanha). Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Faculdade de Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2004.

PONHOLZ, Liriam. Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento **Revista Famecos - Mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, 21^o ed., pp. 110-120, 2003.

PULS, Maurício. **Getulistas destroem máquinas da Folha**. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 de fevereiro de 2001. Caderno Especial - Tudo sobre a Folha, p. 2.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Espetacularização e Mídia e Política**. Comunicação e Política – Conceitos e Abordagens. São Paulo: Unesp, 2004.

SINGER, André. **Direção percebe inclinação da sociedade por mudanças e decide fazer campanha**. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 de fevereiro de 2001, Caderno Especial - Tudo sobre a Folha, p. 5.

SOUZA, Percival de. **Narcoditadura**. São Paulo: Labortexto, 2002.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao Vento – Análise de um Conglomerado Jornalístico no Brasil**. São Paulo. Paz e Terra. 1993.

YUNG, Jock. **A sociedade excludente**. Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – Amostra das Matérias da Folha de São Paulo

Facção promove 63 atentados em 24 horas

Ataques ocorreram em 23 cidades e houve até morte de civil; Marcola, líder do PCC, é transferido para presídio de segurança máxima

GILMAR PENTEADO
DA REPORTAGEM LOCAL

Facção criminosa que já foi chamada de "organização falida" pela polícia paulista, o PCC (Primeiro Comando da Capital) precisou de 24 horas, entre a noite de anteontem e a de ontem, para promover pelo menos 63 atentados no Estado de São Paulo, segundo dados preliminares da Secretaria da Segurança Pública.

Os ataques ocorreram em pelo menos 23 cidades paulistas. Bases da Polícia Militar e da Guarda Civil, carros da polícia e agentes de folga foram alvo dos criminosos, que usaram metralhadoras, pistolas e bombas caseiras.

Os atentados começaram na noite de sexta-feira, logo depois da transferência do líder máximo do PCC, Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, para a sede do Deic (Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado), na capital paulista. O último ataque ocorreu por volta das 19h de ontem, em um base comunitária da PM em São Bernardo do Campo (Grande São Paulo).

Pelo menos metade dos 27 agentes do Estado mortos nos atentados do PCC estava de folga. Eles foram surpreendidos na rua ou em suas casas. Dezesete suspeitos de participar dos atentados foram presos, segundo a polícia.

A transferência provisória de Marcola ao Deic fazia parte de um plano do governo paulista de isolar os líderes do PCC e evitar que a facção promovesse atentados e rebeliões. Segundo o governador Cláudio Lembo (PFL), as transferências de 765 líderes da facção para uma penitenciária em Presidente Venceslau foi decidida na quarta-feira. O projeto começou a ser implantado no dia seguinte.

Marcola chegou ao Deic anteontem sob um forte esquema de segurança. A intenção era isolar o líder do PCC na carceragem do departamento por pelo menos 10 dias, mas o projeto foi modificado quando os atentados começaram a ser deflagrados.

Quando a onda de ataques foi confirmada pelo governo, Marcola foi levado diversas vezes para uma sala do Deic onde estava o diretor do departamento, Godofredo Bittencourt.

As conversas, no entanto, não conseguiram evitar a seqüência de atentados. Marcola foi transferido novamente ontem pela manhã, pouco mais de 12 horas depois de ter chegado ao Deic. O destino foi o RDD (Regime Disciplinar Diferenciado), em Presidente Bernardes (589 km de SP).

Em 2002, após a divulgação pelo Deic de um organograma da facção -na qual Marcola aparecia no topo da hierarquia-, Bittencourt afirmou, em tom de ironia e vitória, que o PCC era uma "organização falida".

"O PCC é uma organização falida. Se o PCC tinha uma boca cheia de dentes, agora tem um dentinho ali e outro lá. Não morde mais ninguém", disse o delegado, em 2002.

Atentados

Na capital e na Grande São Paulo, os ataques aconteceram principalmente na noite de sexta-feira e na madrugada de ontem. Dois guardas municipais de Jandira (Grande SP) -Sidney de Paiva Rosa, 25, e Antonio Carlos de Andrade, 34- foram mortos a tiros. Em Osasco, um PM foi morto. Ele levou pelo menos 12 tiros depois que seu carro foi atacado por homens que estavam em um Gol.

Na porta do Hospital Geral de Guaianazes, na zona leste, um policial civil que trabalhava na delegacia do bairro, o 44º DP, foi atacado e morto. Ainda na mesma região, outro PM foi baleado e está internado em estado grave. Uma moradora de Sapopemba foi atingida na mão por uma bala perdida. Ao todo, na zona leste, foram três PMs baleados.

Na zona sul, um policial civil que trabalhava no 85º DP (Jardim Mirna) foi morto na porta de sua casa. Em outra ação, um investigador do 15º DP (Itaim Bibi) foi morto quando estava ao lado da noiva, sentado no balcão de um bar na rua Clodomiro Amazonas. Um homem encapuzado entrou no local e atirou na sua cabeça.

No centro de São Paulo, perto do teatro Sérgio Cardoso, um outro PM levou um tiro na perna. Por volta da 0h30 de ontem, um bombeiro foi morto na alameda Barão de Piracicaba. Três suspeitos foram presos pelo crime.

"É um urro de animal acuado", diz sociólogo

DA SUCURSAL DO RIO

O coordenador do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), Cláudio Beato, comparou a ação do PCC a um "urro de animal acuado" que organizou os ataques na tentativa de obter benesses por parte das autoridades.

"Eu me preocuparia muito mais com o PCC silencioso, com pleno domínio da situação nas cadeias, na polícia, nos agentes e no sistema judiciário. Do ponto de vista institucional, seria mais preocupante", disse à Folha, por telefone, de Belo Horizonte.

Sociólogo, Beato, 49, considera a legislação brasileira "muito leniente em relação a certo tipo de preso".

Defendeu que os líderes do PCC sejam encarcerados sob guarda do governo federal. "Botar [os presos] lá no meio do Amazonas, sem celular nem nada. E deixá-los trancados lá. Esses caras não têm recuperação", afirmou.

★

Folha - A que o senhor acredita o que está ocorrendo no sistema carcerário a partir de São Paulo?

Beato - Não há novidade nenhuma. É um protesto que já vem vindo há algum tempo. Temos uma crise no sistema prisional de algumas décadas, decorrente de várias coisas. A opção majoritária de juízes pela pena privativa de liberdade, contra a pena alternativa, o que acaba misturando presos perigosos com comuns. Há o problema histórico da nossa legislação penal, que é dura. O problema é a legislação de execução das penas, toda a discussão de benefícios, de progressão de regime dentro das cadeia. Que é onde moram muitas das benesses pelas quais esse pessoal do PCC briga.

Folha - A legislação não diferencia as lideranças do PCC e os presos de menor periculosidade. Essa diferença deveria ocorrer?

Beato - Deveria. Você tem regime disciplinar diferenciado. O líder do PCC deveria ficar permanentemente nesse regime. Mas não, fica um ano, depois volta. A legislação é muito leniente em relação a certo tipo de preso. Há também o problema do controle do que acontece nas prisões. A questão dos celulares, a corrupção dos agentes e os advogados. Três coisas que há pelo menos dez anos a gente discute.

Folha - Não é mais fácil controlar o uso do celular na cadeia?

Beato - Há grande interesse em que não se mude [a questão dos celulares]. Hoje em São Paulo o grande objeto dos assaltantes em vias públicas é o celular. Assaltam para roubar o celular. Onde esse celular vai parar? Ou na mão de traficantes ou dentro das prisões. As operadoras não fazem nada, estão faturando com isso. A polícia, por sua vez, também não se esforça muito, pois usa isso para fazer escuta dentro das prisões ou de bandidos. É uma polícia cuja inteligência se limita à escuta.

Isso aliado à questão do gigantismo do sistema prisional de São Paulo, que tem 40 mil pessoas. É muito difícil de controlar as visitas, o que estão levando. O que você tem, não é nem uma torneira aberta, é uma enxurrada mesmo.

Essas coisas somadas geraram um sistema que funciona muito mal e, pior, é muito violento. O PCC surgiu nas cadeias; é um movimento de reivindicação de dentro das cadeias. O que fortalece o PCC é a reação violenta da sociedade tem em relação aos presos.

Folha - Como assim?

Beato - Pessoalmente, acho que, por mais dramático que seja -e nunca vi uma situação tão dramática na segurança pública, em termos de reação de um grupo organizado-, isso por outro lado é sintoma de uma debilidade. É coisa de quem está acuado, de animal acuado. A gente sabe que os cartéis da Colômbia, quando foram mais acuados, foi a época em que foram mais violentos. Matavam juízes e inocentes na rua.

Folha - O que as autoridades devem fazer com os líderes do PCC?

Beato - Esses criminosos tinham que estar separados. Misturar presos perigosos e comuns é uma idéia muito ingênua de que prisão recupera alguém. Se a pessoa tem alguma chance de recuperação, não a ponha na cadeia. Para essas lideranças as prisões tinham que ser federalizadas. Botar lá no meio do Amazonas, sem celular nem nada. E deixá-los trancados lá. Esses caras não têm recuperação.

(SERGIO TORRES)

GUERRA URBANA

Governo afirma que todos tinham ligação com o PCC, mas não divulga nomes

Em 12 horas, polícia mata 33 suspeitos e prende 24

ANDRÉ CARAMANTE
DA REPORTAGEM LOCAL

Na guerra declarada à facção criminosa PCC, a polícia de São Paulo matou 71 pessoas. Apenas entre a noite de segunda-feira e a manhã de ontem, em cerca de 12 horas, foram 33 mortes.

Apesar de não revelar a identificação dos mortos, a Secretaria da Segurança Pública afirma que todos eles tinham ligação com o grupo criminoso ou estavam relacionados diretamente aos atentados nos últimos dias.

Na noite de segunda, quando o comandante-geral da PM, coronel Elizeu Eclair Teixeira Borges, fez um pronunciamento em que pediu calma à população, o número de pessoas mortas sob a acusação de participação em ataques às forças de segurança era de 38. De segunda para terça, em pouco mais de 12 horas, houve um aumento de 87% nas mortes cometidas pelas polícias em todo o Estado de São Paulo.

Ainda segundo o governo, até segunda-feira 91 pessoas haviam sido presas por suspeita de ligação com a onda de violência; ontem, esse número era de 115. Isso significa que as polícias, em apenas 12 horas, realizaram 21% do total de prisões efetuadas em todos os dias anteriores de violência (sexta, sábado, domingo e segunda), enquanto as mortes subiram 87%.

Segundo a contabilidade oficial, os mortos já chegam a 115 (71 acusados de ligação com a facção, 23 PMs, seis policiais civis, três guardas municipais, oito agentes penitenciários e quatro cidadãos). Em rebeliões, houve 17 mortos, o que totaliza 132.

Desde domingo, a Folha pede à Segurança Pública a lista completa com os nomes e a ficha criminal das pessoas que, segundo o próprio órgão, tinham participação nos ataques e foram mortas pela polícia. Até a conclusão desta edição, a resposta foi a mesma: "Estamos consolidando os dados, que serão divulgados em breve".

Ontem, a reportagem pediu um pronunciamento do secretário da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, sobre a letalidade policial. Segundo seus assessores, ele não falaria sobre o aumento de mortos pelas polícias "para evitar o uso político de uma fala dele".

Até agora, passadas mais de 24 horas após o PCC ter determinado, de dentro de prisões de segurança máxima e com o uso do telefone celular, o fim da afronta ao Estado, a Segurança Pública não responde também às seguintes questões: o local exato de cada uma das 71 mortes nos "confrontos", como elas ocorreram, se os feridos pela polícia foram encaminhados a hospitais ou se os corpos ficaram nos locais dos embates para a realização de perícia, quantas armas de policiais e de acusados foram apreendidas para exame de balística e a ficha de antecedentes criminais dos mortos.

Na madrugada, às escuras

Durante a madrugada de ontem, a Folha percorreu todas as regiões da capital e parte da região metropolitana. Em muitos lugares, principalmente na zona norte, onde existe uma grande concentração de casas de PMs, vários carros da corporação estavam totalmente apagados, o que contraria o regulamento dos policiais. Apesar dos 33 mortos em "confrontos", a reportagem não conseguiu chegar a tempo para fazer imagens dos corpos das vítimas em nenhum dos casos.

Somente no bairro de São Mateus, na zona leste, entre as 22h15 de segunda e as 3h de ontem, cinco pessoas "que teriam reagido à abordagem", segundo homens da PM, foram mortas. Em Osasco (Grande São Paulo), dois acusados de atirar contra o fórum da cidade também foram mortos pela PM. Outros dois, que teriam jogado uma granada contra uma base comunitária da PM, foram perseguidos e baleados na vizinha Carapicuíba; um deles morreu. A Rota matou outros dois homens em Guarulhos. Eles estariam com coquetéis molotov.

Para o professor da faculdade de direito e diretor clínico do Programa de Direitos Humanos da Universidade de Harvard, James Cavallaro, 43, "apesar de a polícia ter sofrido os ataques terríveis dos últimos dias, isso não dá carta branca para matar quem quiser e como quiser".

Segundo Cavallaro, que dirigiu no Brasil durante sete anos a Human Rights Watch, vários colegas de universidade, uma das mais importantes do mundo, têm perguntado sobre o ocorrido em São Paulo nos últimos dias, mas não conseguem entender completamente os crimes ligados ao PCC.

"Todos esses casos de morte, os cometidos pelo PCC, assim como os cometidos pelas forças de segurança, precisam ser investigados. O sentimento de vingança é normal. As forças da lei não podem agir com espírito vingativo. É preciso ficar dentro da lei, mesmo em tempos difíceis. Caso contrário, a polícia vira mais uma quadrilha, uma gangue, um grupo armado agindo sem lei", disse Cavallaro.

Segundo o procurador-geral de Justiça de São Paulo, Rodrigo César Pinho, "o Ministério Público não compactua com execuções sumárias e os excessos das corporações serão investigados".

GUERRA URBANA REAÇÃO

Meninos de 3 e 5 anos são obrigados a encostar as mãos na parede durante incursão de policiais na zona sul de São Paulo

Em favela, Rota 'dá dura' até em crianças

LAURA CAPRIGLIONE
DA REPORTAGEM LOCAL

MARLENE BERGAMO
REPÓRTER-FOTOGRAFICA

A garotinha de três anos mal sabe falar. Mas a palavra "polícia", pronunciada pela reportagem em uma visita-surpresa à creche improvisada em um barraco na favela dos Pilões (zona sul de São Paulo), faz a menina - olhos negros, grandes e redondos, e pertecido maria-chiquinha - ter uma reação surpreendente: ela se aproxima da parede, põe as mãos para trás e abaxa o rosto enquanto repete: "Políça, políça". A mulher que cuida das crianças pede ao menino de cinco anos que explique o que acontece. Ele diz: "A polícia entrou aqui, mandou todas as crianças encostarem na parede desse jeito e falou que levaria todos nós para a Febem se a gente não contasse onde estavam escondidas armas e drogas". O garoto se juntou à menininha, mãos na parede. Mais sete crianças repetiram o ato.

Uma jovem de 12 anos conta que o irmão de dez andava na semana passada por um beco quando um PM ofereceu R\$ 1 em troca de informações: "Onde moram os bandidos daqui?", perguntou o policial.

"Agora, veja a tragédia que podia ter acontecido se o menino resolvesse falar alguma coisa para pegar o R\$ 1", diz a avó, que tinha ido à creche, vinda do trabalho como doméstica, para pegar as crianças e levá-las ao barraco da família.

Na última quarta-feira, às 23h30, os becos da Pilões mancharam-se de sangue. Uma incursão da temida Rota acabou com três mortos.

Idosos, crianças, mulheres, adolescentes, homens e mulheres, um total de 78 pessoas - contadas uma a uma -, fizeram questão de acompanhar a Folha pelas ruelas escuras e pelos becos da Pilões na tarde e noite de quinta-feira.

Queriam mostrar o caminho que os jovens mortos teriam percorrido até o momento em que foram obrigados pelos PMs a se deitar de bruços no chão de uma área com menos de 16 m2, chamada de "campo de futebol", para receber os tiros.

O nome "campo de futebol" é uma reliquia da época em que a Pilões ainda tinha grandes áreas livres.

Hoje, o "campo" está ocupado por casas de tijolo baiano, grudadas umas às outras - só sobrou a pequena área onde os rapazes teriam sido chacinados pelos PMs.

Pedido de misericórdia

A moradora de uma casa colada ao "campinho" conta: "Um dos meninos pedia: 'Pelamordedeus, não me mata, deixa eu ir embora'". Os quatro filhos dela, pernambucana, doméstica, que ganha dois salários mínimos por mês e acorda às 5h para trabalhar na Vila Mariana, já dormiam. A menorzinha, oito anos, acordou no meio da confusão e se assustou com os pedidos de misericórdia.

"Eu fiquei com medo de eles matarem minha mãe também", disse a menina. "E chorei na hora em que eles atiraram. Minha mãe falou pra eu não chorar, que, senão, os homens matavam a gente também."

"Cuidado aí", advertem a reportagem. Alguém num barraco acima (é um declive) começou a tomar banho - o corretozinho de água e sabão começou a molhar os pés de todos.

Os mortos chamam-se Cristiano Augusto Rodrigues, 28, e os irmãos Jefferson do Carmo Pereira, 27, e Rogério do Carmo Pereira, 24.

Um primo de Cristiano dá a ficha: "Ele sofria de epilepsia. Tinha quase 30 anos, mas era como uma criança", diz, referindo-se a um retardado mental. "Tomava remédios e fazia bico em reciclagem de plástico."

Jefferson e Rogério eram metalúrgicos desempregados. Nos últimos tempos, atuavam como vigias noturnos em um estacionamento vizinho à favela. Ganhavam R\$ 600 por mês, sem carteira assinada.

Entravam às 23h30 e saíam às 8h30.

Segundo a mãe dos jovens, 46, foi o patrão quem arcou com os custos do enterro, feito em urnas de padrão "nobre", na classificação do serviço funerário municipal, ao preço de R\$ 1.259 cada uma. "A gente não tinha condições", disse a mulher. No velório dos filhos, ela se jogou sobre o caixão de Robson, a janelinha aberta sobre o rosto do rapaz. Soltou um grunhido gutural, antinova da Globo, o som do desespero.

A dona de um bar na favela disse que, na noite em que morreram, os rapazes passaram pelo estabelecimento dela para tomar cerveja. "Quando saíram para ir trabalhar, deram o azar de cruzar com a Rota."

"Os policiais chegaram à favela pela rua que margeia a linha de transmissão da Eletropaulo. Lá, recolheram o Cristiano. Foram subindo a favela e catando quem encontravam."

Os soldados perguntaram aos rapazes quem tinha "passagem". Rogério disse que, sim, teve uma bronca com a polícia. Passou um mês preso, por roubo de dois maços de cigarro em um posto. Segundo vizinhos, os demais nem chegaram a responder. Os PMs descarregaram as armas neles.

"A Rota apaga"

"A mãe dá à luz, a Rota apaga." O dístico, relata um jovem, soldado do Exército e morador da favela de Heliópolis, vizinha à Pilões, é gritado pelos policiais toda vez que invadem a área. Outra frase de efeito moral é "Deus cria, a Rota mata".

Todos os moradores entrevistados, pessoas que estavam nas ruas e vielas durante a visita-surpresa da Folha, ou que foram saindo de suas casas, não precisaram de estímulo para falar. Queriam apenas não ser identificados na reportagem - medo de represálias dos policiais. Todos narraram cenas do terror rotineiro que lhes é imposto pelos soldados da PM.

"Eu já tive de trocar três vezes a porta de casa. É que os policiais mandam deixar a porta só encostada. Se estiver trancada, eles derrubam a pontapé."

"Minha casa tem dois portões de ferro. Não é contra bandido, aqui ninguém rouba ninguém. É pra proteger da polícia." Três mulheres e uma adolescente acusaram a polícia de abordar as que chegam do trabalho ou da escola, chamando-as de "puta", "vagabunda" ou "vaca". "Já fizera isso comigo; eram cinco da tarde e eu estava voltando da escola", diz uma menina de 12 anos.

Um operário conta que policiais arrombaram sua casa para pegar uma camisa e, com ela, limpar os sapatos. "Eu fui lá reclamar na delegacia, mas me disseram que eu esquecesse: polícia não faz BO [boletim de ocorrência] de polícia."

"Eles querem fazer todo mundo acreditar que aqui [na favela] só tem bandido, PCC, mas não é assim. Os caminhões das Casas Bahia, da Marabrás, entram sempre aqui e nunca foram roubados."

"Essas lâmpadas da rua: de noite, a gente tem de desligar. Se eles [policiais] entram e encontram as luzes acesas, arrebentam com tiros. Olha só essa luminária [e aponta para uma, esburacada, sem lâmpada]."

No enterro dos irmãos, sexta-feira, às 17h40, uma parente, estudante de direito, reclamou: "A polícia mata uns jovens bestas e sem futuro como eles, enquanto o bonzão do PCC [refere-se ao líder Marcos Williams Herbas Camacho, o Marcola], fica no berr-bom, falando em celular, recebendo visita e dando entrevista - como se fosse cantor popular. As coisas estão de cabeça para baixo, não é?"

GUERRA URBANA

Essa população está em regiões de SP onde predominam o desemprego, a baixa escolaridade e a pouca oferta de serviços

Para o pesquisador Pablo Tiarajú D'Andrea, do Centro de Estudos da Metrópole, ilegalidade é muito sedutora para as pessoas carentes

Maioria dos jovens mora em área de risco

Jovem domina bola na periferia de São Paulo; Estado e município afirmam não ter verbas disponíveis para levantar dados específicos sobre a situação juvenil em áreas de vulnerabilidade

MARCELO BILLI

DA REPORTAGEM LOCAL

Mais da metade dos jovens de São Paulo vive em áreas e condições que os deixa vulneráveis ou em condições de risco. Risco de não conseguir estudar para superar a pobreza ou risco de optarem por "atalhos socioeconômicos". Esses atalhos, na maioria das vezes, traduzem-se por atividades ilegais, em maior ou menor nível.

A fotografia mais recente da população brasileira foi feita em 2000, quando o IBGE realizou o último censo disponível. Com base nesses dados, a Fundação Seade descobriu que nada menos do que 65% da população entre 15 e 19 anos vivia na periferia da cidade.

Mais: os indicadores dos distritos onde moram esses jovens sugerem que eles estão imersos em um universo onde reinam o desemprego, baixos níveis de renda e escolaridade e acesso precário a serviços públicos.

Com base nos indicadores socioeconômicos, o Seade organizou um índice de vulnerabilidade da juventude e ranqueou os distritos da capital.

Atualização

Os números mudaram desde então. A população cresceu, o emprego e a renda subiram e pesquisas sugerem que o setor público chegou a mais áreas.

Mas quem trabalha com os jovens da periferia diz que as mudanças são marginais, e que o Censo 2000 ainda é um retrato fiel das condições de vida da população das áreas pobres.

"Pode ser que em determinado bairro a realidade tenha mudado, por conta de programas específicos. Mas a tendência de distribuição de bens, de grau de acesso a serviços, de padrão de vida continuou a mesma", diz Beat Wehrle, do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos.

Os mapas de vulnerabilidade social mostram, para a juventude paulistana, o mesmo abismo sugerido pelos indicadores de distribuição de renda em São Paulo. Em Cidade Tiradentes, (zona leste), a taxa de homicídio entre os homens de 15 a 19 anos é de 292 por 100 mil habitantes. No Jardim Paulista, a relação cai para 13 por 100 mil.

"A ilegalidade é muito sedutora para população jovem dessas áreas. [Eles são] carentes não só de serviços públicos mas sofrem [também] com o que podemos chamar de falência geracional. Os pais não conseguem alcançar um objetivo e os filhos tentam um caminho diferente", diz o pesquisador Pablo Tiarajú D'Andrea, do Centro de Estudos da Metrópole.

Nem sempre o Estado está ausente na periferia paulistana. Cidade Tiradentes, por exemplo, foi construída pelo Estado. D'Andrea lembra que o primeiro prédio do conjunto habitacional que deu origem ao distrito, onde vivem hoje mais de 200 mil pessoas, foi inaugurado em 1975. Mas, diz ele, a relação entre o poder público em áreas como Cidade Tiradentes e o Jardim Paulista -região onde os jovens estão menos vulneráveis dentre todas as demais da cidade, segundo o Seade- é muito diferente.

"Sempre haverá um cuidado contínuo com áreas como a avenida Paulista. Em Cidade Tiradentes, o cuidado depende dos ventos políticos na administração pública", diz.

Estudos

Estado e município não têm recursos para levantar dados sobre os jovens da periferia. O Censo é feito, quando muito, uma vez por década. Hoje, os pesquisadores só podem supor as condições de vida da juventude paulistana baseados no que ocorria em 2000.

Há, porém, algumas pesquisas de opinião sobre o que pensam os jovens brasileiros. As últimas foram feitas no final de 2003. O Instituto Cidadania entrevistou mais de 2.000 jovens da cidade. O retrato era o mesmo do censo, ainda que mostrasse a situação sobre outros ângulos.

A pesquisa apontou que, nas áreas mais ricas, 36% dos jovens entre 15 e 19 anos estavam em escolas privadas. Nas mais pobres, 91% recorriam à escola pública. Ou seja, onde o Estado é mais ausente estão os jovens que mais precisam dele.

GUERRA URBANA

Governo tem 72 horas para divulgar lista

Ministério Público quer informações sobre os 109 mortos em confronto com a polícia por conta dos atentados do PCC

Procurador afirma que o não cumprimento incorre em crime de desobediência sujeito a pena de 15 dias a seis meses de detenção

REGIANE SOARES
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

O Ministério Público Estadual de São Paulo determinou prazo de 72 horas -a contar a partir de hoje- para que o governo estadual divulgue a lista com a relação dos 109 suspeitos mortos pela polícia em consequência dos atentados liderados pela facção criminosa PCC. O pedido foi encaminhado ontem à tarde ao delegado-geral, Marco Antônio Desgualdo, ao comandante-geral da Polícia Militar, Elizeu Eclair Teixeira Borges, e ao diretor do IML (Instituto Médico Legal), Hideaki Kawata. No caso do IML, o prazo para o envio dos laudos periciais é de cinco dias. Em nota à imprensa, a Secretaria da Segurança Pública disse que só se manifestará quando receber a notificação. O procurador-geral de Justiça, Rodrigo Pinho, explicou que a iniciativa do Ministério Público "é uma ordem", e o não-cumprimento incorre em crime de desobediência sujeito a pena de 15 dias a seis meses de detenção. A punição está prevista no artigo 330 do Código Penal. Ou seja, caso o governo não responda à requisição até quinta-feira, o procurador-geral poderá abrir inquérito para apurar a responsabilidade sobre o crime de desobediência. A Folha solicita essa listagem desde o domingo retrasado. Mas a pasta da Segurança diz que só repassará os nomes após a instauração dos inquéritos policiais -para não atrapalhar as investigações. A solicitação do Ministério Público faz parte do inquérito instaurado para apurar eventuais abusos de poder cometidos por policiais civis ou militares entre os dias 13 e 18. Um outro procedimento investigará eventual prática de improbidade administrativa praticada por membros do IML e da Secretaria da Segurança Pública no enterro de mortos sem identificação. Para o procurador-geral, a não divulgação da lista foge à regra e gera um fato político "absolutamente" desnecessário. "Dentro do Estado democrático de Direito prevalece o princípio da publicidade. Não sendo decretado sigilo, não vejo razão jurídica ou operacional que justifique a não revelação dos nomes", disse Pinho. Ontem, o Ministério Público Federal e outras cinco entidades encaminharam um ofício a Pinho afirmando que há "indícios graves" de que houve excessos de agentes policiais, que incluem "o extermínio de civis não envolvidos em atividades criminosas". Já o presidente do Cremesp (Conselho Regional de Medicina de São Paulo), Desiré Carlos Callegari, afirmou que entregará hoje um relatório técnico ao Ministério Público e à Defensoria Pública do Estado com as descrições dos cadáveres de suspeitos mortos em supostos confrontos com a polícia. "O relatório não tem o caráter investigativo, de dizer se [a morte] foi execução, homicídio, suicídio. O relatório vai informar que foi visto o cadáver tal, que apresenta tais coisas [como perfurações]", disse. Ele ressaltou que a entidade não tem poder de investigar.

Colaborou AFRA BALAZINA , da Reportagem Local

Após acusação de exagero, TV adota tom "light"

DA REPORTAGEM LOCAL

As TVs, acusadas pela polícia de ajudar a criar o clima de pânico em São Paulo nos ataques de maio do PCC, adotaram ontem um tom mais "light" na cobertura da nova onda de atentados. Desta vez, não alteraram suas programações para manter repórteres ao vivo horas a fio.

A Record decidiu cancelar em cima da hora um programa especial sobre os atentados que seria levado ao ar no fim da tarde. A emissora também aderiu a uma prática que a Globo já vinha adotando: tirar a sigla PCC do noticiário. Apresentadores e repórteres falavam ontem em "a mais importante facção criminosa de SP".

Na Globo, o PCC foi "rebaixado" de "facção criminosa" para "quadrilha". A determinação veio em um comunicado da direção de jornalismo na última segunda-feira. Usar "facção criminosa" não é proibido, mas deve-se dar preferência a "quadrilha" ou "bando". **(LAURA MATTOS E DANIEL CASTRO)**

Bombas e tiros atingem 34 agências bancárias no Estado, deixando um ferido

RICARDO GALLO
DA REPORTAGEM LOCAL

Ataques consecutivos na madrugada de ontem atingiram, com metralhadoras e bombas de coquetel molotov, 34 agências bancárias no Estado, 12 delas na capital. Um homem ficou ferido. Ninguém foi preso.

Na ação mais ousada, na Vila Prudente (zona leste), criminosos jogaram um carro contra uma agência do Unibanco e atearam fogo ao automóvel. O veículo atropelou o morador de rua Gilmar Xavier de Almeida, 46, que dormia sob a marquise. Ele está internado no Hospital Estadual da Vila Zelina com trauma crânio-maxilofacial. Não tem previsão de alta, mas seu estado é estável.

O crime ocorreu às 4h, na avenida Zelina. Uma Ecosport preta parou no estacionamento em frente à entrada da agência, o motorista saiu e, segundo a polícia, provavelmente colocou um suporte no acelerador para fazer o carro, engatado, andar.

"O banco do carro estava cheio de álcool. Tanto que a primeira parte que pegou fogo foi a traseira", afirmou uma testemunha que pediu anonimato. O criminoso fugiu numa motocicleta vermelha, que o acompanhava na ação. "Foi um susto muito grande."

Um outro morador de rua, de cerca de 50 anos, dormia na marquise, mas não se feriu.

Preta por causa da fuligem, com pedaços de ferro retorcido, borracha e vidro espalhados no chão, a agência não funcionou ontem. Durante todo o dia, a agência reunia curiosos, assustados com o que ocorreria. O fenômeno consistia em observar, atônitos, o cenário de destruição pós-ataque.

"Vim tirar dinheiro. Não sabia que tinham feito isso. Eles [criminosos] têm que atacar os políticos corruptos, não os bancos", disse o aposentado Waldemar, 67 -ele não quis fornecer o sobrenome.

Ferro retorcido

Também na zona leste, o Bradesco da avenida São Miguel, na altura da Penha, foi atingida com bombas e tiros. Três caixas eletrônicos estavam carbonizados, as janelas, sem vidro, estavam retorcidas e parte do teto de gesso desabou.

Outras duas agências do banco, na avenida do Cursino (zona sul) e na avenida Marechal Tito (em São Miguel Paulista) foram atacadas.

Em Arthur Alvim (zona leste), três agências -do Banespa, Itaú e Banco do Brasil - foram atingidas em menos de 300 metros, na avenida Maciel Monteiro. As duas primeiras foram metralhadas; a última, alvo de uma bomba. A poucos quilômetros dali, um coquetel molotov explodiu nos caixas eletrônicos de um Banco do Brasil da avenida Paranaguá, em Ermelino Matarazzo.

Foi a terceira vez que os bancos passaram a figurar na lista de alvos dos criminosos. Em maio, na primeira onda de ações atribuídas ao PCC no Estado, 19 agências bancárias foram atacadas; em julho, 14.

Em nota, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) manifestou "indignação" em relação aos ataques, mas ressaltou confiar no poder do Estado em "garantir a ordem pública e a segurança da população". O sindicato dos bancários de São Paulo e Osasco quer que as agências atacadas reabram apenas se apresentarem condições de segurança.

Após 41 h, jornalista seqüestrado é solto

Guilherme Portanova foi deixado no Morumbi 24 horas depois da divulgação das reivindicações do PCC, uma exigência da facção

Repórter pegou uma carona e foi deixado na porta da sede da Rede Globo e aparentava não ter traumas físicos quando chegou

Keiny Andrade/Folha Imagem



Aparelho de TV em guarita na portaria da Rede Globo, em São Paulo, mostra a transmissão do comunicado atribuído ao PCC

DA AGÊNCIA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA
DA REPORTAGEM LOCAL

O jornalista Guilherme Portanova, 30, foi libertado por volta da 0h30 de hoje, após quase 41 horas de seqüestro. A libertação ocorreu no Morumbi (zona sul de São Paulo) cerca de 24 horas depois da divulgação pela Globo de um CD com um manifesto da facção criminosa PCC.

A **Folha** apurou que o repórter pegou uma carona na rua e foi deixado na frente da emissora, que fica na av. Luís Carlos Berrini, no Brooklyn, também na zona sul. Portanova, que não aparentava traumas físicos, entrou por uma portaria secundária e pediu para ver os pais.

Portanova foi seqüestrado na manhã de sábado com o auxiliar técnico Alexandre Calado, 27. A divulgação do CD na televisão foi uma exigência dos seqüestradores para soltar o jornalista. O CD chegou à TV Globo pelas mãos de Calado, que foi libertado por volta das 22h30 de sábado, a menos de um quilômetro da emissora, na zona sul de São Paulo.

A polícia, que estava em alerta máximo na região, não conseguiu descobrir de qual carro ele desembarcou.

Calado recebeu o CD com a ordem de colocar as imagens no ar o mais rápido possível. Disse ter recebido o seguinte aviso: "A vida do teu colega está na tua mão". A Folha apurou que o técnico e sua família também foram ameaçados.

As imagens foram divulgadas à 0h28 de ontem, mas durante o dia não houve mais nenhum contato dos seqüestradores. A Globo exibiu o CD em rede estadual e editou as imagens. Cortou a introdução na qual eram mostradas armas de guerra, dinamites, granadas e coquetéis molotov. O vídeo foi transmitido no intervalo do "Supercine", que, na Grande SP, costuma ter mais de dez pontos no Ibope, o que equivale a mais de 550 mil domicílios. À noite, a emissora exibiu parte do manifesto no "Fantástico".

A **Folha** recebeu na última quarta-feira uma cópia do CD, cuja autenticidade não era comprovada. Relatou parte do seu conteúdo em reportagem publicada na quinta-feira.

Uma outra cópia do CD foi jogada, na sexta-feira, no estacionamento do SBT, que a encaminhou à Promotoria. Parte do comunicado repete quase na íntegra trechos de parecer do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, de abril de 2003. O órgão apontava, na ocasião, aquilo que considerava ilegalidades do RDD.

O vídeo foi encaminhado para perícia em busca de digitais. A voz foi comparada com diálogos de seqüestradores gravados pela polícia. A polícia requisitou imagens das câmeras das rodovias a fim de tentar descobrir se o Gol utilizado no seqüestro deixou a cidade.

Por volta da 1h de ontem, o diretor de Jornalismo da TV Globo São Paulo, Luiz Cláudio Latgé, contou que o auxiliar técnico foi levado até as cercanias da Globo no porta-malas de um carro.

(RACHEL AÑON, REGIANE SOARES, KLEBER TOMAZ, ANDRÉ CARAMANTE, JANAÍNA LEITE, FÁBIO TAKAHASHI)

ANEXO B – Amostra das Matérias do O Globo

Ataques por causa de milícias

Disputa de policiais com o tráfico pode ter provocado união inédita entre facções

Uma inédita união entre facções criminosas contra a atuação de milícias de policiais nos territórios dominados pelo tráfico pode ter desencadeado a violenta onda de ataques que aterroriza o Rio, da Zona Norte à Zona Sul, desde a madrugada de ontem. Até as 21h de ontem, pelo menos 15 ataques criminosos contra ônibus, comércio e alvos policiais eram computados, com 18 mortos e 32 feridos, inclusive civis. Numa contagem extra-oficial, no entanto, o número de atentados pode passar de 26.

O secretário de Administração Penitenciária, Astério Pereira dos Santos, disse que as milícias estão fazendo as quadrilhas de traficantes se unirem.

- Essas milícias são uma nova facção que se formam no Estado do Rio. Daqui a pouco, terá que ser criada uma prisão especial para seus integrantes. As facções estão se unindo, coisa que seria impensável anteriormente - afirmou.

Já o secretário de Segurança Pública, Roberto Precioso, preferiu atribuir a onda de violência à mudança de governo.

- Esse assunto de milícias é uma grande besteira - disse Precioso.

Para ele, os ataques foram orquestrados por presos que estão "forçando a barra" para negociar regalias na próxima administração.

Astério - que indicará seu sucessor - negou que sua pasta possa ter contribuído para os atentados. Ele sustentou que o movimento partiu de fora para dentro dos presídios:

- No serviço de inteligência dele (Precioso), há documentos que comprovam a motivação para a reação às milícias.

Astério contou Precioso chegou a procurá-lo de manhã para convencê-lo de sua versão.

- Repudio a observação do secretário Precioso. Eu me sinto lisonjeado por ele estar valorizando o meu trabalho, uma vez que ele aponta que os presos fizeram o movimento para buscar regalias - rebateu.

Durante entrevista coletiva na Secretaria de Segurança Pública, Precioso afirmou que o ataque poderia ter sido ainda mais grave, não fosse a resposta rápida da polícia, que ocupou favelas para deter as tentativas de traficantes de retomá-las. Ele comparou o ataque de ontem à guerra de São Paulo:

- Com as informações colhidas pela nossa área de inteligência, conseguimos evitar, apesar das lamentáveis mortes de policiais e inocentes, que houvesse uma tragédia de dimensão maior, como a ocorrida em São Paulo, onde centenas de pessoas foram assassinadas - avaliou Precioso, admitindo que existe a possibilidade de novos ataques até mesmo durante o réveillon, mas garantiu que "a força policial máxima já está sendo empregada para garantir total segurança à população e aos turistas".

No entanto, um traficante usou ontem a frequência de rádio da Polícia Militar para passar um recado ao governo do estado:

- Os moradores da favela estão tudo (sic) passando fome por causa dos bondes da milícia...Cuidado que nós vai (sic) explodir o batalhão.

Chefes das duas polícias se calam

A ousadia dos bandidos e o fato de a ação das milícias estar por trás dos ataques irritaram o chefe de Polícia Civil, Ricardo Hallak. Ele perdeu a paciência quando perguntado sobre as causas de tanta violência.

- Não tem cabimento eu achar alguma coisa. Seria como um médico achar alguma coisa sobre um paciente. Para isto existe inquérito policial, para apurar autoria, materialidade e motivação do crime - disse Hallak, acrescentando que há inquéritos nas delegacias da Penha, de Jacarepaguá, Tijuca e Botafogo.

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Hudson de Aguiar, também não quis comentar o assunto.

Autoridades encarregadas das investigações não descartaram a possibilidade de a onda de terror ter origem também na transferência de presos do Complexo da Frei Caneca, no Centro. Ao todo, 1901 detentos foram levados, contra a vontade, para presídios em Água Santa; em Japeri, na Baixada Fluminense; e Gericinó. O grupo que mais reclamou e chegou a iniciar um protesto há duas semanas era formado por ex-policiais condenados que cumpriam pena no presídio Pedrolino de Oliveira (PO). Ao todo, 149 policiais estavam divididos confortavelmente em sete galerias e 245 celas individuais. No dia 11, eles foram transferidos para Gericinó.

Facções sempre travaram guerra

As facções criminosas do Rio sempre travaram uma guerra sangrenta pelo domínio de morros e de presídios. A mais antiga delas surgiu por volta de 1975, no Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, onde presos comuns acabaram trocando experiência com presos políticos na Galeria B do presídio. Os presos comuns haviam sido condenados com base na Lei de Segurança Nacional, numa tentativa por parte do governo militar de equiparar os revolucionários de esquerda a criminosos comuns. Outra facção apareceu na década de 90, após uma dissidência. Teve apoio de policiais que passaram para o lado do crime. Rapidamente passou a dominar o comércio de drogas na cidade. Em 1998, aliou-se a outra facção que surgiu nos presídios.

Milícias começaram em Rio das Pedras

O primeiro modelo de milícia em favelas surgiu em Rio das Pedras, em Jacarepaguá, há mais de 20 anos. Uma guerra interna em 1978, em que os moradores enfrentaram os traficantes, foi o estopim. Um vendedor de lingüiça, de nome Tarcílio Silva e que morreu em 1985 assinado no Anil, foi o precursor. Como nas histórias do cangaço, Tarcílio teria comandado a luta contra os bandidos depois de sofrer um atentado.

Atualmente, existem 92 favelas do Rio - onde milhares de moradores e comerciantes são obrigados a pagar taxas de "proteção" - ocupadas por milícias. Segundo relatórios da Subsecretaria de Inteligência (SSI) da Secretaria de Segurança e do Gabinete Militar da prefeitura do Rio, a cada 12 dias uma favela dominada pelo tráfico é tomada por milícias no Rio.

Legenda da foto: O ÔNIBUS EM CHAMAS no Trevo das Missões no início da madrugada de hoje, um dos 15 ataques criminosos registrados em menos de 24 horas, com pelo menos 18 mortos e 32 feridos, inclusive civis

Autor: /Editoria: Rio / Tamanho: 983 palavras/Edição: 1 / Página: 10/Coluna: / Seção: / Caderno: Primeiro Caderno / Data: 29/12/2006

'Caixinha' financiou ataques de dezembro

Lista apreendida pelo Bope mostra contribuições de bandidos para crimes

Isabel Boechat*

Uma lista apreendida ontem por policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) mostra que bandidos de uma facção criminosa fizeram uma "caixinha" para financiar os ataques do dia 28 de dezembro do ano passado. A relação, que estava no Morro da Chatuba, na Penha, era distribuída às favelas dominadas pela mesma quadrilha e aos chefes do tráfico nos presídios Bangu I e III.

Na lista, estão registrados doações das comunidades, gastos do mês de dezembro, negociação para a soltura de presos, compras de munição e granadas, envio de dinheiro para presos, pagamento a advogados e compra de material para a "missão do dia 28". O papel seria uma espécie de circular com a prestação de contas da "caixinha". Segundo policiais do Serviço Reservado do Bope, as bocas-de-fumo destinaram à "caixinha" parte do seu lucro. O Morro da Fazendinha, por exemplo, doou R\$11 mil.

No dia 1º de dezembro, saíram da "caixinha" R\$4,4 mil, que, segundo a lista, serviu para que "os amigos desenrolassem um carro da Federal e três celulares", que seriam usados pelos traficantes conhecidos como Tchutchuca, Gerinho e Jancen. Em dezembro, a facção tinha em caixa R\$230 mil. Desse valor, foram gastos R\$135 mil, boa parte com os ataques do dia 28.

A relação mostra que os ataques foram organizados com pelo menos um mês de antecedência. Uma das anotações diz: "Dia 7/12/06 - R\$2,5 mil para compra de granadas usadas na missão do dia 28". Também estão relacionados prejuízos sofridos durante os ataques: "Dia 29/12, R\$400 para o conserto do fuzil 762 do Tchutchuca (que ficou quebrado na missão do dia 28).

* Do Extra

Jornal: O GLOBO / Autor: Isabel Boechat / Editoria: Rio / Tamanho: 306 palavras / Edição: 1 / Página: 18 / Caderno: Primeiro Caderno / Data: 09/05/2007

Bandidos com táticas militares

Gustavo Goulart

Táticas militares de guerra estão sendo usadas por traficantes da Vila Cruzeiro para impedir as operações policiais. Uma delas é o monitoramento de todos os passos dos policiais com a ajuda de radiotransmissores. Nessas conversas, pode-se perceber que os bandidos estão divididos por setores numerados. Segundo policiais, essa organização é trabalho de ex-integrantes das Forças Armadas cooptados pelo tráfico.

- Fica atento aí no setor 29 - alerta um traficante pelo rádio.

- Tô na laje do setor 12. Beleza nada. Tá cheio de PM aqui - respondeu o outro.

Um traficante, escondido na mata, pede munição aos cúmplices:

- Tô deitado aqui na mata. Tô precisando de bala. Tem cinco aqui.

- Se o Bope entrar aqui vai morrer - diz o traficante do setor 12.

Segundo fontes da Polícia Civil, há cerca de 150 traficantes no Complexo do Alemão armados com fuzis e até metralhadoras antiaéreas.

Jornal: O GLOBO / Autor: Gustavo Goulart / Editoria: Rio / Tamanho: 170 palavras / Edição: 1 / Página: 18 / Caderno: Primeiro Caderno / Data: 09/05/2007

PM retira o policiamento ostensivo do Alemão

Traficantes aproveitam para reforçar barreiras contra os carros da polícia e espalhar óleo em ruas de favelas

Cristiane de Cássia

Depois de 11 dias de intensos confrontos e de uma trégua no Dia das Mães, o Complexo do Alemão passou o dia ontem sem policiamento. Embora a PM tendo avisado que só interromperia as operações após prender os bandidos que mataram, no dia 1º, dois policiais em Oswaldo Cruz, o policiamento se limitou à circulação de patrulhas em ruas próximas, como acontece normalmente. Nas favelas, traficantes aproveitaram para reforçar as barreiras contra carros da polícia. Eles chegaram a bloquear completamente o tráfego num dos acessos à Grota, retirando grades de ferro que cobrem uma vala de esgoto.

Um trilho usado como barreira, que deu muito trabalho à polícia para ser retirado na sexta-feira passada, foi recolocado. Os PMs que, com a ajuda de um trator, retiraram o obstáculo, deixaram o trilho na calçada da Rua Alvorada, onde os traficantes iniciaram o uso de outra estratégia: espalhar óleo na pista. Ontem, era possível ver que outras ruas também tinham óleo no asfalto, para fazer os veículos escorregarem.

Secretaria diz que está preparando novas operações

Moradores da Penha estão apreensivos porque ouviram ontem de madrugada alguns tiros e rajadas de metralhadoras. O som vinha da Vila Cruzeiro e eles temem que os bandidos estivessem testando novas armas. Numa conversa supostamente de traficantes da favela, por meio de radiotransmissores, eles diziam uns aos outros que estavam preparados para novos confrontos com a polícia.

O superintendente de Planejamento Operacional da Secretaria de Segurança, coronel Mário Sérgio Duarte, informou que estão sendo realizadas algumas ações de cunho estratégico, que não são visíveis.

- Elas serão entendidas pela população posteriormente. Vamos entrar numa segunda fase e, depois, numa terceira fase da operação - contou.

O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, disse que ação em planejamento será vista em pouco tempo.

- Tudo tem suporte da inteligência. O Bope (Batalhão de Operações Especiais) não é uma tropa de ocupação permanente. Ele vai continuar a fazer o que tem que ser feito. Estamos planejando novas operações em cinco ou seis comunidades.

No segundo dia sem tiroteios, os moradores tentavam voltar à rotina.

- As escolas ainda não reabriram, mas pode ser que voltem a abrir amanhã (hoje). Ainda há muito lixo acumulado na parte alta. Mas os carteiros voltaram a entrar e os telefones, que não funcionavam, estão sendo religados pela operadora - contou um morador da Vila Cruzeiro.

Na parte baixa de favela, coleta de lixo se normalizou

A Comlurb admitiu que ainda encontra problemas para a retirada do lixo na parte alta da Vila Cruzeiro. Na manhã de sábado, durante um mutirão, foram removidas 14,1 toneladas de lixo. O trabalho, porém, teve que ser interrompido devido a uma troca de tiros e ainda não foi retomado. Na parte baixa da Vila Cruzeiro e nas ruas de acesso, a retirada do lixo está sendo feita quase normalmente, sendo excluída apenas a coleta no horário noturno.

A polícia não confirma se vai voltar às favelas da região. Até agora, nenhum dos bandidos procurados foi preso e muitos moradores foram feridos e até mortos por balas perdidas. No total, 46 pessoas ficaram feridas e 15 morreram.

Os 11 dias de operação nas comunidades foram analisados ontem, numa reunião sigilosa.

- O Alemão é uma questão estratégica. Estamos analisando e trabalhando com estratégia, mas não falaremos sobre o que vamos fazer - disse o chefe do Estado-Maior da PM, coronel Samuel Dionísio.

Comandantes de 23 batalhões se reúnem

Comandantes de 23 batalhões estiveram ontem no Quartel-General da PM, no Centro do Rio, mas o coronel Samuel Dionísio informou que o assunto dessas reuniões foi outro. Eles falaram principalmente sobre os novos rádios que estão chegando ao Rio, para serem utilizados pela polícia a partir dos Jogos Pan-Americanos. O principal objetivo é evitar que as faixas de rádio da PM sejam rastreadas por criminosos. Outro tema das reuniões foi o orçamento para conserto de carros blindados, todos eles perfurados por dezenas de tiros.

Em e-mail para a seção de jornalismo participativo Eu-Repórter, do Globo Online, um morador de Olaria criticou a polícia e contou o drama de quem vive perto da Vila Cruzeiro. A janela do apartamento dele foi atingida por uma bala perdida. O leitor enviou a foto da vista que tem agora da Igreja da Penha.

COLABOROU Gustavo Goulart

<http://www.oglobo.com.br/rio>

Legenda da foto: A VISTA da Igreja da Penha através de uma janela atingida por um tiro num apartamento em Olaria

Jornal: O GLOBO / Autor: Gustavo Goulart/Cristiane de Cássia / Editoria: Rio / Tamanho: 779 palavras / Edição: 1 / Página: 13 / Coluna: / Seção: / Caderno: Primeiro Caderno / Data: 15/05/2007

A GUERRA DO RIO: Mais favelas na mira

Secretário diz que 5 outras comunidades serão alvo de operações como a do Alemão

Antônio Werneck e Vera Araújo

A demonstração de força da polícia anteontem no Morro do Alemão será estendida para, pelo menos, outras cinco favelas do Rio. O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, disse que estão sendo planejadas grandes operações nas comunidades mais violentas, onde o tráfico se impõe pela força. Entre as favelas escolhidas pela equipe de inteligência de Beltrame estão a Rocinha, a Cidade de Deus, o Jacarezinho, a Mangueira e o Complexo da Maré.

- Já temos um planejamento, na mesma dimensão que foi feito ontem (anteontem), para outras áreas do Rio. Nós já temos mapeadas outras regiões. Usaremos a inteligência, a exemplo do que fizemos no Morro do Alemão. Nada será aleatório. Não é possível que 200 mil moradores, como é o caso do Alemão, fiquem à mercê de traficantes. Temos que agir, garantir o direito de ir e vir dessas pessoas e dos moradores de outras comunidades - afirmou o secretário.

Favelas teriam 850 homens armados

Apesar de a Rocinha e o Alemão estarem localizados em morros, Beltrame sabe que a geografia da primeira é bem diferente das favelas do complexo na Zona Norte e, portanto, são necessárias estratégias diferentes nas operações:

- No Alemão, retiramos 200 toneladas de entulho que fechavam as ruas. Traficantes usavam táticas de guerra, como jogar óleo na pista e construir casamatas. Na Rocinha, não temos estas particularidades.

O fato de os traficantes ordenarem que seus "soldados" montem guarda na porta das escolas, decidindo o que funciona ou não, é uma das situações que Beltrame aponta como inadmissíveis.

- Na Cidade de Deus e na Rocinha, as escolas só funcionam quando o tráfico decide. Nós temos que nos posicionar, não podemos admitir que isso aconteça - enfatizou o secretário. - O remédio para trazer a paz, muitas vezes, passa por alguma ação que traz sangue.

Juntas, as cinco favelas apontadas como os próximos alvos da polícia teriam um exército formado por cerca de 850 homens fortemente armados. Estimativas dos policiais revelam que os bandidos teriam nessas favelas cerca de 460 fuzis de guerra e seriam sustentados por um faturamento estimado em mais de R\$1 milhão semanais com a venda de drogas. Apenas a Rocinha teria 200 traficantes e cem fuzis automáticos, e seria o local considerado, do ponto de vista logístico, o mais problemático.

- Um confronto demorado com bandidos na Rocinha mexe com toda a Zona Sul. Os principais acessos ao Centro e aos bairros de Ipanema, Gávea e Leblon ficam engarrafados com fechamentos de túneis e ruas. Precisamos de um grande planejamento - disse um policial, preferindo não ser identificado.

Depois da Rocinha, a polícia acredita que seriam também problemáticas as ocupações do Morro da Mangueira, da Favela do Jacarezinho e da Cidade de Deus. As três comunidades teriam um total de cerca de 450 homens fortemente armados, com cerca de 280 fuzis automáticos, sem contar metralhadoras, granadas e pistolas. O poderio bélico tem raiz no grande faturamento na venda de drogas dessas favelas.

Complexo terá R\$350 milhões em obras

Uma série de intervenções urbanas está prevista para o Complexo do Alemão. Além de saneamento, as favelas receberão um teleférico nos moldes de um que foi instalado na Colômbia. A assinatura do convênio - que prevê a liberação de R\$350 milhões pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - será feita na próxima segunda-feira, quando o presidente Lula se encontrará com o governador Sérgio Cabral.

Com seis estações e três quilômetros de percurso, o novo meio de transporte será instalado a 35 metros de altura e interligado à linha do trem. Entre as estações de Bonsucesso e Alvorada, serão cerca de 20 minutos de percurso. Haverá ainda paradas no Morro do Adeus, na Baiana, no Alemão e na Nova Brasília. Cada cabine terá capacidade para transportar dez pessoas de cada vez.

Orçadas em R\$170 milhões, as estações terão áreas de lazer e bibliotecas. De acordo com o vice-governador Luiz Fernando Pezão, as propostas ainda serão discutidas com os moradores.

Outra iniciativa importante para a comunidade é a criação do Parque Serra da Misericórdia, onde funcionava uma pedreira. Serão plantadas árvores numa área de 400 hectares.

"Um confronto demorado com bandidos na Rocinha mexe com toda a Zona Sul. Precisamos de um grande planejamento"

UM POLICIAL CIVIL

INCLUI QUADRO: O PODER DE FOGO DAS PRINCIPAIS QUADRILHAS

Jornal: O GLOBO / Autor: Antônio Werneck/Vera Araújo / Editoria: Rio / Tamanho: 750 palavras / Edição: 1 / Página: 14 / Coluna: / Seção: / Caderno: Primeiro Caderno / Data: 29/06/2007

A GUERRA DO RIO: Secretário de Segurança diz que a polícia não fará ocupação interna no Complexo do Alemão
Apesar das baixas, o tráfico resiste
Com medo, moradores obedecem à lei do silêncio

Cristiane de Cássia

Apesar do duro golpe sofrido anteontem durante a operação da polícia, o tráfico de drogas no Complexo do Alemão resiste. Mesmo abalados psicologicamente com o grande número de mortes e com a chegada da polícia ao topo do complexo, os criminosos deram alguns sinais de que continuam a dominar as favelas da região. Quando policiais militares entraram no Morro da Fazendinha ontem de manhã, foram recebidos com uma bomba artesanal e tiros. Várias escolas continuavam fechadas e imperava entre moradores e comerciantes a lei do silêncio.

O deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL), que esteve na Favela da Grota, disse que o tráfico continua bem armado.

- Percorri a comunidade das 8h30m às 11h30m ouvindo os moradores e não vi policiais, mas vi que o tráfico estava muito bem armado - relatou Freixo.

Os moradores do Alemão aproveitaram a presença do deputado e de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Rio) para reclamar da ausência dos policiais militares ontem dentro das favelas. Um dia após a operação com 19 mortos, 14 feridos e grande quantidade de armamento apreendida, policiais militares apenas entraram algumas vezes no Complexo do Alemão e circularam pelos acessos. Os acessos permaneceram ocupados por agentes da Força Nacional.

- A polícia tem que continuar aqui, até depois do Pan - pediu uma moradora.

Polícia recebeu dezenas de informações de moradores

O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, afirmou que a polícia não fará ocupação interna do Complexo do Alemão. A estratégia escolhida prevê operações para minar o poderio do tráfico de drogas.

O pedido de policiamento feito pela moradora foi uma das raras situações de quebra da lei do silêncio. Quem tentava responder a jornalistas, tinha logo a atenção chamada.

- Está difícil trabalhar, tenho medo, mas não posso falar porque sofremos represália dos "meninos" (traficantes) - contou um comerciante.

- Como posso trazer meu filho de 4 anos para morar comigo no meio dessa violência? Aperta o peito de saudade, mas é melhor ele continuar na Paraíba e voto quando puder - lamentou uma diarista.

A lei do silêncio pode estar sendo imposta por conta da ajuda que moradores deram à polícia durante o planejamento da operação de anteontem. Segundo o superintendente da Subsecretaria Operacional da Secretaria de Segurança, coronel Mário Sérgio Duarte, 150 moradores passaram informações para a polícia. Foram denúncias e dados passados por telefone, visitas à secretaria e na própria comunidade. Até mesmo na operação, havia morador entre os informantes que acompanharam os policiais.

- Passamos quase dois meses conquistando moradores para nos fornecerem informações. Nenhuma mãe gosta de perder seu filho para o tráfico - disse o coronel.

Ontem, próximo aos jornalistas, moradores só abriam a boca para questionar, entre eles, o tempo em que as escolas permaneceriam fechadas. Eles temem que se repita a situação da Vila Cruzeiro, na Penha, onde escolas pararam há dois meses e milhares de crianças têm aulas de forma provisória num Ciep. Ontem, pelo segundo dia seguido, sete escolas e uma creche, que atendem a 4.700 alunos, fecharam as portas. Mas, com exceção da lei do silêncio e das escolas fechadas, a rotina parecia voltar ao normal ontem no Alemão. A maior parte do comércio abriu e funcionários de concessionárias de serviços públicos, como Light, trabalhavam normalmente.

À tarde, apenas um avião sobrevoando a Grota chamava a atenção. Era uma aeronave do Grupo Especial de Inspeção em Voo da Força Aérea Brasileira (FAB), que sobrevoou o local por 15 minutos. Segundo oficiais da Aeronáutica de Brasília, o voo não tinha relação com a operação policial. Provavelmente tratava-se de treinamento para frequência e comunicação do sistema do Aeroporto Internacional.

Corpos estariam sendo enterrados no alto do morro

Gravações telefônicas da polícia, com autorização judicial, e informações passadas por moradores revelam que outros corpos de vítimas da operação de anteontem estariam sendo levados para a localidade conhecida como Matinha, que fica no alto do morro, entre a Favela da Grota e a Vila Cruzeiro. Oficialmente, até agora há 19 mortos, mas policiais estimam que esse número pode ser maior.

- Esconder os corpos foi a forma encontrada pela facção para não demonstrar fraqueza diante dos rivais. O risco de confrontos entre bandidos inimigos em outras áreas da cidade existe - disse um policial que participou da ação.

Chefe do bando, ferido pela polícia, é tratado em clínica dentro da favela

Polícia identifica a enfermeira e também procura dois médicos

O traficante Antônio José de Souza Ferreira, o Tota, chefe do tráfico de drogas no Complexo do Alemão, ferido de raspão na perna durante a operação desencadeada pela Secretaria de Segurança anteontem, pode estar recebendo atendimento médico dentro de uma das favelas que fazem parte do Complexo. Os cuidados médicos, como curativos, podem estar sendo feitos em uma clínica médica aparelhada e montada em uma casa dentro da favela. Segundo o coordenador da Subsecretaria Operacional da Secretaria de Segurança, tenente-coronel Mário Sérgio Duarte, essa seria mais uma das estratégias de guerra montada pelos traficantes dessa facção.

Enfermeira dá primeiro atendimento e chama médicos

Os cuidados médicos aos traficantes, de acordo com investigações da polícia, estão sendo feitos por uma enfermeira, identificada apenas como Sandrinha. Essa enfermeira, segundo investigações, fica encarregada de contatar pelo menos dois médicos, que são levados ao Complexo do Alemão toda vez que um bandido é ferido gravemente em confrontos. A polícia está investigando e identificando, também, esses profissionais.

De acordo com as informações obtidas pela polícia, o traficante, ao ser baleado, fugiu para uma favela dentro do Complexo do Alemão. Tota, mesmo ferido de raspão, teria conseguido escapar ao cerco pela mata e pela serra no alto da Favela da Grota.

Confronto mata mais um

Um levantamento preliminar feito pelo Instituto de Segurança Pública mostra que, de janeiro a junho, foram registrados 77 casos de homicídio doloso e 87 de auto de resistência (registro de mortes em confronto com a polícia) na área do 16º BPM (Olaria), responsável pelos bairros de Penha, Penha Circular, Olaria, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral, Brás de Pina e Jardim América.

No caso específico da área do Complexo do Alemão, incluída na jurisdição do 16º BPM, os registros apontam nove ocorrências de homicídio doloso e 19 autos de resistência no mesmo período. Os números relativos aos dois últimos dias ainda não constam desse levantamento.

Duas delegacias registram as ocorrências daquela região: a 22ª DP (Penha), totalmente informatizada, e a 38ª DP (Brás de Pina), que ainda não está entre as delegacias legais. Com isso, os dados não são atualizados com frequência. Os registros precisam ser digitados antes de seguirem para análise, por isso, segundo o Instituto de Segurança Pública, ainda não estão computados no levantamento os meses de maio e junho.

'A guerra contra o tráfico está declarada'

Coronel diz que serão feitas outras megaoperações

Comandante do 16º BPM (Olaria) e há 60 dias executando operações constantes no Complexo de Favelas do Alemão, o coronel Marcus Jardim deu ontem o tom do que serão os dias até que seja retomado o controle das favelas.

- A guerra contra o tráfico está declarada. A partir de agora traficante do Alemão só tem três opções: ou foge do morro, ou morre ou será preso - disse o comandante.

Segundo ele, a operação de anteontem, como tática de guerra contra o tráfico no local, vai abalar também a distribuição de drogas em outras favelas da mesma facção criminosa. O diretor do Departamento de Polícia Especializada, Alan Turnowski, concorda com o coronel e acrescenta que o tráfico em morros como Mangueira, Jacarezinho e Mangueiras sofrerão baque no abastecimento de drogas e armas.

- Conseguimos chegar no escritório do crime, no coração dessa quadrilha. A operação foi um marco na ação policial contra o tráfico de drogas - ressaltou o delegado Alan Turnowski.

De acordo com o coronel, essas operações têm atingido até a chefia da quadrilha, que não estaria satisfeita com a presença da polícia no local.

- Essa guerra contra os traficantes só está começando. Outras operações do mesmo porte virão - anunciou.

"Percorri a comunidade ouvindo os moradores e não vi policiais, mas vi que o tráfico estava muito bem armado"

MARCELO FREIXO - Deputado estadual

Legenda da foto: OFERTA: junto ao policial armado com fuzil, uma vendedora pendura a camiseta que pede paz

Jornal: O GLOBO / Autor: Cristiane de Cássia/Marco Antônio Martins / Editoria: Rio / Tamanho: 1438 palavras / Edição: 1 / Página: 16 / Coluna: / Seção: / Caderno: Primeiro Caderno / Data: 29/06/2007

Bando ainda tem 90 por cento do seu arsenal

Traficantes usam munição mexicana e da República Tcheca

Antônio Werneck

Apesar de comemorar a apreensão de 17 armas durante a operação no Complexo do Alemão, a polícia reconheceu ontem que o número é apenas 10% do arsenal estimado em poder dos traficantes que dominam as 12 comunidades da região. Considerado pela Secretaria de Segurança o principal entreposto de distribuição de drogas, armas e munição do município do Rio, policiais afirmam que existem no Alemão 300 bandidos armados com cerca de 150 fuzis automáticos. Sem contar um número impreciso de pistolas, submetralhadoras, metralhadoras e granadas. É a quadrilha mais bem armada do estado.

Polícia caça fornecedor de armas

Os policiais apreenderam três fuzis, duas submetralhadoras, sete pistolas, um revólver, uma granada, um lança-rojão, duas metralhadoras .30 e dinamite. Mas foi a apreensão de dois mil projéteis que chamou a atenção dos policiais. Eles descobriram que, entre a munição, havia balas de fuzis fabricadas no México (marca Águila) e na República Tcheca (marca Selier&Bellot). Elas seriam importadas por lojas no Paraguai e contrabandeadas para o Rio.

- No início do ano, apreendemos mais de 15 mil cartuchos e boa parte deles veio do México e da República Tcheca - disse um policial civil.

As informações do setor de inteligência indicam que os "soldados" do Complexo do Alemão receberam algum tipo de treinamento militar. Os bandidos também atuariam com táticas de guerrilha. Grande parte das armas e munição que chegam ao Complexo do Alemão seria fornecida pelo paranaense Valdenício Antunes Barbosa, considerado um dos maiores traficantes de armas do país. Val ou João Grandão, como é conhecido, teve sua prisão decretada há duas semanas e está sendo caçado pela polícia.

Jornal: O GLOBO / Autor: Antônio Werneck / Editoria: Rio / Tamanho: 303 palavras / Edição: 1 / Página: 17 / Coluna: / Seção: / Caderno: Primeiro Caderno / Data: 29/06/2007

A GUERRA DO RIO: Vinte e cinco mil policiais fluminenses e da União serão mobilizados para a segurança do Pan Beltrame quer Força Nacional até o fim do ano Governo federal ainda não recebeu pedido, mas poderá deixar até 2 mil homens no estado depois dos jogos

Antônio Wemecck e Vera Araújo

A presença da Força Nacional de Segurança (FNS) no entorno do Complexo do Alemão foi tão importante para o sucesso da operação de antontem que o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, pretende pedir ao governo federal a sua permanência no Rio até o fim do ano. Segundo Beltrame, se não fosse a participação dos agentes da FNS, seria necessário retirar mais PMs do policiamento ostensivo de outras áreas.

- A Força Nacional foi imprescindível para o sucesso dessa operação, porque já entrou correndo ali há 15 dias. Nós temos um número de 200 policiais da FNS, que já estão a serviço da segurança do Rio. Pretendemos usá-los posteriormente aos Jogos Pan-Americanos. Já estamos entrando em contato com a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e o próprio Ministério da Justiça no sentido de manter a Força Nacional até o fim do ano ou um período que nós avaliamos para que possamos ter um efetivo cada vez maior no Rio - disse o secretário.

Correa diz que não houve pedido formal

O secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Correa, disse ontem que não houve nenhuma conversa formal com o governo do Rio para tratar da permanência da Força Nacional depois do Pan. Correa, que vem hoje no Rio participar de duas solenidades, afirmou, no entanto, que os policiais da FNS, assim como chegaram gradativamente ao Rio, vão deixar o estado aos poucos.

Mesmo sem nenhuma conversa oficial sobre o assunto, ele avaliou que é possível deixar no Rio entre mil e dois mil homens depois dos jogos.

- Não vejo problema, mas não houve nenhum pedido formal do governo do Rio para mantermos no estado policiais da Força Nacional - disse Luiz Fernando Correa.

Pelo cronograma do policiamento dos jogos, está previsto um superesquema de segurança. Além de seis mil homens da Força Nacional, serão enviados para o Rio três mil da Polícia Federal e três mil da Polícia Rodoviária Federal. No auge do plano de segurança, o Rio terá 25 mil homens, incluindo os efetivos das polícias Civil e Militar.

O secretário nacional de Justiça, Antonio Carlos Bisazza, defendeu a permanência de policiais da FNS até o fim do ano.

- Não é possível recuar depois de uma ação como essa.

'As pessoas estão à mercê de um estado paralelo'

Secretário de Segurança admite que moradores de favela estão submetidos às leis de traficantes

O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, admitiu, pela primeira vez, a existência de um estado paralelo nas favelas mantido pelo tráfico. Apesar de ter empregado a força para retomar o Complexo do Alemão dos bandidos, Beltrame disse que não vai usar o bico do tufão como eles para conquistar os moradores. Na concepção do secretário, depois de a polícia "limpar", "estripa" o tráfico, os moradores terão sua comunidade de volta com o estado paralelo promovendo programas sociais. Em entrevistas ontem ao GLOBO, à Rádio CBN e ao "RJ-TV", da TV Globo, o secretário contou o seu sonho de fazer com que a população trabalhadora das comunidades volte a ter seu direito de ir e vir garantido.

TRÁFEGO AÉREO: "A operação no Morro do Alemão foi de alto nível de inteligência. Para se ter uma idéia, até o tráfego aéreo teve que ser desviado. Imagine se um drogado daqueles atra com uma arma de guerra, conto 30, e atirar no avião comercial? Temos que prevenir todos esses possíveis incidentes. Temos o cuidado de fazer uma operação com um grande número de policiais, fora do horário escolar, para não atingir inocentes."

ESTADO PARALELO: "As pessoas estão à mercê de um estado paralelo nas favelas, onde os bandidos impõem sua vontade. Cerca de 95% dos 200 mil moradores do Alemão são pessoas de bem, que não compactuam com o tráfico. Não quero culpar as administrações anteriores, mas o estado está no Alemão, assim como em outras favelas. Acho que nós temos lugares em que, se o estado não estiver presente para garantir a ordem, o direito do cidadão de ir e vir, obviamente se cria um estado paralelo. Esse estado que o tráfico vem impondo aos outros e fazendo do cidadão refém a seu bel prazer. Mas nós já temos essas áreas identificadas, estamos produzindo inteligência e entendemos que nós temos que ter ali o estado formal. O estado onde a criança tenha aula protegida pela polícia e não pelo tráfico."

ARMAS E DROGAS: "Temos que ir atrás do nosso objetivo, que é essa quantidade monstruosa de armas, munição e drogas que existe sob o controle, sob o comando dessas facções. Existe toda uma área criminosa a que nós temos que chegar. Agora, a capacidade de fogo dos criminosos é muito grande. E isso que foi feito no Alemão nós esperamos, nós calculamos. Tudo foi feito para garantir uma operação objetiva. E muitas vezes algumas coisas que nos deixam tristes acontecem, mas posso dizer que o remédio para trazer a paz, muitas vezes, passa por alguma ação que traz sangue."

O DRAMA DOS MORADORES: "Cheguei à ser procurado por uma senhora que, depois de levar horas fazendo um crediário para a compra de um eletrodoméstico numa loja, recebeu a resposta de que não poderiam entregar a mercadoria. Isso é muito grave. Isso é factível? Será que a sociedade quer isso? Também fui procurado por um pai que me contou que não soube como explicar para o filho a diferença de um traficante, armado próximo a uma igreja, e policiais uniformizados, num carro na entrada da favela. Precisamos da ajuda da população para resolver esse problema."

DEVOLUÇÃO DAS FAVELAS: "Queremos devolver as favelas para seus verdadeiros donos: a população inocente que só quer tranquilidade. E a gente estranha porque esse armamento, esse arsenal, essas drogas, não chegaram ali em 1º de janeiro de 2007. A nossa inteligência, graças a Deus, detectou o tipo de armamento, onde estava, e nós proporcionei fazer o planejamento de ir lá buscar esse material. Não acabamos com o tráfico, mas estamos perto disso."

PRÓXIMAS ETAPAS: "Queremos uma polícia de qualidade, com melhores salários e bem equipada. O Rio de Janeiro tem 500 homicídios por mês.

Precisamos de um IML com profissionais qualificados e equipamentos de última geração para elucidar esses crimes. A nossa função é muito mais que simplesmente combater o Complexo do Alemão. Nós temos um compromisso com a sociedade de mudar o paradigma de segurança e isso nós estamos fazendo. Um trabalho silencioso, um trabalho de qualificação do IML, um trabalho de qualificação dos magistrados. O Ministério Público me informou ontem que 48% das suas denúncias aumentaram em função da qualificação do trabalho da Polícia Civil. Nós temos uma série de outros horizontes a atingir no sentido de mudar o paradigma da polícia, e o tráfico está nesse contexto de mudança. Nós vamos trabalhar exatamente nesse sentido. Nós vamos buscar diminuir esses núcleos de violência que estão estabelecidos pelo tráfico. Eu diria que não se trata de uma resposta. É a inteligência que vai dizer a hora e o local das nossas ações."

O DIÁRIO DE UMA GUERRA

2 DE MAIO: Uma operação da Polícia Militar na Vila Cruzeiro para caçar oito traficantes inicia o confronto no complexo de favelas do Alemão. Os bandidos tentam executar dois PMs, dois dias antes, em Oswaldo Cruz. Seis pessoas são feridas por balas perdidas. Quarenta homens do Batalhão de Operações Especiais (Bope) ocupam o morro depois da ação.

3 DE MAIO: No segundo dia de confronto, três pessoas ao mesmo e quatro são feridas por balas perdidas. Bandidos roubam um caminhão da Comurb e dois ônibus e os usam como barricadas contra o Cavaleiro. De uma casamata, traficantes atiram até contra jornalistas.

4 DE MAIO: No terceiro dia de ocupação, não há confrontos. Já são 12 pessoas feridas por balas perdidas e três mortos.

5 DE MAIO: Com o uso de explosivos, o Bope consegue, após três tentativas, destruir a fortificação do tráfico no alto do morro da Vila Cruzeiro, de onde bandidos atravavam contra policiais.

6 DE MAIO: Onze moradores são baleados. Entre eles, uma criança de 3 anos. O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, diz que o objetivo não é vingar os PMs, mas restabelecer a ordem na região, ponto estratégico do crime organizado.

8 DE MAIO: Uma dona de casa se torna a 31ª vítima de bala perdida desde o início dos confrontos. O comandante do Bope, coronel Fininho Neto, afirma que traficantes estão atirando em moradores para jogar a população contra a polícia. Cerca de 300 pessoas fazem uma passeata na Penha contra a ocupação.

13 DE MAIO: No Dia das Mães, não houve incursões durante a manhã e a tarde, na primeira trégua do conflito. A madrugada, no entanto, fora violenta: três pessoas foram feridas. Já são 46 os feridos nos confrontos, que deixaram 15 mortos.

14 DE MAIO: A PM retira o policiamento ostensivo do Alemão. Traficantes reforçam as barreiras contra carros da polícia. Eles chegaram a bloquear completamente o tráfego num dos acessos à Orla, retirando grades de ferro que cobrem uma via de esgoto.

16 DE MAIO: Traficantes aproveitam a redução do policiamento na Vila Cruzeiro para reconstruir a casamata explodida pela PM para fechar acessos à favela.

18 DE MAIO: O confronto se torna o mais longo de que se tem notícia entre policiais e traficantes. Já são 16 mortos e 53 feridos no confronto.

21 DE MAIO: Após 20 dias de tiroteios, as favelas amanhecem sem policiamento. Apesar do restabelecimento de serviços como coleta de lixo e fornecimento de água e luz, seis escolas e três creches no interior da Vila Cruzeiro continuam fechadas.

22 DE MAIO: Duzentos homens do Bope e do 18º BPM (Orlas), com apoio de diversos batalhões, voltam a patrulhar as entradas do Alemão. Os policiais usam retrovisores-avariados, pás mecânicas e bridas para trair barreiras instaladas por traficantes.

23 DE MAIO: Traficantes usam um Ford Ka fincado em trilhos de trem como barricada em um dos acessos à Orla.

31 DE MAIO: A ocupação completa 30 dias. Nesse período, 61 pessoas foram feridas e 17 morreram nas 2 favelas do complexo. Moradores anunciam um ato ecumênico para protestar contra a ocupação do lugar.

11 DE JUNHO: O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Ubiratan Angelo, é recebido a bala quando ia participar de uma reunião para discutir a retomada das aulas do bairro. Na saída da reunião, traficantes fazem vários disparos contra a comitiva do comandante da PM, levando pânico a moradores e professores.

13 DE JUNHO: Depois de 43 dias de guerra e a apenas 30 dias dos Jogos Pan-Americanos, a Secretaria de Segurança muda de estratégia e deflagra a Operação Cerco Amplo. Pela manhã, 450 homens da Força Nacional de Segurança (FNS) e de 17 batalhões da PM ocuparam todos os acessos dos morros e fizeram incursões para prender bandidos e apreender drogas e armas, além de destruir barreiras do tráfico.

17 DE JUNHO: O engenheiro Alton Lopes Moreira, de 53 anos, é atingido no peito por uma bala perdida quando estava num posto de gasolina a dois quilômetros do conflito. Com o incidente, sobe para 23 o número de mortos no confronto em 47 dias. Sessenta e sete pessoas já foram feridas no período.

23 DE JUNHO: Dois traficantes de drogas da Vila Cruzeiro foram mortos e uma metralhadora .30 foi apreendida na madrugada de ontem durante uma operação realizada por policiais militares. A arma tem capacidade para demorar helicópteros, furar aeronaves e veículos blindados.

27 DE JUNHO: Operação mobiliza 1.350 policiais e consegue chegar pela primeira vez ao topo do complexo do Alemão, fazendo com que o tráfico sofra a sua maior baixa depois de 59 dias de ocupação.

Legenda da foto: CORONEL UBIRATAN: recebido a bala

Jornal: O GLOBO / Autor: Antônio Wemecck/Vera Araújo / Edição: Rio / Tamanho: 2023 palavras / Edição: 2 / Página: 18 / Coluna: 1 / Setor: J Caderno: Primeiro Caderno / Data: 29/06/2007

A origem polonesa do Alemão

Região foi principal pólo industrial do Rio, mas violência afastou empresas

Elenilce Bottari

O Complexo do Alemão se estende pelos bairros de Inhaúma, Ramos, Bonsucesso, Olaria e Penha. É um microcosmo da história da cidade e uma das principais causas da insegurança pública do Rio. Sua história começa logo depois da Primeira Guerra Mundial, quando, na década de 20, o polonês Leonard Kaczmarkiewicz deixou a Polônia e adquiriu lotes na Serra da Misericórdia, uma região rural da Zona da Leopoldina. Não demorou para que o local ficasse conhecido como Morro do Alemão, em alusão as características físicas do proprietário. A ocupação no entanto, só começou em 1951, quando Leonard dividiu o terreno para vendê-lo em lotes.

A área rural começou a mudar de perfil em 1920, com a instalação do Curtume Carioca. A empresa atraiu para o bairro centenas de famílias de operários, dinamizou o comércio e ajudou a fixar moradores. A abertura da Avenida Brasil, em 1946, contribuiu para o progresso da região, transformando-a no principal pólo industrial da cidade.

O comércio e a indústria viriam a aumentar bastante suas atividades, mas a ocupação desordenada dos morros adjacentes, que teve seu boom no primeiro governo de Leonel Brizola, acabou por dar lugar às favelas do Complexo do Alemão.

A entrada da cocaína nos morros cariocas a partir dos anos 80 fez crescer também o comércio de armas de guerra, mas foi o assassinato do traficante Orlando da Conceição, o Orlando Jogador, em 13 de junho de 1994, que marcou definitivamente a história de violência da cidade. Orlando comandava o tráfico no complexo e era um dos chefes da maior facção criminosa do estado. Ele e outros dez integrantes da quadrilha foram assassinados pelo bando de Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê, chefe do Morro do Adeus, que pertencia ao mesmo bando.

Os mais jovens, revoltados com de Uê, criaram um novo comando, ainda mais violento. Já os descontentes com Orlando foram com Uê para a facção inimiga, dando início à guerra que dura até hoje e já matou cerca de 30 mil pessoas na capital, quase o dobro da população de Búzios.

A região concentra hoje cerca de 40% dos crimes da cidade, e a violência foi a principal responsável pela fuga das indústrias e pelo empobrecimento do local. Uma pesquisa do Instituto Fecomércio-RJ de 2003 mostrou um percentual alto de imóveis fechados. Na Penha, foram desocupados 12,8% (290) dos 2.257 imóveis comerciais, industriais e residenciais. Em Olaria, o índice foi de 8,68% (74 dos 1.464 imóveis).

Legenda da foto: O COMPLEXO de favelas do Alemão aos pés da Igreja da Penha

Jornal: O GLOBO / Autor: Elenilce Bottari / Editoria: Rio / Tamanho: 455 palavras / Edição: 1 / Página: 14 / Coluna: / Seção: / Caderno: Primeiro Caderno / Data: 29/06/2007

Moradores denunciam morte de inocentes

Ordem dos Advogados do Brasil pedirá a presença de representantes da OEA no Complexo do Alemão

Carla Rocha, Célia Costa, Cláudio Motta e Cristiane de Cássia

Denúncias de abusos e execuções por parte da polícia durante a megaoperação no Complexo do Alemão foram feitas ontem por moradores e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Rio) e de organizações não-governamentais como a Justiça Global que estiveram na Favela da Grota. A OAB decidiu pedir à Organização dos Estados Americanos (OEA) que envie uma comissão para acompanhar as operações policiais na comunidade.

O número mortos no Complexo do Alemão subiu para 44 desde a ocupação policial, que começou no dia 2 de maio. Somente no confronto de anteontem, foram 19. A Polícia Civil informou que dez deles foram liberados e oito sepultados. Três eram menores, com 13, 14 e 16 anos de idade.

A 22ª DP (Penha) revelou a identidade de outras quatro pessoas mortas. Entre elas, Jairo Caetano da Silva, conhecido como Gerinho, acusado de assaltar o Bingo Botafogo e de roubar as armas usadas durante as filmagens de "Tropa de Elite". Ao todo, quatro corpos ainda estão sem identificação.

Foi grande a movimentação no IML ontem. Maria de Fátima de Paula, de 42 anos, não conseguiu liberar o corpo do filho, Bruno de Paula Gonçalves, de 20 anos, conhecido como Maluquinho. Um dos tiros que o atingiu acertou seu polegar, impossibilitando a confirmação da identidade pelas digitais.

- Soube que uma pessoa tentou levá-lo para dentro de sua casa mas policias teriam arrastado o meu filho para fora e dado outros tiros. Estou muito triste - disse Maria de Fátima.

Com apenas 17 anos, Nataly Câmara chorou ontem a morte de Marcelo Luiz Pereira, pai de seu filho, de um ano e três meses. Ela conta que o rapaz deixou ainda mais três órfãos, filhos de outras mulheres. Há informações anônimas de que um dos agentes funerários foi designado pelo tráfico do Complexo do Alemão para dar assistência aos parentes das vítimas.

Policiais acusados de invadir casas e saquear lojas

Segundo as denúncias dos moradores, um menino de 13 anos foi morto com um tiro pelas costas. A bala teria atingido o garoto após atravessar mochila que ele usava. Outro caso denunciado seria a de um rapaz de 16 anos que foi morto, segundo a polícia, com um fuzil. Mas ele teria uma deficiência no braço que o impediria de manusear uma arma pesada. A maioria das mortes teria acontecido no local conhecido como Areal, na parte mais alta do Complexo do Alemão, uma espécie de quartel-general do tráfico.

Ontem, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, João Tancredo, informou ter recebido denúncias de que policiais civis e militares saquearam casas e lojas, mataram pessoas a facadas e executaram três crianças e adolescentes. A OAB divulgou que vai manter um atendente em regime de plantão para receber denúncias de moradores do Complexo do Alemão por meio do número de telefone 7815-6352.

- O crime organizado pelo estado teria levado celulares, aparelhos de som de moradores. Os moradores dizem que pelo menos 10 mortos são inocentes - disse João Tancredo, acrescentando que a Ordem também vai entrar com um mandado de segurança para garantir o acesso aos laudos.

O pedido da presença de representantes da OEA no Brasil será feito pela OAB em parceria com a ONG Projeto Legal, que desenvolve projetos junto com o Ministério da Justiça.

- São denúncias de casos extremados de violência policial - diz o coordenador da entidade, Carlos Nicodemos.

Em nota oficial, a Polícia Civil desmentiu as declarações de João Tancredo de que haveria dez inocentes entre os 19 mortos e de que alguns corpos apresentariam sinais de facadas.

Os mortos identificados pelo IML são: Maxwell Vieira da Silva, 16 anos; David Souza e Lima, 14 anos; Geraldo Batista Ribeiro, 41 anos; Bruno Rodrigues Alves, 21 anos; Emerson Goulart, 26 anos; Bruno Vianna Alcântara, 22 anos; Leandro Serrati Gualtero, 13 anos; e José da Silva Farias Júnior, 18 anos; Marcelo Luiz Madeira, 27 anos; e Paulo Eduardo dos Santos, 18 anos. Os identificados pela polícia são Jairo César da Silva; Wanderson Gandra Ferreira; Rafael Bernardino da Silva; e Alessandro José de Almeida.

Jornal: O GLOBO / Autor: Célia Costa/Carla Rocha/Cristiane de Cássia/Cláudio Motta / Editoria: Rio / Tamanho: 723 palavras / Edição: 1 / Página: 17 / Coluna: / Seção: / Caderno: Primeiro Caderno / Data: 29/06/2007

Até milícias atrapalham os jogos

Áreas de risco à noite são obstáculos para equipamentos e câmeras

Luiz Ernesto Magalhães

O recado chegou semana passada para os funcionários de empresas localizadas na área de influência das milícias que controlam a favela Kelsons, na Penha. Por medida de segurança, os milicianos decidiram proibir a circulação de caminhões pelas ruas que controlam. A imposição acabou se transformando num obstáculo a mais nos preparativos do Pan.

Um empresário, que importou centenas de aparelhos de raios X para a segurança do evento, alugou galpões, onde montará os equipamentos, justamente naquela região. E boa parte deles precisariam ser transportados à noite, devido aos prazos apertados para a instalação. Em resumo: depois da burocracia que atrasou os preparativos para a segurança do Pan, agora é a violência da cidade que interfere.

O empresário, que pediu para não ser identificado, afirma que vai ter que repensar toda a sua logística devido às exigências da milícia. Isto porque importou cem toneladas de equipamentos que serão deslocados pelo Rio em 30 carretas. Os primeiros equipamentos precisam estar instalados na Vila Pan-Americana já nesta terça-feira, quando o condomínio será oficialmente aberto.

O caso do empresário não é único. As primeiras 56 das 133 novas câmeras compradas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) para controlar o trânsito foram finalmente entregues à prefeitura na última quinta-feira. Mas a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Rio) já decidiu que, como muitas delas ficarão em áreas de risco, só vai instalá-las depois de garantir que terá reforço policial para fazer o serviço.

Em formato de redoma, as primeiras câmeras, que substituem os atuais modelos, foram instaladas ontem. O presidente da CET-Rio, Marcos Paes, revela que em muitos pontos, que ele preferiu não identificar, os serviços só podem ser feitos à noite para não atrapalhar o trânsito. O cronograma de instalação está sendo negociado com a polícia.

- A empresa que contratamos montou cinco equipes para fazer as instalações. Mas executar o serviço à noite sem apoio policial é impossível. Imagine se uma equipe dessas é assaltada e a câmera acaba sendo levada para monitorar uma boca-de-fumo? - indagou Paes.

Ontem terminou o prazo, fixado há dois meses pela própria Senasp, para a entrega das 24 aeronaves que serão usadas no patrulhamento aéreo. Mas apenas 11 helicópteros foram entregues. A promessa agora é que as demais aeronaves, incluindo planadores, cheguem na próxima semana.

COLABOROU Antônio Werneck

Legenda da foto: OS HELICÓPTEROS entregues ontem: só 11 de 24 aeronaves chegaram dentro do prazo dado pela Senasp

Jornal: O GLOBO / Autor: Antônio Werneck/Luiz Ernesto Magalhães / Editoria: Rio / Tamanho: 442 palavras / Edição: 1 / Página: 23 / Coluna: / Seção: / Caderno: Primeiro Caderno / Data: 30/06/2007

A GUERRA DO RIO: Entidade de direitos humanos pede investigação Human Rights Watch diz que apuração deve ser imparcial

A Human Rights Watch, uma das maiores entidades de defesa dos direitos humanos do mundo, com sede nos Estados Unidos, alertou ontem para a necessidade de "o governo do Rio de Janeiro assegurar uma investigação imediata, completa e imparcial das mortes de indivíduos desarmados relatadas durante confrontos recentes entre grupos criminosos e a polícia". A entidade diz ainda que "quem quer que seja responsável por mortes em desacordo com a lei deve ser levado a julgamento".

A recomendação tem como base notícias de que moradores do Alemão acusaram a polícia de execuções sumárias. "Um investigação completa dessas mortes é absolutamente fundamental, para estabelecer a verdade e melhorar a confiança da população na polícia", disse José Miguel Vivanco, diretor da divisão das Américas da Human Rights Watch.

Desde a operação de quarta-feira no Complexão do Alemão, o Disque-Denúncia recebeu 26 ligações referentes à incursão policial, a maioria com informações sobre o paradeiro de bandidos.

Deputado: laudos contrariam versão de mortes a facadas

Ontem, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, deputado Alessandro Molon (PT), disse ter sido informado de que em nenhum dos 19 laudos cadavéricos há a indicação de lesão por facadas. A informação desmente relatos de moradores de que alguns suspeitos foram mortos a facadas. Molon disse anteontem que ainda não tem indícios de que tenham ocorrido execuções durante a operação.

Também ontem, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ, João Tancredo, reafirmou ter ouvido relatos de moradores de que pelo menos dez mortos eram inocentes. Acompanhado do deputado estadual Marcelo Freixo (PSol), integrante da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, Tancredo esteve anteontem na localidade de Areal, onde se deu o maior confronto entre policiais e traficantes, e disse ter visto duas marcas de tiros no chão com rastros de sangue:

- Sou leigo, não especialista, mas também não sou imbecil. Isso é um indício de que houve execuções no local.

Uma guerra sem fim

Uma grande operação desencadeada quarta-feira por 1.350 policiais civis e militares e agentes da Força Nacional de Segurança, no Complexo do Alemão, terminou com 19 mortos. Foram encontrados na favela 50 unidades de explosivo em pasta com um dispositivo detonador, três fuzis, duas submetralhadoras, cinco pistolas, um revólver de calibre 38, quatro morteiros, um rojão, um lança-rojão e duas metralhadoras .30 (usadas em combates antiaéreos), além de pólvora, espoleta (usadas para fazer munição) e mais de dois mil projéteis de calibres variados.

O Complexo do Alemão está cercado desde 2 de maio, quando a polícia foi à Vila Cruzeiro, na Penha, capturar os bandidos que tinham executado dois PMs em Oswaldo Cruz no dia anterior. Desde então, os confrontos têm sido diários no conjunto de favelas. Em 58 dias, já morreram 44 pessoas e mais de 70 ficaram feridas.

Jornal: O GLOBO / Autor: / Editoria: Rio / Tamanho: 497 palavras / Edição: 1 / Página: 19 / Coluna: / Seção: / Caderno: Primeiro Caderno / Data: 30/06/2007

Mortes no Alemão: famílias autorizam exumação

Segundo IFP, pelo menos 5 das vítimas não tinham anotação criminal, mas 10 já tinham respondido por crimes

Cristiane de Cássia, Gustavo Goulart e Waleska Borges

A Comissão de Direitos Humanos da OAB vai pedir a exumação dos corpos de dois adolescentes, de 14 e 16 anos, mortos na megaoperação de quarta-feira passada no Complexo do Alemão. Segundo o presidente da comissão da OAB, João Tancredo, as famílias dos jovens já autorizaram o procedimento. Elas afirmaram que eles não tinham envolvimento com o tráfico.

- Vamos entrar, nos próximos dias, com uma ação cautelar de antecipação de provas na Vara de Fazenda Pública - disse Tancredo.

No sábado, parlamentares ligados a comissões de direitos humanos e membros da OAB-RJ, em reunião com moradores da Favela da Grota, no Complexo do Alemão, ouviram depoimentos de parentes das vítimas. Num deles, a família do adolescente de 14 anos disse que o jovem era aluno da 5ª série do ensino médio da Escola Municipal João Barbalho. Já familiares do adolescente de 16 anos, que também morreu na megaoperação, lembraram que ele não tinha parte de um dos braços.

- Com muito medo, um dos parentes de um dos adolescentes contou que já recebeu recados de policiais para que a família não tome providências contra eles - disse Tancredo.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, deputado Alessandro Molon (PT), que também ouviu os relatos da comunidade, vai enviar um ofício com os testemunhos à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

- Toda denúncia de excesso ou abuso policial deve ser apurada com rigor.

Número de mortos no confronto pode ser maior

A Polícia Civil prometeu divulgar hoje a lista definitiva dos mortos no confronto de quarta-feira. O número inicial era de 19 vítimas, mas pode chegar a 22. O cruzamento de dados dos institutos Félix Pacheco (IFP) e Médico-Legal (IML) mostrou que dois corpos não estariam identificados, o que aumentaria a lista para 21 casos. Ontem, mais uma pessoa da lista, identificada pelo IFP, não aparecia na relação do IML: Claudomiro Santos Silva, que teve passagem pela 37ª DP (Ilha).

O diretor do Instituto Félix Pacheco, Juarez Carrasco, afirmou, após receber novos resultados das pesquisas sobre antecedentes criminais dos mortos no Alemão, que pelo menos dez das vítimas tinham passagens pela polícia. Até sábado passado, o IFP havia concluído a checagem referente a 15 mortos, sendo que cinco deles não tinham antecedentes criminais. Três vítimas ainda estão tendo seus históricos analisados e uma outra, menor de idade, não teve sua identidade achada no banco de dados da instituição.

Os crimes cometidos pelos dez mortos que tinham passagens pela polícia vão desde homicídios qualificados, assaltos a mão armada e tráfico até receptação e porte e uso de drogas e armas. As fichas criminais mais extensas são de Jairo César da Silva Caetano, o Gerinho, e Cleber Mendes. O primeiro, acusado do assassinato de Priscila Belfort, irmã do lutador Vitor Belfort, tem cinco anotações criminais e, se tivesse sido condenado, poderia ter ficado 65 anos preso. Ele responde por homicídio qualificado, assalto a mão armada, constrangimento através de violência ou grave ameaça, seqüestro e formação de quadrilha.

Já Cleber Mendes tinha quatro anotações criminais, todas por tráfico. Os outros mortos com passagens pela polícia são Luiz Eduardo Severo Madeira, por receptação; Claudomiro Santos Silva (que não aparecia na lista de mortos divulgada inicialmente), por porte e uso de drogas; Alessandro José de Almeida, por assalto a mão armada; Emerson Goulart, por tráfico; Wanderson Gandra Ferreira; Geraldo Ribeiro; Bruno Rodrigues Alves, Bruno Vianna Alcântara.

Alemão é maior reduto de chefes do tráfico

Segundo investigações da Polícia Civil, o Complexo do Alemão está se tornando o maior reduto de chefes de tráfico do estado. A polícia identificou sete traficantes importantes que estariam escondidos na área comandada por Antônio de Souza Ferreira, o Tota; François Soares Suassuna, o Jansen; Eliezer Miranda Joaquim, o Criam; Fabiano Atanasio da Silva, o FB; Alexander de Jesus Carlos, o Choque; Leonardo Farinazo, o Léo Barrão; e dois bandidos identificados apenas como Mata Rindo e Cobra.

- Como o Alemão tem muitas armas e está cheio de soldados do tráfico, eles estão indo para lá se esconder da polícia. Alguns são chefes de tráfico, outros são assaltantes. Eles acham que estão seguros lá - explica um delegado que estava investigando o morro.

As investigações mostram que os bandidos estão escondidos no morro, mas não deixam de trabalhar nas suas comunidades de origem, mantendo contato por telefone com seus subordinados. O traficante Cobra, por exemplo, comanda a venda de drogas nos morros do Tuiuti e da Barreira do Vasco. Mesmo escondido no Complexo do Alemão, ele nunca deixou de enviar drogas para seus morros.

Um outro chefe que se esconde no Alemão é Criam. Segundo os policiais, ele também comanda uma favela em São João de Meriti e manda drogas mensalmente para os gerentes. Além deles, também está escondido no morro o traficante Léo Barrão, que comanda as vendas na favela da Metral, na Zona Oeste. Ele estaria escondido no Complexo do Alemão para fugir das milícias que tentam tomar o comando do tráfico em Bangu.

O mais perigoso deles é o traficante Choque, que domina o tráfico de drogas em Manguinhos. Ferido após o confronto de quarta-feira, ele continua no Alemão, mas estaria tentando voltar para casa.

Jornal: O GLOBO / Autor: Gustavo Goulart/Cristiane de Cássia/Waleska Borges / Editoria: Rio / Tamanho: 910 palavras / Edição: 1 / Página: 12 / Coluna: / Seção: / Caderno: Primeiro Caderno / Data: 02/07/2007

Obras no Alemão já começam a ser licitadas

Governo federal vai liberar R\$279 milhões para a prefeitura urbanizar 27 favelas, incluindo comunidades da Tijuca

A prefeitura começará a publicar, na próxima sexta-feira, dia 13, os editais de licitação para as obras de saneamento e urbanização de 27 comunidades, entre elas as dos complexos do Alemão e Mangueiras. A Colônia Juliano Moreira e as localidades Tijuca, Mata Machado e Morro da Formiga, na Tijuca, também receberão obras, que devem começar assim que a Secretaria municipal do Habitat receber os recursos, no valor de R\$279 milhões, do governo federal.

Os editais devem estar todos publicados até o dia 18. Neste período, também serão realizadas as licitações para melhorias urbanas e construção de moradias no Centro e em Marechal Hermes. Segundo o secretário municipal do Habitat, Luiz Humberto Côrtes, as transformações urbanas vão melhorar as condições de vida nas comunidades. As primeiras a serem beneficiadas com a liberação dos recursos federais são as do Rodo, Bispo, Matinha, Pantanal e Sumaré, na Tijuca, cujos processos de licitação, no valor de R\$27 milhões, já foram concluídos. Em seguida, a prefeitura iniciará obras nas comunidades do Borel, Liberdade e Chacrinha, também na Tijuca. As licitações de R\$16 milhões para essas áreas já foram iniciadas.

Cabral vai desapropriar imóveis na Rocinha

O governo do estado deu mais um passo para as obras de urbanização da Rocinha, que serão feitas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Cinco decretos do governador Sérgio Cabral, publicados ontem no Diário Oficial, declaram de utilidade pública, para fins de desapropriação, diversos imóveis na favela. Dentre eles, está um terreno, na Estrada da Gávea, com área aproximada de 5 mil metros quadrados, onde funciona uma garagem de ônibus. No local, serão erguidas unidades habitacionais.

O projeto prevê a construção de 205 unidades habitacionais para deverão se mudar os moradores que estão em área de risco. Também serão construídos na Rocinha uma vila olímpica; um centro cultural; duas creches; uma unidade pré-hospitalar que deverá desafogar o Miguel Couto.

Legenda da foto: O COMPLEXO de favelas na Penha: beneficiado com um projeto de saneamento e de urbanização

Jornal: O GLOBO / Autor: / Editoria: Rio / Tamanho: 373 palavras / Edição: 1 / Página: 19 / Coluna: / Seção: / Caderno: Primeiro Caderno / Data: 06/07/2007

ANEXO C – Tabela utilizada pelos codificadores para a tabulação das matérias.

ANEXO D – Resultado da tabulação das matérias realizada pelos codificadores

FOLHA DE SÃO PAULO - Fase 02 (13/07/2006 - 27/07/2006)

| Matéria | Violência e Contexto | Maniqueista e Plural | Fontes Oficiais e F. Oficiais e Não Oficiais | Sem Solução e Com Solução | |
|---------|----------------------|----------------------|--|---------------------------|-----------|
| | | | | | Dia |
| 13/jul | 1 | Violência | Violência | PAZ | Violência |
| | 2 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 3 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 4 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 5 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 6 | Violência | Violência | PAZ | Violência |
| | 7 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 8 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 9 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 10 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 11 | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| | 12 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 13 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 14 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 15 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 16 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 18 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 19 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| | 20 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 21 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| | 22 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 23 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| | 24 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| | 25 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 26 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| | 27 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 14/jul | 1 | PAZ | PAZ | Violência |
| 2 | | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 3 | | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| 4 | | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 5 | | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 6 | | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 7 | | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| 8 | | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| 9 | | Violência | Violência | Violência | Violência |
| 10 | | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| 11 | | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| 12 | | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| 13 | | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| 14 | | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| 15 | | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| 16 | | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| 17 | | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 18 | | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| 19 | | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| 20 | | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| 21 | | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| 22 | | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| 23 | | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 15/jul | 1 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| | 2 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 3 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 4 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 5 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 6 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 7 | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| | 8 | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| | 10 | Violência | Violência | Violência | Violência |

| Matéria | Violência e Contexto | Maniqueista e Plural | Fontes Oficiais e F. Oficiais e Não Oficiais | Sem Solução e Com Solução | | |
|---------|----------------------|----------------------|--|---------------------------|-----------|-----------|
| | | | | | Dia | Nº |
| 15/jul | 11 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência | |
| | 12 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| | 13 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| | 14 | Violência | Violência | Violência | Violência | |
| | 15 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência | |
| | 16 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| | 17 | Violência | PAZ | Violência | Violência | |
| | 18 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência | |
| 16/jul | 1 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ | |
| | 3 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| | 4 | Violência | PAZ | Violência | Violência | |
| | 5 | Violência | Violência | Violência | Violência | |
| | 6 | Violência | PAZ | Violência | Violência | |
| | 7 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ | |
| | 8 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência | |
| | 9 | PAZ | Violência | PAZ | Violência | |
| | 10 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência | |
| | 11 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| | 13 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência | |
| | 14 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| | 1 | Violência | PAZ | Violência | Violência | |
| | 2 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência | |
| 17/jul | 3 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ | |
| | 4 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência | |
| | 1 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| | 2 | Violência | Violência | Violência | Violência | |
| 18/jul | 3 | Violência | PAZ | Violência | Violência | |
| | 4 | Violência | PAZ | PAZ | Violência | |
| | 5 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ | |
| | 6 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| | 7 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| | 8 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência | |
| | 9 | Violência | PAZ | PAZ | Violência | |
| | 19/jul | 1 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | | 2 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 3 | | PAZ | PAZ | PAZ | Violência | |
| 4 | | PAZ | Violência | Violência | Violência | |
| 20/jul | 1 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| | 2 | PAZ | Violência | Violência | Violência | |
| | 3 | Violência | Violência | Violência | Violência | |
| | 4 | PAZ | Violência | Violência | Violência | |
| | 5 | Violência | PAZ | Violência | Violência | |
| 21/jul | 1 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| | 2 | PAZ | Violência | Violência | Violência | |
| | 3 | PAZ | Violência | Violência | Violência | |
| | 2 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| | 3 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| 24/jul | 4 | PAZ | Violência | Violência | Violência | |
| | 5 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência | |
| | 1 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| | 2 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| | 3 | PAZ | Violência | Violência | Violência | |
| 25/jul | 1 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| 26/jul | 1 | Violência | PAZ | Violência | Violência | |
| | 2 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |
| 27/jul | 1 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência | |
| | 2 | PAZ | PAZ | Violência | Violência | |

FOLHA DE SÃO PAULO - Fase 03 (03/08/2006 - 17/08/2006)

| Matéria | | Violência e Contexto | Maniqueis ta e Plural | Fontes Oficiais e F. Oficiais | Sem Solução e Com |
|---------|----|----------------------|-----------------------|-------------------------------|-------------------|
| Dia | Nº | | | | |
| 3/ago | 1 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 2 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 3 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 4 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| 5/ago | 1 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| | 2 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 3 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 4 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 5 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 6 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 7 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 7/ago | 1 | PAZ | Violência | Violência | PAZ |
| 8/ago | 1 | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| | 2 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 3 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 4 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 5 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 6 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 7 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 8 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 9 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 10 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 11 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 12 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 13 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 14 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 9/ago | 1 | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| | 2 | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| | 3 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 4 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 5 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 6 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 7 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 8 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 9 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 10 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 11 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 12 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 13 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 14 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 15 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 16 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 17 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| 10/ago | 1 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 2 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 3 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 4 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| | 5 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 6 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 7 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| | 8 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 9 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 10 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| 11/ago | 1 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 2 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 3 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 4 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |

| Matéria | | Violência e Contexto | Maniqueis ta e Plural | Fontes Oficiais e F. Oficiais | Sem Solução e Com |
|---------|--------|----------------------|-----------------------|-------------------------------|-------------------|
| Dia | Nº | | | | |
| 11/ago | 5 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| | 6 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 7 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 8 | PAZ | Violência | PAZ | PAZ |
| | 1 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| 12/ago | 2 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 3 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 4 | Violência | Violência | PAZ | Violência |
| | 5 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 6 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 7 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 8 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 9 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 10 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 11 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 13/ago | 1 | PAZ | PAZ | Violência |
| 2 | | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| 3 | | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| 4 | | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| 5 | | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| 6 | | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| 7 | | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| 8 | | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 14/ago | 1 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 2 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 3 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 4 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 5 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 6 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| | 7 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| | 8 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| | 9 | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| | 10 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 11 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| 15/ago | 1 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 2 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 3 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 4 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 5 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 6 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 7 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 8 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 9 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| 16/ago | 1 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 2 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 3 | PAZ | Violência | PAZ | Violência |
| | 4 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| 17/ago | 1 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 2 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 3 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 4 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| | 5 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 6 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 7 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 8 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 9 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |

O GLOBO - Fase 01 (28/12/2006 - 11/01/2007)

| Matéria | | Violência e Contexto | Maniqueísmo e Pluralidade | Fontes Oficiais e F. Oficiais e Não Oficiais | Sem Solução e Com Solução |
|---------|----|----------------------|---------------------------|--|---------------------------|
| Dia | Nº | | | | |
| 28/dez | 1 | Violência | Violência | PAZ | Violência |
| | 2 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| 29/dez | 1 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 2 | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| | 3 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 4 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 5 | Violência | Violência | PAZ | Violência |
| | 6 | Violência | Violência | PAZ | Violência |
| | 7 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 8 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 9 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 10 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 11 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 30/dez | 1 | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| | 2 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 3 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 4 | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| | 5 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 6 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 7 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 8 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 9 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 10 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 11 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 12 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| | 13 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 31/dez | 1 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 2 | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| | 3 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 4 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 5 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 6 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 7 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 8 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 9 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| 1º/01 | 1 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 2 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 3 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 4 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 5 | Violência | Violência | PAZ | Violência |
| | 6 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| 2/jan | 1 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 2 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| 4/jan | 1 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| | 2 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 3 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 4 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| | 5 | PAZ | Violência | Violência | PAZ |
| 5/jan | 1 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 2 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| 6/jan | 1 | PAZ | Violência | PAZ | Violência |
| | 2 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 3 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| | 4 | PAZ | Violência | Violência | PAZ |
| 8/jan | 1 | Violência | PAZ | PAZ | PAZ |
| 9/jan | 2 | PAZ | Violência | Violência | PAZ |
| | 3 | PAZ | Violência | Violência | PAZ |
| 10/jan | 1 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 2 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| 11/jan | 1 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 2 | PAZ | Violência | Violência | Violência |

O GLOBO - Fase 02 (01/05/2007 - 16/05/2007)

| Matéria | | Violência e Contexto | Maniqueísmo e Pluralidade | Fontes Oficiais e F. Oficiais e Não Oficiais | Sem Solução e Com Solução |
|---------|----|----------------------|---------------------------|--|---------------------------|
| Dia | Nº | | | | |
| 1/mai | 1 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| 3/mai | 1 | Violência | Violência | PAZ | Violência |
| | 2 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| 5/mai | 1 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 2 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| 6/mai | 1 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 2 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| 7/mai | 1 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| 8/mai | 1 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 2 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 3 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| 9/mai | 1 | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| | 2 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 3 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 4 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 5 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| | 6 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| 10/mai | 1 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 2 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 3 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 4 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 11/mai | 1 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 2 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| 12/mai | 1 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 2 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 3 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 13/mai | 1 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 2 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| 14/mai | 1 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| 15/mai | 1 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| | 2 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 16/mai | 1 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 2 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| | 3 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 4 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |

O GLOBO - Fase 03 (28/06/2007 - 12/07/2006)

| Matéria | | Violência e Contexto | Maniqueísmo e Pluralidade | Fontes Oficiais e F. Oficiais e Não Oficiais | Sem Solução e Com Solução |
|---------|--------|----------------------|---------------------------|--|---------------------------|
| Dia | Nº | | | | |
| 28/jun | 1 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 2 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 3 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 4 | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| | 5 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| 29/jun | 1 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| | 2 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 3 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 4 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 5 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 6 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 7 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 8 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| | 10 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 30/jun | 1 | PAZ | PAZ | PAZ |
| 2 | | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| 3 | | Violência | Violência | Violência | Violência |
| 4 | | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| 5 | | PAZ | Violência | Violência | PAZ |
| 6 | | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 7 | | Violência | Violência | Violência | Violência |
| 8 | | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 1º/07 | 1 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| | 3 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 4 | Violência | Violência | PAZ | Violência |
| 2/jul | 1 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 3/jul | 1 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| | 2 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 3 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 4 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 5 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 6 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| 4/jul | 1 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| | 2 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| | 3 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| 5/jul | 1 | Violência | PAZ | Violência | Violência |
| | 2 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 3 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| 6/jul | 1 | Violência | PAZ | PAZ | Violência |
| | 2 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| | 3 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| 7/jul | 1 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 2 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 3 | PAZ | PAZ | Violência | PAZ |
| | 4 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| 8/jul | 1 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| 9/jul | 1 | PAZ | PAZ | PAZ | PAZ |
| | 2 | PAZ | PAZ | PAZ | Violência |
| | 3 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| 10/jul | 1 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 2 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| 11/jul | 1 | Violência | Violência | Violência | Violência |
| 12/jul | 1 | PAZ | PAZ | Violência | Violência |
| | 2 | PAZ | Violência | Violência | Violência |
| | 3 | PAZ | Violência | Violência | Violência |